

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação do Departamento de História
Linha de Pesquisa: Historiografia e História das Idéias**

**A IDÉIA DE SEGURANÇA CONTINENTAL:
UMA ANÁLISE DOS PLANOS DIGNIDADE, COLÔMBIA E PUEBLA-PANAMÁ.**

Orientadora: Professora Geralda Dias Aparecida

Aluno: Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novión

Agosto de 2005

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação do Departamento de História
Linha de Pesquisa: Historiografia e História das Idéias

**A IDÉIA DE SEGURANÇA CONTINENTAL:
UMA ANÁLISE DOS PLANOS DIGNIDADE, COLÔMBIA E PUEBLA-PANAMÁ.**

Orientadora: Professora Geralda Dias Aparecida

Aluno: Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novión

**Dissertação de mestrado apresentado
como requisito parcial à obtenção
do grau de mestre em História ao
Programa de Pós-Graduação em História.**

Agosto de 2005

PARA MARTIN ALBERTO IBÁÑEZ-NOVION (*in memoriam*).

Amigo, companheiro e pai que me ensinou a enfrentar a vida e me incentivou a percorrer os tortuosos caminhos da intelectualidade.

PARA OS VULNERÁVEIS E LUTADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE.

Aos que sucumbiram na luta,
aos que seguem buscando um caminho soberano, auto-determinado
e lutando por uma vida digna com respeito às culturas e tradições populares.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, tenho débitos de gratidão com a professora Geralda Dias Aparecida, cuja nobreza e generosidade, ao ter aceitado ser minha orientadora, deram-me a confiança e força necessárias para a difícil tarefa de construção e elaboração desta dissertação. Seus comentários, suas críticas e sugestões, feitas com o rigor e sapiência necessárias, conforme o rigor que nosso ofício requer, entre as idas e vindas de nossas discussões, que me possibilitaram conseguir concluir este complexo estudo em escassos dois anos.

Ao professor Estevão Chaves de Rezende Martins, pela paciência e dedicação tanto no ensino da História Contemporânea e das Relações Internacionais, que possibilitaram o abandono de algumas idéias e fortaleceram outras novas, bem como os auxílios de ordem burocrática para a conclusão de minhas tarefas.

Ao programa da CAPES, cujos escassos recursos possibilitaram um estudo em tempo integral e minha dedicação exclusiva para a elaboração desta dissertação.

A Olga Cristina Lopez de Ibáñez Novion, que, como boa mãe, me incentivou a seguir esta investigação e me apoiou nos momentos de maior desânimo. Sem sua persistência dificilmente teria alcançado este objetivo. Sem dúvida, o conforto e a cobertura foram de suma importância, uma vez que os escassos recursos da bolsa são insuficientes para uma dedicação exclusiva e integral.

A Henry de Novion, irmão que muito me ajudou com informações e documentos referentes ao tema. Não posso deixar de agradecer por sua paciência e compreensão nos momentos difíceis.

A Marie de Novion, irmã que, mesmo estando longe, em busca de seu caminho, soube me incentivar e apoiar. A ausência de sua presença e do som de sua viola me

faltaram durante a construção desta dissertação. Porém, sua determinação em seguir seu caminho me fortaleceu para seguir até o final nesta empreitada.

As redes latino-americanas de informações, ALAI-AMLATINA, ALTERCOM, PASSALAVOZ, noALCA e Rede Solidária. As constantes trocas de informações e as denúncias e relatos dos acontecimentos atuais, quase que em tempo real, ajudaram a enriquecer as análises e observações.

Por fim, não posso deixar de agradecer a Luis Cláudio R. H. de Moura, Sandra Maria Perez, Haroldo P. Fernandes Filho, Pedro O. Cariello, Sergio Lisboa, Rafael Morgado, Raphael Paiva, Juan Sepúlveda, Ernesto Navarro e Mario Ayala. Amigos com potencial impar frente à realidade em que vivemos e que compartilharam discussões e idéias sobre este tema. A Francisco Filgueiras da Silva Filho e Maria Lucia Silva Malta, pelo apoio e ajuda. E aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação, Pedro Gonçalves Rodrigues e Washington da Silva Chagas, pela dedicação e paciência em auxiliar na resolução de questões burocráticas.

SUMÁRIO

Siglas	09
Resumo/Abstract	11
Introdução	13
CAPITULO I – SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL.....	18
Da Segurança Continental a ALCA	20
A concretização da Guerra Fria no Continente	23
Liberalização da economia, integração e novos problemas Norte e Sul	25
I Cúpula das Américas	30
As negociações para a criação da ALCA	36
A ALCA e a Segurança Continental	38
A manutenção do <i>Status Quo</i>	42
CAPITULO II – PLANO DIGNIDADE.....	43
A luta contra o narcotráfico e a realidade boliviana	44
Rumo ao século XXI	50
Cooperação Internacional	54
Estados Unidos no combate ao narcotráfico na Bolívia	56
Plano Dignidade e Segurança Continental	58
As Forças Especiais de Luta Contra o Narcotráfico	63
CAPITULO III – PLANO COLÔMBIA.....	69
A origem do conflito	70
Pastrana e o Diálogo pela paz	74
As dez estratégias	76

A estratégia econômica, fiscal e financeira	77
O papel da Comunidade Internacional	79
A reforma do Sistema Judiciário e a proteção dos Direitos Humanos	81
Democratização e Desenvolvimento Social	82
A estratégia para a construção da paz	85
A estratégia de defesa nacional e antinarcóticos	87
Plano Colômbia e Militarização	92
O Plano Colômbia e a ‘Segurança Continental’	97
Plano Colômbia II: a Internacionalização do conflito	101
CAPITULO IV – PLANO PUEBLA PANAMÁ.....	105
‘Capítulo México’	106
‘Capítulo América Central’	107
Confluencia de Políticas	109
Plano Puebla-Panamá (PPP)	111
As Iniciativas Mesoamericanas	113
Iniciativa Mesoamericana de Desenvolvimento Sustentável (IMDS)	115
Iniciativa Mesoamericana de Desenvolvimento Humano (IMDH)	118
Iniciativa Mesoamericana de Prevenção e Mitigação de Desastres	123
Iniciativa Mesoamericana de Turismo	125
Iniciativa Mesoamericana de Facilitação de Intercâmbio Comercial	126
Iniciativa Mesoamericana de Integração Viária	129
Iniciativa Mesoamericana de Interconexão Energética	132
Iniciativa Mesoamericana de Integração dos Serviços de Telecomunicação	133
Mecanismos de Decisão	134
Mesoamérica e Segurança Continental	135
CAPÍTULO V – A HEGEMONIA EM AÇÃO.....	144
Ascensão Unilateral	144

Um tema freqüente	145
O impacto dos Planos	149
Os Planos e a América do Sul	151
Narcotráfico e Meio-Ambiente	152
A Internacionalização do Conflito	156
Cinturão Amazônico	158
Os Vulneráveis	160
A idéia de Internacionalização da Amazônia	163
A Internacionalização do Continente	166
Água: Tema de poder para o século XXI	167
A Complexidade do tema	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
ANEXOS.....	175
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	176

SIGLAS

ADU – Grupo paramilitar Auto Defesas Unidas
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
BCIE – Banco Centro Americano de Investimento Econômico
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAF – Corporação Andina de Fomento
CARICOM – Mercado Comum do Caribe
CBM – Corredor Biológico Mesoamericano
CDI – Carta Democrática Interamericana
CGPN – Comando Geral da Polícia Nacional
CIA – Serviço de Inteligência Norte-americano
CICAD – Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas
CICTE – Comitê Interamericano Contra o Terrorismo
CID – Colégio Interamericano de Defesa
COB – Central Operária Boliviana
COICA – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Cuenca Amazônica
CW – Consenso de Washington
DEA – Departamento de Estado Antinarcóticos dos Estados Unidos
DIGECO – Direção Nacional de Comercialização de Coca
ELN – Exército de Libertação Nacional
EUA – Estados Unidos da América
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FARC-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
FELCN – Forças Especiais de Luta Contra o Narcotráfico
FTC – Força Tarefa Conjunta
FMI – Fundo Monetário Internacional
GBI – Guerra de Baixa Intensidade

GIOE – Grupo de Inteligência e Operações Especiais
GTI – Grupo Técnico Interinstitucional
HPIC – Programa de Redução da Dívida dos Países Pobres
INESC – Instituto de Estudos Sócio Econômicos
JID – Junta Interamericana de Defesa
MAM – Mecanismo de Avaliação Multilateral
MCCA – Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OZIP – Organização da Zona Indígena do Putumayo
PL – Partido Liberal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Plano Puebla-Panamá
SICA – Sistema de Integração Centro Americano
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TLC – Tratado de Livre Comércio
UMOPAR – Unidade Móvel para Patrulha Rural ‘Leopardos’
UNCTAD – Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas
UP – União Patriótica
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WTC – World Trade Center

RESUMO

A dissertação **A idéia de Segurança Continental: uma análise dos Planos Dignidade, Colômbia e Puebla-Panamá** que aqui se apresenta é resultado da investigação na área de História, sob a ótica da História do Tempo Presente. A perspectiva metodológica utilizada consistiu em analisar, a partir da evolução das políticas de segurança continental, na América, durante a segunda metade XX, a elaboração de um novo momento que se consolida desde o fim da Guerra Fria e ainda em vigor no início do século XXI. Para isso, analisa-se aqui a relação entre a idéia de ‘Segurança Continental’ e os chamados Planos de Cooperação Internacional, firmados no final da década de 90, que envolveram os governos dos Estados Unidos, da Bolívia, da Colômbia, do México e os países da América Central. Estes Planos foram firmados no âmbito bilateral, visando a Integração Econômica e a resolução de problemas como o combate ao narcotráfico, a preservação da natureza, a contenção da migração latino-americana e caribenha para os EUA (nova agenda política desde os anos 80) e, posteriormente, adicionou-se o combate ao terrorismo (World Trade Center-2001). A observação adotada extrapola o caráter nacional destas políticas, opta-se por uma análise no âmbito macro-regional. Suas conseqüências têm ocasionado mudanças nas relações interamericanas e apontado um novo cenário nas relações do continente.

ABSTRACT

The theses "**The Continental Security Issues: an analysis of Dignity, Colombia and Puebla-Panama plans**" is the result of investigation in History field, by looking to the Current Time History. The methodology used was to analyse, from the evolution of continental security politics in America, in the XX century, the elaboration of a new moment which is consolidated since the end of Cold War and still active in the beginning of XXI century. To this, it is analyzed here the relation between the idea of "Continental Security" and the called International Cooperation Plans, signed in the end of 90's, which involve the governments of United States, Bolivia, Colombia, Mexico and Central America. These plans were signed in bilateral environment, to the Economic Integration and the

resolution of problems like narcotrafic, preservation of nature, the contention of Latin American and Caribbean migration to the United States (new politic agenda since 80's) and, after, were added the terrorism combat (World Trade Center-2001). The observation adopted goes beyond the national character of these politics, it is opted by an analysis in the Macro-Regional ambit. Their consequences have ocasionated changes in the American inter relations and pointing to a new scenario in the continent's relations.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre a idéia de ‘Segurança Continental’ e os chamados Planos de Cooperação Internacional, firmados no final da década de 90. Políticas Bilaterais que envolveram os governos dos Estados Unidos da América, com a Bolívia e a Colômbia, e a América Central e o México, a partir das relações México-EUA, contidas no Tratado de Livre Comércio (TLC). Este cenário é fruto do final da Guerra Fria e a elaboração de um novo momento, de uma nova doutrina, que comporte o binômio Segurança Continental – Integração Continental.

Os Planos Dignidade, Colômbia e Puebla-Panamá, não tem sido analisados na mesma intensidade. Os analistas políticos, a imprensa, os organismos internacionais, os distintos governos do continente e a sociedade civil organizada têm dado maior ênfase ao Plano Colômbia. Essas análises dissociadas podem e devem ser trabalhadas pelos historiadores com a observação macro-histórica, capaz de dar conta das relações existentes entre estas políticas e o contexto da América Latina. Esses estudos, referentes às políticas bilaterais dos anos 90, no continente americano, deram ênfase, apenas, a análises de cunho puramente nacionais, não extrapolando as fronteiras e carente de análises sob seus impactos no cenário interamericano. Conforme esta constatação, opta-se aqui observar os Planos em suas esferas nacionais para buscar construir uma análise extrafronteiras, uma observação no campo macro-regional.

Ao propor um trabalho no campo da História das Idéias das Relações Internacionais da América Latina, visando a História do Tempo Presente, recorro a Eduardo Devés Valdés que afirma:

“La Historiografía de las ideas ha trabajado enormemente sobre la primera mitad del siglo XX. Ha trabajado tanto como no lo ha hecho sobre la segunda. La historiografía de las ideas continua excesivamente apegada al ensayo, sin mirar suficientemente hacia otras formas de producción intelectual

donde se han generado importantes ideas sobre el continente. La afinidad disciplinaria de quienes hacen este labor con los ensayistas tergiversa la evaluación de lo producido en la segunda mitad del siglo cuando el ensayo ha sido, en términos relativos, un genero menor. Las ciencias económico sociales, sobre todo, y los estudios politológicos y culturales, con una producción notoriamente mayor y más importante (en significación e impacto), han contado con menos estudios. Felizmente hacia fines de siglo este desequilibrio ha ido compensándose paulatinamente.” (Valdés: 2003, 11/Tomo II)

Ao trabalhar com os documentos que deram origem aos acordos internacionais, aos planos de ação política no continente, é possível enriquecer o estudo histórico das idéias que norteiam as relações interamericanas e apresentar novos recortes na discussão entre História, Cultura e Identidade, pauta dos principais debates globais.

A rapidez da circulação de idéias e a redução entre as distâncias estabelecem uma nova noção de tempo e espaço tornando a identidade cultural também um fator de poder.

Pretende-se nesta pesquisa lançar ‘um olhar’ sobre a temática e não ‘o olhar’. Não se tem a pretensão de que esta investigação apresente-se como idéia de ‘História Total’ ou de ‘Objetividade Absoluta’, mas sim uma visão, uma análise, uma interpretação dos documentos e fatos relacionados ao objeto escolhido, dentre os variados olhares que podem ser estabelecidos.

Busca-se lançar bases para o debate e a discussão sobre a História do Tempo Presente. Por isso deve-se entender que este trabalho está interligado com uma objetividade científica desenvolvida a partir do próprio partidarismo. Para Jörn Rüsen, esse partidarismo diz respeito à forma de observar o tema e não o sentido comum relacionado à esfera política:

“Todo historiador deve considerar digna de reflexão a possibilidade de a argumentação racional, que busca o consenso e que é determinante da cientificidade do pensamento histórico, começar no ponto em que o pensamento histórico conforma seu partidarismo. Sendo assim não se impõem ver a objetividade e o partidarismo como

contraditórios, mas a objetividade resultaria de uma racionalização especificamente científica do partidarismo” (Rüsen: 2001, 134 e 135).

Assim, proponho trabalhar com um tema cujo objeto, de acordo com Starobinsky, pressupõem uma escolha inspirada em meu interesse na História do Tempo Presente da América Latina. Não é, portanto, um dado puro, mas um fragmento do universo que se delimita pela forma de olhar.

Possibilita-se, assim, que outros estudiosos, pesquisadores e interessados nesta temática possam tirar suas próprias idéias e contribuir na construção deste importante debate sobre a História Contemporânea da América Latina e Caribe. As análises poderão apontar uma forma de entendimento do tema, em seu espaço e tempo, mas não a exaustão das informações.

Os Planos foram estudados considerando o contexto das idéias que os informaram em seu tempo e espaço determinados. De acordo com Sonia Lacerda e Tereza Kirschner: “É difícil, com efeito, descobrir uma história de idéias que pretenda ou consiga ignorar o ‘contexto’, se a noção de contexto for tomada na acepção ampla de circunstâncias culturais ou quadro temporal que esclareçam o conteúdo semântico de qualquer vocabulário poético, religioso, filosófico ou coloquial”. (Kirschner & Lacerda: 1997, 11)

Para Koselleck o historiador tenta atingir o passado através do manuseio das fontes da época. Sendo assim a história não existiria sem experiências e expectativas, não sendo estanques e em constante modificação. No presente trabalho, o pensamento de Koselleck torna a pesquisa mais intrigante porque o espaço de experiência é o atual e o horizonte de expectativa também está produzindo-se neste momento, o que acarreta uma atenção redobrada nas análises e nas projeções estabelecidas pelos distintos atores.

Gustavo Guevara, Rodolfo Rodríguez e Juan Hernández, citando José Luiz Romero, afirmam que: “La historia latinoamericana espera un riguroso planteo de su problemática

general, por encima de su problemática nacional o regional, pero sin desprenderse de estas”¹.

Conforme esta perspectiva teórico-metodológica, divide-se o trabalho em cinco capítulos. O primeiro capítulo – Segurança e Integração Continental – busca apresentar os diferentes momentos e as diferentes doutrinas de Segurança Continental implementadas no continente a partir da segunda metade do século XX. Trata-se da mudança desta idéia conforme as transformações no cenário das relações internacionais, bem como visualiza a constante relação entre o Binômio Segurança-Integração continental. Prepara-se o caminho para a idéia de um novo momento em construção a partir da década de noventa. Uma nova concepção de Segurança embutida nos Planos de integração econômica bilateral, firmados diretamente entre os Estados Unidos da América (EUA) e os dois países sul americanos, Bolívia e Colômbia e o Plano firmado entre o México e a América Central no âmbito das relações México - Estados Unidos.

O segundo capítulo trata especificamente de analisar o Plano Dignidade, firmado em 1997, através da parceria entre os EUA e a Bolívia. Analisa os quatro pilares de sustentação da política prevista pelo Plano, com o objetivo de retirar o país do eixo cocaína, fortalecer o papel do Estado, restabelecer a dignidade dos envolvidos na produção da droga e buscar nova inserção da Bolívia nos canais de investimentos internacionais.

O terceiro capítulo observa a criação do Plano Colômbia, parceria entre o governo desse país e os EUA. Serão analisados os seis pontos de sustentação da política prevista pelo Plano, com o objetivo de fortalecer o papel do Estado, combater a corrupção, restabelecer a confiança dos cidadãos e dos investidores internacionais e restaurar uma sociedade pacífica.

¹ GUEVARA, Gustavo (UBA/UNR); RODRÍGUEZ, Rodolfo (UNMdP); HERNÁNDEZ, Juan (UBA) - coordenadores. *“Estructuras, sujetos y procesos en América Latina contemporánea (S. XX)”*. Convocatoria às Xº JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, mesa Nº 84, Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005.

O quarto capítulo visa investigar o surgimento e a aplicação do Plano Puebla-Panamá. As oito iniciativas previstas pelo Plano serão analisadas a partir das idéias explicitadas com o objetivo de restabelecer o desenvolvimento econômico e humano regional, visando conciliar crescimento e estabilidade econômica com políticas de bem estar social.

O quinto capítulo – A Hegemonia em Ação – têm como objeto à análise do impacto macro-regional destas políticas no contexto da América Latina. A idéia de um eixo de integração que abrange desde os EUA, México, passa pela América Central, com base no Panamá, percorre a América Andina a partir da Colômbia, chega ao centro-sul americano na Bolívia, formando um cinturão na região Amazônica.

E por fim, são apresentadas as considerações finais sobre estas questões.

CAPÍTULO I

SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

As idéias de Segurança e de integração foram construídas ao longo do século XX até se tornar a grande marca, após a Segunda Guerra Mundial, nas relações entre os Estados Unidos da América (EUA) e o restante do continente americano. Estas idéias estiveram presentes tanto nas formulações de políticas multilaterais como nas bilaterais.

A primeira iniciativa norte-americana, no campo multilateral, foi à formulação do pan-americanismo, proposta que apresentava uma limitada idéia de integração ao tratar dos mecanismos de comércio. No plano das relações políticas não houve, sob a égide do pan-americanismo, um avanço no campo da integração continental.

Pelo contrário, os EUA ao incorporar em sua política externa a América Central e o Caribe como áreas importantes para sua segurança nacional, voltou-se, na primeira metade do século, para esta região com medidas intervencionistas de cunho político-militar. Vários países latino-americanos viam nestas medidas uma possível ameaça às suas soberanias frente ao avanço norte-americano. De fato, começava a desenhar por parte de Washington a idéia de uma política global de defesa conjunta.

Nos anos 1930 os postulados pan-americanistas já eram insuficientes e, com a Segunda Grande Guerra, levaram os EUA a apontarem para iniciativas no campo da defesa continental, que a idéia de interamericanismo, no pós-guerra, serviu para consolidar novas políticas e doutrinas em detrimento da integração econômica das Américas.

Essa consolidação de uma idéia de política de segurança continental levou a criação de organismos multilaterais, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) que apontavam a necessidade de reaproximar as relações políticas entre os distintos governos e buscar resolver históricos conflitos entre estes.

Estas perspectivas acabaram por servir aos interesses do Norte e das elites locais, donas do poder no Sul. Os governos norte-americanos desencadeavam pressões, nos fóruns interamericanos, capazes de proporcionar um aval, uma carta branca, para as ações intervencionistas na região. Tanto o TIAR como a OEA sofreram de enfraquecimento crônico, porque mesmo dispondo destes mecanismos multilaterais, os EUA, historicamente, sempre utilizaram as relações bilaterais como forma prioritária no relacionamento com os demais países do continente.

Nos anos 1960 a noção de defesa continental recebeu novas formulações, principalmente, depois que idéias progressistas passaram a informar vários governos latino-americanos e a radicalização do sistema político cubano, em direção ao socialismo, possibilitaram a inclusão da América Latina no âmbito da guerra fria. Entre as décadas de 60 e 80 houve uma escalada de governos militares que serviram para conter o perigo de mudanças radicais no sistema político latino-americano e permitiram que o binômio segurança/integração continuasse a ser tratado, ideologicamente, com ênfase no campo da segurança.

A abertura política, nos países sob ditadura, nos anos 1980, permitiu que a segurança continental fosse fortalecida pelo discurso de integração econômica e o binômio segurança/integração passou a significar o desenvolvimento, de 'livre mercado' e/ou de globalização. Retomava-se a idéia multilateral e o interamericanismo. Se durante as décadas de 60 e 80 a radicalização e o bilateralismo apontavam a continuidade da idéia de pan-americanismo, o início dos anos 90 se percebe o fortalecimento e o retorno a um diálogo multilateral, conforme o interamericanismo.

Nesses anos, formulam-se políticas que mesclam essa dúbia relação entre os países do continente. Relações entre políticas multilaterais, como a idéia da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA/1994), e bilaterais como os Planos Dignidade com a Bolívia (1997), o Colômbia (1999) e o Puebla-Panamá acertado entre o México e os países Centro-americanos (2001). A doutrina ‘anticomunista’ seria suplantada em benefício de uma nova doutrina, o combate ao terrorismo e ao narcotráfico, por meio da “integração bilateral”, no caso dos dois primeiros, e a proteção do meio ambiente, como foco central, na relação multilateral com o Puebla-Panamá.

A unilateralidade dos EUA, frente ao globo, fortalecia a idéia de uma nova agenda política de segurança no continente e no mundo. Elevavam-se os temas do Narcotráfico, Migração Latino-Americana para os EUA, Meio-Ambiente e o Terrorismo, como questões a serem resolvida de forma multilateral, na América. Uma nova doutrina está em formação. Talvez, um novo período a partir de 1989 e que ainda encontra-se em implementação. São estas questões que se busca analisar neste trabalho a partir dos próximos capítulos.

Da Segurança Continental a ALCA

No período da Guerra Fria, a cisão do mundo em dois modelos, capitalista e socialista, desencadeou a luta por espaços de dominação pelas duas potências hegemônicas, Estados Unidos e União soviética. A proximidade territorial, dos países do Centro-Sul do continente americano com os EUA, levou a uma reformulação das políticas frente à região. Os EUA, sob o discurso da democracia e a necessidade de conter as insurgências no continente, dão ênfase a uma política multilateral.

Um exemplo claro neste momento relaciona-se ao caso da Guatemala e da Bolívia (1952). No primeiro, um governo propondo reformas e, no segundo, uma revolução nacionalista que envolveu toda sociedade. A escalada de governos ‘demasiadamente’

reformistas apontavam uma ameaça aos interesses estadunidenses. Junto ao crescimento do número de movimentos insurgentes no continente levou os EUA a elaborarem uma doutrina de contra-insurgência. Com o apoio das elites locais, intensifica-se a formação de quadros militares do centro-sul, formados em escolas e institutos militares norte-americanos.

A importância dessa doutrina era permitir que se formasse um quadro especializado de oficiais e combatentes capazes de conter a ação dos movimentos insurgentes. Camuflavam-se os interesses dos EUA através de ações coordenadas por seus parceiros locais. Lembra-se que o discurso da democracia impossibilitava uma ação direta norte-americana, embora, caso fosse necessária, não titubeariam em intervir.

As disputas da Guerra Fria não haviam ainda se concretizado no continente. Embora as ações de contra-insurgência eram, pouco a pouco, relacionadas à idéia de ‘avanço soviético’, ou de uma ‘ameaça externa’, todavia não se considerava claramente uma doutrina anticomunista.

A idéia de doutrina ‘anticomunista’ se fortalece a partir da Revolução Cubana. Após as frustradas tentativas de invasão da ilha por Washington, em 1959 e 1961, a política norte-americana aumentou sua atenção para o aspecto da segurança. Nesta linha, forçou a exclusão de Cuba dos mecanismos interamericanos, como a OEA e o TIAR. Esta exclusão foi referendada na idéia de ‘ameaça externa’ devido à aproximação definitiva da ilha com o sistema socialista

Os EUA transformam a situação em uma clara intenção de ‘avanço estrangeiro’, radicaliza as relações entre os países e frente aos movimentos sociais de contestação a ordem. Implantava a doutrina ‘anticomunista’ e deflagravam-se ações violentas contra governos e movimentos contestatórios. Cuba, por seu lado, frente à violação de sua soberania e sua autodeterminação, inicia também um processo de radicalização. Cresce seu apoio, treinamento, financiamento e aparelhamento dos movimentos insurgentes na América e na África.

O apoio de Washington aos ditadores na América Latina e Caribe acabou por impulsionar uma onda antiditadura e pró-democracia nestes países. O sentimento antiimperialismo também ganhava proporções muitas vezes subestimadas por Washington e pela própria CIA. A onda de mobilizações contra as ditaduras se espalhou por vários países, como no Peru do Gen. Manuel Ódria, na Colômbia de Rojas Pinilla, na Venezuela de Perez Jimenez ou em Cuba de Fulgêncio Batista com as ações de Fidel Castro e o M-26 (Movimento 26 de Julho)¹.

O centro-sul do continente ardia entre governos reformistas e ditaduras, ações intervencionistas sob tutela da OEA, o crescimento da idéia e sentimento antiimperialista e o levante antiditaduras. O quadro de conflito no continente crescia gradualmente. Mas, um fator ocasionaria um importante debate e polarização. Cuba e seus *guajiros* (1959) acabavam de derrocar o ditador Fulgêncio Batista.

A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, deu início à recuperação do país. Os EUA apoiaram a distância o movimento revolucionário, pois Batista já estava bastante desgastado. Pensavam que o novo governo não passaria de mais um reformista sob sua tutela. Porém essa situação começa a se transformar.

O cenário no continente era de uma crescente onda de disputas entre ditadores e reformistas. A preocupação com a crescente aproximação de Cuba com o sistema soviético levou os EUA a acionar os mecanismos multilaterais existentes. Com isso, convoca-se a VI, a VII e a VIII “Reunião de Consulta de Chanceleres” (RCC). Na VI se estabelecem sanções ao governo de Trujillo, da República Dominicana e condenam o sistema político cubano. Na VII, através de persuasão, concessões e promessas de ajuda financeira adotam uma resolução anticomunista. Na VIII Reunião em Punta del Este, Uruguai, excluem Cuba do Sistema Interamericano. Os EUA argumentavam não ser o sistema socialista, mas a influencia de países extracontinentais que ameaçavam seus interesses.

¹ Data referente ao assalto ao Quartel Moncada.

Em 1964, realiza-se nova reunião do órgão de consulta do TIAR, onde são estabelecidas sanções diplomáticas e econômicas a Cuba (bloqueio econômico). Tal proposta encabeçada por Washington causou repulsas, como o caso mexicano que se recusou a romper ligações com a ilha. México, Uruguai, Chile e Bolívia votaram contra a resolução de bloquear as relações. A Argentina se absteve. Os outros 14 votos foram favoráveis aprovando a resolução.

Por um lado, Cuba dava apoio, tático e militar, expressivo às guerrilhas venezuelanas (FALN) e guatemalteca. Por outro, frente a crescente onda de insatisfação no continente, os EUA reconheceram o fato de que as guerrilhas constituíam-se em movimentos autóctones originadas da injustiça no continente.

A concretização da Guerra Fria no Continente

A ruptura das relações dialogadas entre Estados Unidos e Cuba desencadeou uma onda de enfrentamento em escala hemisférica, ou seja, a concretização da Guerra Fria. Como forma de conter o avanço guerrilheiro no continente, John F. Kennedy (1961) decide administrar financiamentos para o desenvolvimento da América Latina, como recompensa da luta desses países contra o 'castro-comunismo' por meios reformistas e não repressivos.

O mecanismo da Cooperação Internacional foi acionado através do Programa 'Aliança para o Progresso', uma assistência ao continente estabelecida antes da invasão da baía dos porcos (março de 1961). Os resultados da implementação desse projeto, durante dez anos, foram decepcionantes uma vez que manteve a dependência econômica da América Latina.

No âmbito desta política surgiram as ditaduras militares, lideradas por oficiais e combatentes formados nas escolas militares norte-americanas. Em quase todo o continente, entre 1964 e 1989, esteve mergulhado em governos ditatoriais que implementavam uma

‘limpeza social’ frente aos movimentos progressistas e de esquerda. Dava-se a implementação da doutrina ‘anticomunista’ a partir de seus aliados locais.

Os EUA reforçam o mecanismo das políticas bilaterais e relegam a um segundo plano os mecanismos multilaterais interamericanos que passaram a referendar as ações e posturas do Norte, uma vez que as discussões multilaterais já estavam determinadas pelos bastidores e pelas pressões bilaterais. Nesse momento, pode se dizer que o único exemplo de ação multilateral se deu na relação entre as ditaduras do cone sul que se serviram, mutuamente, através da ‘Operação Condor’ e das escalas para os calabouços e cemitérios.

A ordem bipolar sofre fortes abalos a partir dos anos 1970 período caracterizado por um crescente desequilíbrio econômico, crise do poder norte-americano e da União Soviética o que possibilitou o surgimento de um terceiro bloco composto por países em ‘vias’ de desenvolvimento.

Por outro lado, dava-se o esgotamento do modelo econômico-tecnológico, baseado na expansão da indústria pesada e a incorporação dos recursos materiais e humanos do Terceiro Mundo ao processo produtivo global. As transformações científico-tecnológicas (automatização e informática), somadas a escassez de recursos naturais e laborais e o aumento de custos da produção provocou desajustes econômicos e tendências recessivas que levaram os países desenvolvidos a adotarem medidas inflacionárias (*stagflation*) afetando todo o globo.

Estados Unidos se viram obrigados a abandonar a posição de hegemonia incontestável devido à crise econômica e monetária. Os reveses políticos e militares levaram Washington a aceitar a autolimitação no cenário internacional. O hemisfério sul, perante essa situação de ‘abalo’ das hegemonias, crise econômica e escassez de recursos naturais, viu o fortalecimento de suas posições frente ao norte industrializado através da política de *shocks* energéticos entre 1974 e 1979.

O auge do poder do Sul foi relativo. Recebeu enormes transferências de recursos financeiros dos países do norte, sob forma de empréstimos e créditos outorgados em condições vantajosas. Essa tendência de fortalecimento do Sul findou-se no próprio ano de 1980 quando os EUA e Reagan reconquistam as posições hegemônicas frente às regiões subdesenvolvidas.

As economias do sul entraram em recessão e, paralelamente, os centros financeiros e industriais adotaram políticas baseadas na redução dos gastos públicos e no papel econômico e social do Estado. Proporcionou o fortalecimento do poder privado dirigido pelos conglomerados das grandes empresas transnacionais.

Liberalização da economia, integração e novos problemas Norte e Sul.

O panorama crítico sócio-econômico dos anos 80 desencadeou uma reação inicial dos países latino-americanos em contrapor o desequilíbrio de sua balança externa por uma política comercial neomercantilista, de estímulo a exportações e restrições a importações. Não se demorou muito para perceber a ineficácia dessa política, uma vez que os gastos públicos destinados a compensar o déficit externo acabaram por causar déficit interno, com uma onda inflacionária.

Tal situação de crise impulsionou os países da América Latina a adotarem, no final da década de 80 e início dos anos 90, as políticas de abertura econômica e privatizações – desestatizações – como forma de atrair investidores externos e como alternativa única de reduzir o ônus da drenagem de recursos para o exterior assim como com a inflação interna.

Para isso, era necessário adotar novas medidas e exigências das instituições financeiras internacionais e de seus porta-vozes acadêmicos. Dava-se uma mudança de modelos, abandonava-se a idéia da CEPAL – substituições de importações e crescimento interno –

pelo modelo do Consenso de Washington – abertura econômica, privatizações e inserção na economia global.

Essa mudança foi acatada inclusive por lideranças nacionalistas e socialistas democráticos pressionados pela crise econômica e pelas pressões de Washington e dos organismos internacionais, junto ao colapso da bipolarização e a fragilidade do poder negociador do Terceiro Mundo.

Assim, no ano de 1989 é convocado um seminário sobre reformas econômicas para elaboração de políticas para América Latina. Estas ‘novas políticas’ tinham como eixo duas questões: a estabilidade e o crescimento econômico. Seus dez pontos consensuais deram margem ao chamado “Consenso de Washington”, coordenado pelo economista inglês John Williamson. Foi a elaboração de uma verdadeira cartilha. Propunha diretrizes que deveriam ser aplicadas para a reconversão das economias, como Disciplina Fiscal; Focalização dos gastos em educação, saúde e infra-estrutura; Reforma Tributária; Liberalização financeira; Taxa de câmbio competitivo; Liberalização do comércio exterior; Eliminação das restrições ao capital externo; Privatização; Desregulamentação e Propriedade Intelectual. (NEGRÃO, 1998: 41)

Estes pontos acabaram como receituário, imposto pelas agências internacionais para a concessão de créditos. Tais políticas marcaram os anos 90 na América. Sua avaliação não é das mais favoráveis. Dois exemplos marcantes são os do México e Argentina.

Novamente os EUA voltaram-se para a idéia de uma política multilateral para o continente. O presidente George Bush (1990-1994) apresentou a ‘Iniciativa Para as Américas’ (IPA) como modelo incorporador dos projetos anteriores que visavam uma integração continental – do Alasca a Terra do Fogo. A proposta foi recebida com bons olhos pelos governantes da América Latina, um olhar de alternativa para a crise econômica e a dívida externa a partir da implementação do ‘livre mercado hemisférico’.

Mas foi somente na Conferência de Miami, em dezembro de 1993, proposta por Bill Clinton que começou a tomar corpo a idéia de 'integração hemisférica', sendo esta proposta bem recebida pelos governantes do continente. No ano seguinte (1994), o 'Grupo do Rio' solicitou que a agenda e projetos de decisão da Conferência fossem compartilhados e elaborados em igualdade de condições entre as partes interessadas. Com isso se impossibilitava e se negava uma agenda de discussões e projetos elaborados de forma unilateral. O governo brasileiro, que presidia o 'Grupo do Rio', exerceu importante papel nas negociações colocando a necessidade de simetria entre a diversidade de propostas entre o Norte e o Sul.

A conferência de Miami desenvolveu uma série de medidas de abertura e integração econômica, mas também inseriu na pauta continental a luta antinarco tráfico, a redução da pobreza, a recuperação do atraso e de combate à corrupção.

Na América Latina, os setores reacionários impulsionavam o debate geoestratégico de integração. Apostavam no acolhimento do projeto de Clinton, e viam como modelo de integração regional a ser incorporada por todos os países do centro-sul do continente a política de integração econômica que estava sendo aplicada no norte, entre EUA, Canadá e México, iniciativa norte-americana apresentada paralelamente a ALCA.

De outro lado, os setores defensores da idéia de identidade nacional e regional propuseram a convergência das negociações entre os diversos processos integracionistas. Brasil e Venezuela apontaram a necessidade de unificação dos interesses do MERCOSUL, com os do PACTO ANDINO, buscando consolidar uma agenda de interesses comuns.

As bases da identidade nacional e cultural na região foram balançadas pela ideologia neoliberal – ou neoconservadora. Uma abertura lenta e gradual, como ocorrido no sudeste da Ásia, poderia haver evitado tais retrocessos internos, mas acabou sendo aplicada de forma brutal e acelerada, em sua versão mais extremada e radical, pregada por jovens tecnocratas formados nas universidades dos EUA.

Os custos sociais dessas políticas foram graves, acabando-se com as políticas protecionistas, com os subsídios, a liberalização dos preços dos produtos de consumo e a redução dos gastos público-sociais. Tais medidas empobreceram os pequenos e médios empresários, a classe trabalhadora, a classe média assalariada e os setores populares.

A abertura econômica também permitiu uma maior integração entre os países, formando blocos econômicos regionais e sub-regionais. No começo dos anos 90, o crescimento econômico foi restabelecido apontando ênfase para a integração regional e sub-regional. Isso seria possível através da aplicação do receituário que anunciava a necessidade de estabelecer o 'livre mercado' e a abertura para a entrada de capitais e investimentos externos.

Foi nesse contexto que o governo Reagan (1981-1985) formula a política neoliberal baseada em quatro pontos. O primeiro, no plano interno, aplicou os mecanismos de controle público federal, de previdência social e de proteção das minorias étnicas e culturais, construídos através do 'Novo Tratado', de Roosevelt, 'Trato Justo', de Truman, 'Nova Fronteira', de Kennedy, 'Grande Sociedade', de Johnson. O segundo, formulou nova política Frente ao Bloco Socialista, com retorno à retórica da Guerra Fria e a escalada da política promovendo a re-ideologização da postura anticomunista caracterizando em seus discursos a URSS como o 'Império do Mal'. O terceiro e quarto pontos trataram da reformulação da economia e dos métodos da Ação Política Internacional. Para isso, utilizou uma retórica neoliberal e antiprotecionista, se investiu na escalada de uma política econômica que visava dar vantagens ao comércio norte-americano.

Essas medidas acabaram por promover a fuga de capitais e o fechamento do acesso dos mercados do Sul ao Norte. Afastou-se do multilateralismo, e mostrou-se indiferente aos mecanismos e instrumentos jurídicos, como a redução da participação dos EUA na ONU e organismos internacionais especializados. (BOESNER: 1996, 256 e 257)

Nesse ambiente houve a retomada do debate sobre a integração global, que traz até a atualidade as inúmeras análises e teorias sobre a 'mundialização' ou 'globalização', que

segundo o historiador Estevão Martins apresentam sentidos diferentes: “(...) a utilização do termo ‘globalização’ no mundo de língua inglesa refere-se mais diretamente aos processos econômicos e tecnológicos. O emprego do termo ‘mundialização’, no universo da língua francesa (...) indica os aspectos mentais, ideais e culturais.” (Martins: 2002, 164).

O discurso da globalização e as políticas neoliberais tomaram corpo nos países centrais quando a América Latina encontrava-se mergulhada em crises econômicas e políticas centradas na dívida externa, no empobrecimento de sua população e na necessidade de construção do processo de (re) democratização, principalmente nos países sob ditadura militar.

A partir de 1985, se produz uma mudança na conjuntura internacional. O Sistema Socialista da URSS entra em profunda crise, acabando por desintegrar-se o que criou a necessidade de reorganizar o globo e substituir a bipolarização por um novo modelo viável, mas de mercado. Para Hobsbawm:

“Na década de 80 e início dos anos 90, o mundo capitalista se viu novamente às voltas com problemas do Entre guerras que a Era do Ouro parecia ter eliminado: Desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto ao luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado.” (Hobsbawm: 1995, 19)

Após a queda do muro de Berlim, “a Era do Ouro criou uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado, transnacionais, e, portanto, cada vez mais, por sobre as barreiras do Estado” (idem).

Esse período foi marcado pela idéia de década perdida, onde a América Latina e Caribe estavam mergulhadas em hiperinflações além das devastadoras conseqüências resultantes das ditaduras militares. Com o fim da URSS e a unilateralidade da hegemonia internacional, se restabelece o debate da ‘integração continental’ e a elaboração de políticas econômicas facilitadoras do que se denomina de globalização.

A crise econômica acabou por empurrar um processo gradual de desmilitarização e democratização política no continente. A partir de 1983, Bolívia, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile saíram sucessivamente do autoritarismo retornando lentamente a democracia representativa. Inclusive o Haiti conseguia livrar-se de sua política despótica iniciando um processo acidentado em direção a liberdade.

O retorno à democracia nos países sul americanos fez possível importantes avanços na cooperação regional. Entre 1983 e 1989, uma importante ação conjunta, dos governos democráticos latino-americanos, com o fim de resolver conflitos intra-regionais. Igualmente, redireciona-se o tensionamento, antes com a URSS, para a temática do narcotráfico, do meio-ambiente, das migrações latino-americanas para os EUA e, a partir de 2001 o tema do terrorismo. Questões formuladas com base na retomada da hegemonia sobre o continente e na garantia da segurança continental, entre o poder do norte e seus aliados incondicionais do centro-sul.

Nos anos 90, essa idéia de segurança e hegemonia concretiza-se em novas políticas bilaterais que visam possibilitar a integração. O tema do terrorismo (World Trade Center - 2001), por exemplo, demonstra o fortalecimento dessas políticas voltadas para a manutenção da segurança do continente e da continuidade de seu poder de influência na região. Para Ana Esther Ceceña:

“A partir del 11 de septiembre de 2001 se hace evidente un cambio en la política internacional que difícilmente podría concebirse como una respuesta al ataque a las torres gemelas de Nueva York. El cambio en la orientación, mecanismos, tónica y estilo en el juego del poder que se despliega desde entonces es mucho más profundo que lo previsible para una simple reacción inmediata ante un atentado, aun si éste alcanza las dimensiones del ocurrido en el World Trade Center más importante del mundo.” (CECEÑA (org): 2004, 37)

A abertura política, nos países sob ditadura no continente, foi fortalecida pelo discurso de integração econômica, de ‘livre mercado’ e/ou de globalização. Retomava-se a idéia multilateral e o interamericanismo. Se durante as décadas de 60 e 80 a radicalização e o

bilateralismo apontavam a continuidade da idéia de Pan-americanismo, o início dos anos 90 se percebe o fortalecimento e o retorno a um diálogo multilateral, conforme o interamericanismo.

I Cúpula das Américas

A criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) surge no cenário político a partir da iniciativa do Presidente dos EUA, Bill Clinton, durante a realização da I Cúpula das Américas, em 1994. Essa iniciativa tinha como meta inicial apontar uma nova alternativa para a saída da crise econômica herdada dos anos anteriores, no continente.

O *Consenso de Washington* (CW) não havia alcançado resultados firmes e satisfatórios para a retomada do crescimento e da estabilidade econômica. Acabou por agravar a crise resultante dos anos anteriores, elevando o endividamento dos países do Sul do continente, somada a abertura para a entrada de capitais especulativos, sem controle interno, aumentando o caráter volátil desses investimentos e conseqüentemente das economias destes países.

Outra questão importante, neste sentido, está relacionada à venda do patrimônio, nacional ou estatal, e a redução do papel do Estado nas questões de ordem social. Segundo o próprio mediador do CW, o economista inglês John Williamson, pode-se perceber três falhas na aplicabilidade dos seus pontos originais: a primeira, o fato de não haver pesado a possibilidade de ocorrência de crises externas desestabilizadoras, como as da Rússia e Ásia que arrastaram os mercados emergentes; a segunda, a pouca ênfase dada a aspectos institucionais no que se refere aos países desenvolvidos que têm em comum e funciona um Legislativo que cria regras claras e um Judiciário que faz com que elas sejam cumpridas e a terceira falha seria acreditar que os sérios problemas de distribuição de renda e penúria se resolveriam pelo fortalecimento da economia.²

² Ver: WILLIAMSON, John e KUCZYNSKI, Pedro-Paulo. *Depois do Consenso de Washington*. Editora Saraiva. São Paulo, 2003.

Para Williamson, faz-se necessário criar, ou buscar, um “novo Consenso de Washington”, onde se deveria incluir uma agenda institucional e outra de combate à iniquidade. Para ele, estas são incompatíveis com os pontos originais.

No centro-sul do continente houve reações contrárias às mudanças impostas pelo *CW*. Não como mero sentimento e reação panfletária às políticas imperialistas, mas sim, agravadas em questões concretas, resultantes das perdas de direitos sociais, assim como pela revisão de leis sociais; o processo de venda do patrimônio, com as privatizações; as demissões, o aumento do desemprego e da violência; e o dismantelamento das soberanias nacionais, elevando cada vez mais os níveis de violência nessa parcela do globo. Estes fatores somados agravaram a pobreza e a miséria no continente, além de concentrar, ainda mais, a renda nas mãos de grupos sociais, cada vez mais reduzidos.

Em meio a esta realidade surge a iniciativa dos EUA, através de Bill Clinton, em propor a criação da ALCA, uma nova versão da idéia de integração econômica. A circunstâncias de crise social e econômica no continente levaram Washington a gerar tal iniciativa, baseada na necessidade de buscar-se a eliminação de barreiras do comércio e de investimentos na região. Aposta-se, assim, na capacidade dessa idéia de equiparar os países do continente, dando novo fôlego às economias periféricas. A ALCA surgia como mecanismo de integração comercial entre os países do continente capaz de regular o crítico funcionamento dessas economias.

Com a presença de 34 governos de Estado, empresários, transnacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), Clinton apresenta a proposta de criação da ALCA na I Cúpula das Américas. Foram anunciados grupos de trabalho visando desenvolver os nove pontos que viriam reduzir as dificuldades de comércio entre os povos da América: Acesso a mercados, Agricultura, Serviços, Investimentos, Compras governamentais, Soluções de controvérsias, Direitos de propriedade Intelectual, Subsídios Anti-dumping e medidas compensatórias e Políticas de concorrência.

Após um ano de debates entre as forças para a integração regional, o discurso e pressões do norte foram abalados (1995). O México, que havia logrado importantes benefícios e grande convergência de capitais e investimentos externos provindos da implementação da TLC (1994), bruscamente foi atingido por uma onda de desconfiança. Essa crise de desconfiança gerou o chamado ‘efeito tequila’ que produziu uma espetacular, rápida e incontrolável fuga de capitais, acarretando na desvalorização do peso mexicano no mercado internacional e desencadeando uma grave e profunda crise ‘neo-recessiva’. O México, segundo o ex-presidente Salinas, que se tornava “quase uma potência industrial fora dos parâmetros terceiro-mundista”, após um ano de melhorias econômicas, voltava à sua realidade subdesenvolvida.

A TLC havia proporcionado um ano de melhorias para a recessão da ‘década perdida’, no México. Mas, acabou afogando-a numa nova crise recessiva com dividas de cunho mais avassaladores que a dos anos anteriores, resultante da dolarização da economia. A economia mexicana acarretou dividas maiores no mercado internacional, agora contraídas em dólar. Para James Petras, “El ALCA responde a una lógica de crecimiento hacia fuera del avance de la doctrina neoliberal impuesta por los políticos de EE.UU. y sus clientes latinoamericanos desde mediados de 1970. Mientras se propone hablar de ‘libre mercado’, parece mas bien el sistema mercantilista del temprano sistema imperial”. (Petras: 2001, 60).

Essa crise, inevitavelmente, abalou os ânimos dos conservadores e fortaleceu o discurso dos setores contrários ao modelo da TLC. Por outro lado, o mais importante abalo diz respeito às economias dos demais países da América Latina. A Argentina constituiu-se no caso mais grave e com efeitos de maior impacto em sua realidade socioeconômica, também dolarizada pelo governo de Carlos Menem. A dolarização das economias dos países ao sul do Rio Grande foi uma norma para a busca da estabilidade econômica, atacando principalmente as hiper-inflações da ‘década perdida’.

A nova onda de crise trazia um peso diferente à das crises anteriores. A implementação do ‘mercado livre’ e da abertura econômica colocava a economia dos frágeis países da

América, e do mundo, sobre o controle de transnacionais e de interesses especulativos internacionais que demonstraram, no caso do México, a agilidade e incontrolável circulação de capitais de um país para outro em frações de segundos.

Essa rapidez nas relações econômicas é fruto da revolução científico-tecnológica que, com a internet, fibra ótica e outros adventos, rompeu as barreiras do tempo e do espaço até então imaginadas e incorporadas pela humanidade. O tempo e o espaço, conceitos fundamentais para a História, assim como para outras áreas do conhecimento, sofreram modificações acarretando uma nova idéia quanto às mesmas.

Com a velocidade cada vez maior dos meios de comunicação, que intentam transmitir os fatos e acontecimentos no globo em tempo real, os espaços anteriormente distantes e longínquos levam menor tempo para chegar a bilhões de telespectadores. O ‘efeito tequila’ rapidamente propiciou a observação frente às disparidades entre o Norte e o Sul, que relevou as diferentes estruturas entre países desenvolvidos e países ‘em vias de desenvolvimento’. Questão ignorada pelo projeto norte-americano, com as idéias iniciais da Integração Pan-americana e posteriormente com a TLC.

Além das disparidades estruturais entre Norte e Sul ficarem mais evidentes e tomarem maior relevância, um outro fator importante é ressaltado. Com a abertura econômica indiscriminada se percebeu a intensificação dos contrastes sociais e regionais. Tanto no México como nos demais países do Centro-Sul americano, o crescimento gradual da violência lhes é comum.

O México apresenta inúmeros pequenos movimentos insurgentes e armados, mas uma rebelião armada alcançou visibilidade internacional em janeiro de 1994. Camponeses e indígenas da região de Chiapas lançam uma rebelião armada tendo a frente o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o Sub-Comandante Marcos.

Esse levante demonstrava que os conflitos étnicos e sociais agravaram-se quando o crescimento econômico nacional privilegiou pequenos grupos e setores sociais, em

detrimento da qualidade de vida da maioria do país. Como constata Boesner, “La parte septentrional de México recibió los efectos positivos principales de la apertura económica hacia Norteamérica, en tanto que la porción meridional tendió a profundizarse el estancamiento y a hacerse más evidente la pobreza”. (BOESNER: 1996, 277)

Frente a vários processos de levantes sociais em vários países do centro-sul do continente, como no caso brasileiro, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o movimento indígena boliviano, equatoriano e peruano; e os piqueteiros da Argentina; o caso de Chiapas e da EZLN fortaleceu os discursos que evidenciavam a inoperância do modelo macroeconômico neoliberal. Política que não respondeu aos anseios e necessidade de um desenvolvimento integral, que abarque o campo social e cultural, simultaneamente, com o das inversões de capitais e a produção.

No senso comum, as diferenças entre Norte e Sul, assim como entre as distintas classes sociais, demonstram a existência de disparidades externas, entre os países do Norte e do Centro-Sul do continente. Conjuntamente, se evidenciam as disparidades entre os setores dominantes, detentores do capital, e a grande massa de desvalidos no seio de cada país. A vulnerabilidade de consideráveis parcelas do centro-sul do continente tem alcançado números e níveis alarmantes.

O choque entre as diferentes forças e seus modelos - os EUA e a tese neoliberal e a América Latina e a tese da convergência autonomista - colocou-se como um dos principais conflitos entre o Norte e o Sul. Foram somadas, a essa confrontação, as novas temáticas de segurança do continente – narcotráfico, meio-ambiente e migração para os EUA – como questões pendentes a serem tratadas e resolvidas, a fim de proporcionar a aceleração das negociações e a efetivar sua implementação. A partir do ano 2001, após o fato do *World Trade Center*, em 11 de setembro, se soma à temática do terrorismo como outro fator pendente no continente, que acaba por dar uma nova intensificação aos três pontos iniciais, acarretando em ações contundentes no que diz respeito à segurança continental.

As negociações para a criação da ALCA

As discussões e negociações para a criação da ALCA tiveram várias rodadas, ao longo dos seus dez anos de lançamento. As reuniões do Comitê de Negociações Comerciais e dos demais grupos de negociações não lograram avançar de forma significativa para a consolidação da integração continental. Pelo contrário, as diferenças de interesses, assim como as dificuldades de negociação emperraram o andamento de sua criação, previstas para o ano de 2005. Até 2002, apenas haviam sido estabelecidas parcerias e medidas de facilitação de negócios. Não avançando muito e ficando emperrada, a pauta das discussões, devido ao extremo protecionismo, principalmente por parte do modelo norte-americano.

A principal dificuldade é atribuída a crescente resistência frente ao projeto e a idéia de integração defendida pelos negociadores de Washington. Jaime Estay R.³ aponta dois fatores importantes nesta dificuldade. Um diz respeito às mudanças de governo ocorridas na Venezuela (Hugo Chaves), no Brasil (Lula da Silva) e na Argentina (Nestor Kirchner). Estes governos aumentaram o questionamento frente aos princípios gerais para a criação da ALCA e os interesses de Washington na agilização desse processo.

O outro, trata-se do aumento gradativo das pressões internas de setores e forças sociais, que também aumentaram o questionamento sobre a criação e implementação desse modelo de integração. Pressões que oscilavam entre os diversos setores sociais, desde empresários preocupados com as disparidades de concorrência com as transnacionais, aos setores contrários pelo conteúdo e pela passividade dos governos, que silenciosamente acataram as 'normas'.

No tocante aos nove pontos da negociação da ALCA, são apontados cinco deles como conflitantes e em desacordo. Paralisa-se o andamento das negociações e a criação e estabelecimento da integração continental, via o modelo norte-americano. Os cinco pontos

³ ESTAY, Jaime R: *El ALCA después de Miami: La conquista continúa*. In: CECENÁ, Ana Esther (ORG): *Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI*. Colección Grupo de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires, Julho de 2004.

conflitantes são: agricultura, direitos de propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais e políticas de concorrência.

O maior desacordo em termos da agricultura, diz respeito aos elevados subsídios do governo dos EUA a seus produtores, que acabariam por aniquilar os produtores do sul do Rio Grande pela falta de subsídios internos e pela concorrência desigual. Neste debate e negociação existem duas posturas contrárias, uma a de alguns países latino americanos, principalmente os membros do MERCOSUL, que pressionam pela redução dos subsídios agrícolas; do outro lado, a idéia dos EUA em congelar essa discussão até sua resolução na Organização Mundial do Comércio (OMC), garantindo que outros países desenvolvidos acatem tal política como, por exemplo, a União Européia.

Tal discussão acarreta uma real problemática entre os países desenvolvidos e os países ‘em vias de desenvolvimento’, que acabou por fracassar na reunião ministerial da OMC, em Cancun. Quanto à Propriedade Intelectual apontam-se três questões prejudiciais para o Sul com a implementação da ALCA. O uso pago das tecnologias geradas nos países do terceiro mundo (EUA, neste caso); dificuldades de exceções para esses pagos, como em questões de Saúde Pública; e o patenteamento dos recursos biológicos, saberes e produtos tradicionais por empresas transnacionais. Problemas que já ocorrem de forma desenfreada. Exemplos como o da ayahuasca e do cupuaçu tornaram-se famosos no Brasil.

Quanto aos pontos de investimentos, compras governamentais e políticas de concorrência, segundo Jaime Estay R, são antagônicos. Os dois últimos se chocam com o primeiro, principalmente, no tocante as pressões e ambições de Washington, quanto à inclusão e compromissos com os demais governos do continente.

O impasse quanto ao problema dos Investimentos concentra-se nas facilidades e vantagens para os grandes capitais e as obrigações para os países receptores dos investimentos. Semelhante ao encontrado na TLC; no setor das Compras Governamentais o desacordo está nas grandes reduções das margens de autonomia e manobra da política econômica, principalmente referente aos gastos públicos.

Por último, nas Políticas de Concorrência a divergência se encontra na perda de força das funções estatais. Propõe-se a homogeneização das distintas legislações nacionais quanto ao tema, homogeneização dos princípios e normas. Mas também a limitação das empresas nacionais e ou estatais a um funcionamento guiado por interesses mercantis, evitando-se os monopólios públicos e possibilitando a concorrência com o capital privado.

Embora não se faça menção na bibliografia, pode-se somar um sexto ponto de desacordo, fruto dos demais cinco pontos explicitados acima. O tema da solução de controvérsias, pelo próprio nome, evidencia de que não se tem conseguido dar passos significativos, uma vez que é sua função tentar buscar alternativas conjuntas aos impasses relatados aqui. Os demais temas - acesso a mercados; serviços e subsídios antidumping e medidas compensatórias, estão envolvidos, de uma forma ou de outra, no andamento do acordo e em seus apêndices transversais que se interligam com os demais temas.

Com o impasse nas negociações, os EUA intensificam suas ações no intuito de aprovar, durante a Reunião Ministerial de Miami, um conjunto de medidas que impusessem os conteúdos e interesses do modelo do Norte. Como tal feito não alcançou resultado favorável a esses interesses, decidiram congelar as discussões e negociações referentes a esses pontos mais conflitantes – como o tema da agricultura e das compras governamentais atreladas à discussão multilateral na OMC. Optou-se por buscar um ‘mínimo-comum’, uma ‘ALCA Light’, como ficou chamado pela imprensa internacional, que possibilitasse o avanço do acordo em seus pontos consensuais. Um revés aos interesses Norte-americanos e uma momentânea contenção do acordo.

A ALCA e a Segurança Continental

A idéia de busca de um ‘mínimo-comum’, através da proposta de Washington, em Miami, acarreta em duas novas problemáticas. Uma que, claramente, demonstra a impossibilidade de mudanças e modificações de importância na estratégia e no modelo

defendido pelos negociadores dos EUA. A outra, a falta de clareza do significado da idéia de ‘mínimo-comum’, pois não estão claros os pontos conflitantes da negociação que acabaram sendo deixados de fora. Como afirma Jaime Estay:

“(…)no se sabe cuáles de los puntos conflictivos efectivamente quedarán fuera de ese nivel de negociación, a lo que se agrega que también en Miami se acordó la creación de un segundo nivel (o segundo ‘piso’) en las negociaciones de la ALCA, que en el punto siete de la declaración final de esa reunión, quedó planteado en los siguientes términos: ...las negociaciones deberían permitir que los países que así lo decidan, dentro del ALCA puedan acordar beneficios y obligaciones adicionales. Una posible línea de acción podría ser que estos países lleven a cabo negociaciones plurilaterales dentro del ALCA para definir las obligaciones en cada área respectiva. (Octava Reunión de Ministros de Comercio del Hemisfério, 2003)”. (Estay, in Ceceña: 2004, 78)

Esses acordos plurilaterais surgem como estratégia facilitadora da integração entre os países de forma desigual e impositiva. O caráter plurilateral é mais uma sorte de ações e negociações bilaterais, entre os interesses e modelo dos EUA, junto aos países e governos do centro-sul do continente. Mantém-se a velha prática da barganha política sobre pressões econômicas e ameaças de fim de financiamentos, entre os países do Norte e do Sul. Assim como facilita a integração com os países e governos menos críticos às negociações.

Para Estay, se alcançar êxito tal negociação plurilateral, isso será por três objetivos: a compatibilidade do tempo com a prática, ficando firmado na data prevista (2005); isolar aqueles governos mais críticos e com maiores reticências ao modelo do Norte; e a implementação da totalidade dos pontos originais da ALCA. (Estay, in Cecenã: 2004, 79)

Essa postura de um ‘mínimo-comum’ ou de ‘negociações plurilaterais’ demonstram a manutenção das estratégias e interesses de Washington em não modificar sua postura e política frente à América Latina e Caribe. Pelo contrário, são mantidos esses interesses na esfera econômica, a partir de velhas/novas formas de negociação, assim como no plano político militar.

Essa questão, no âmbito político militar, fica clara no *The National Security Strategy of the United States of América*⁴. Nesse documento são apontados como maior ameaça, aos interesses dos EUA, os ‘Estados falidos’ – sob controle de governantes com interesses conflitantes – que os ‘Estados conquistadores’.

Ou seja, percebe-se que, para os EUA e a sua idéia de segurança, nacional/continental, a ameaça não é militar, mas sim econômica. A partir dessa idéia firmam a manutenção de sua ação unilateral, garantindo o ‘direito legítimo’ de atuarem sozinhos em defesa própria.

O conceito de defesa própria acarreta na elasticidade de seu entendimento. Permite-se sua ação unilateral, sem autorização ou ajuda de parceiros, inclusive em questões considerados perigosas que possam se concretizar no futuro, como a produção e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a produção de armas de destruição em massa, ou a ameaça de ataques terroristas, ou a idéia de ‘guerra preventiva’. Todas permitem a idéia de não esperar o ataque inimigo para uma reação de autodefesa, mas sim agir antes de um provável ataque, em nome de sua segurança nacional, sob a estratégia unilateral.

Esta questão se demonstra facilmente com a construção de bases militares em pontos estratégicos do continente americano. Estabelece-se a mais sólida estrutura de segurança e defesa de seus interesses. Inclusive, pode-se dizer que, atualmente, apenas o Brasil e a Venezuela se negaram a aceitar, em seus territórios, a construção de bases militares dos EUA.

No restante do continente evidenciam-se tais bases. Essa disseminação de bases militares permitem ações preventivas, em um curto prazo de tempo. As pressões quanto à implementação dos Planos bilaterais no continente também servem de demonstração dessa estratégia. A fórmula terrorismo-narcotráfico-meio ambiente tem servido de argumento para a inversão de somas consideráveis de dinheiro para a integração policial-militar entre os países, como os Planos Dignidade, Colômbia e Puebla-Panamá.

⁴ Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América. Governo dos EUA. Setembro, 2002.

No caso da OEA, os EUA impulsionaram a elevar a importância do tema segurança num lugar prioritário da agenda regional. Questão que modificou os acordos e instituições já existentes, assim como a criação de novas instâncias (ver anexo 1). Esta estratégia vem ocorrendo desde 1995, na Junta Interamericana de Defesa (JID) e no Colégio Interamericano de Defesa (CID), com as pressões pela aplicação de suas funções e as modificações de seus papéis como instâncias, através da manutenção da ordem, da segurança e da paz no hemisfério.

Outro exemplo está no crescimento da importância do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE) criado em 1999, reforçando suas atividades de rastreamento de movimentos, grupos ou células e suas fontes de relacionamento e financiamento, através da criação de uma rede interamericana de informações, desde setembro de 2001.

A Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, adotada em 3 de junho de 2002, e ainda a espera de ser ratificada pelos governos do continente, têm como meta prevenir, sancionar e eliminar o terrorismo. Para Jaime Estay, sua aplicação fica clara com os pontos tratados nos subtítulos do documento final. São eles: “Medidas para prevenir, combater e erradicar o financiamento do terrorismo; Embargo e congelamento de fundos e de outros bens; Cooperação em âmbito fronteiriço; Cooperação entre autoridades competentes para a aplicação da lei; Assistência Jurídica mútua; Traslado de pessoas sob custódia; Inaplicabilidade da exceção por delito político; Negação da condição de refugiado e Negação de asilo.” (Estay, in Ceceña: 2004, 83)

Embora tais pontos, todavia, não tenham sido ratificados pelos governos e pela OEA, pode-se afirmar que alguns deles já estão em vigor. O caso mais emblemático é o do ex-presidente do Panamá, o Gen. Noriega. Mas, atualmente, a questão toma maior clareza no tocante ao conflito colombiano e a aplicação do Plano Colômbia; assim como no que diz respeito ao Plano Dignidade e a Bolívia; ou no tema da Tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Neste último exemplo chegou-se a constituir o grupo 3 + 1 de segurança na tríplice fronteira, ou seja, Brasil, Argentina, Paraguai + Estados Unidos.

A manutenção do Status Quo

Dentro da idéia de hegemonia podemos perceber que os EUA mantêm sua idéia de controle e segurança nacional estendida ao restante do continente. Sendo, para Washington, a idéia de segurança continental semelhante à idéia de segurança nacional. Talvez, essa seja a forma mais clara de verificar a manutenção de uma hegemonia, quando a segurança de uma nação é tratada e observada para além de suas fronteiras.

A idéia de Integração Continental com a ALCA permite perceber que esta serve como uma das estratégias da potencia hegemônica do Norte em garantir seu controle e a segurança de seus interesses sobre o hemisfério. A ALCA, entretanto, esbarrou nos distintos interesses dos povos do continente, numa mistura de inabilidade política, incapacidade negociadora, fruto da unilateralidade do modelo.

Para vencer este impasse, outras medidas simultâneas foram lançadas, como o chamado ‘mínimo-comum’, ou a integração plurilateral ou bilateral. Esta diferenciação plurilateral/bilateral serve como forma de visualização das diferenças entre as partes. Embora, elaborado em outras condições, lembra o velho modelo mercantilista, ente a metrópole e suas colônias.

Enquanto aquela estabelecia uma relação plurilateral com suas colônias referente a seus interesses, estas funcionavam de forma bilateral com a metrópole. Uma sorte de ‘pacto colonial pós-moderno’. Esta relação tem minado ao longo dos anos a plurilateralidade das ‘colônias’, tornando suas negociações e acordos ineficientes e frágeis devido às pressões e interesses da ‘metrópole’.

A partir desta idéia, pode-se afirmar que o projeto dos EUA avança por distintas vias, inclusive na estratégia global e hemisférica. O tema da segurança torna-se um ponto de suma importância para seus interesses e estratégias, sob o hemisfério e o globo.

CAPÍTULO II

PLANO DIGNIDADE

A Bolívia, durante os anos 1970, encontrava-se sob a ditadura de Hugo Banzer. Entre a gravidade da crise econômica e o enfrentamento com os movimentos populares, encontra-se a escalada do narcotráfico no país. Os EUA, nesse momento, intensificam suas pressões, frente à Bolívia, no intuito de exigir uma política de combate a esta problemática, ameaçando com a ‘desertificação’. Inicia-se, assim, uma política de combate ao narcotráfico, onde os movimentos populares tornaram-se as principais vítimas desta política.

Com o final da ditadura, em 1982, o país não havia se recuperado da profunda crise econômica, pelo contrário, encontrava-se mergulhado na hiperinflação. No início da década de 80 começa o processo de reconversão econômica, com a adoção de uma política neoliberal que não consegue resolver seus problemas estruturais. Nesse momento passa a aumentar a importância dos narco-vinculos ou rede de tráfico, cuja tendência era, cada vez mais, dominar a economia boliviana.

Embora as pressões norte-americanas estivessem presentes desde os anos 70, a temática do narcotráfico torna-se um grande problema nacional e ganha dimensão internacional e pauta das relações Bolívia com os EUA que propõe uma política de cooperação internacional capaz de enfrentar a produção da coca.

No final dos anos 1990, no governo de Jorge Quiroga Ramirez, foi lançada uma grande chamada à cidadania, movimento denominado de Diálogo Nacional. Realizou-se a

Convenção “Bolívia rumo ao Século XXI” com a participação de autoridades dos três poderes da República e da sociedade civil, representado pelos principais partidos políticos, coccaleros, igreja católica, empresários do setor privado, meios de comunicação, ONG’s, organizações camponesas, Comitês Cívicos, Direitos Humanos e da mulher, a Central Operária Boliviana (COB) e diversas organizações sindicais.

A partir desta Convenção, realizada em setembro de 1997, foram elaborados dois documentos. O primeiro, chamado “Plano Dignidade – Luta antidroga (1997-2001)” e o segundo “Plano Dignidade – Estratégia boliviana de luta contra o narcotráfico (1998-2002)”. Instrumentos com o quais se pretendia mudar a situação do país, principalmente no campo social.

A luta contra o narcotráfico e a realidade boliviana

O presidente Jorge Quiroga Ramirez no início do movimento cívico, Diálogo Nacional lamentava a entrada da Bolívia no circuito da droga pelos desdobramentos que atingiam a sociedade. Dizia ele que “El efecto de este fenómeno (narcotráfico) fue ciertamente negativo para el país. La participación en el circuito del narcotráfico trajo como consecuencia un gran incremento de la informalidad y la ilegalidad de las actividades económicas en el país. Penetró y corrompió las instituciones del Estado y de la sociedad boliviana y deterioró seriamente la imagen internacional.” (Plano Dignidade: 2001, 4)

No balanço apresentado no segundo documento (1998-2002) o governo reconhecia a situação da Bolívia até agosto de 1997 como um momento de extrema dificuldade e preocupação no que diz respeito ao combate ao narcotráfico. Segundo ele, todo o esforço destinado à luta contra o narcotráfico, e a grande quantidade de verba para tal combate, apesar de haver conseguido reduzir o número de hectares cultivado, obteve resultados insuficientes. São relacionadas cinco questões pelas quais esses resultados não foram satisfatórios:

“El narcotráfico persiste y ha logrado incorporar a la mayoría de los campesinos, antes solo productores de coca, al negocio delincencial de la producción de cocaína;

La lucha que busca resultados parciales no va a lograr resultados concretos y no sólo va a desalentar y debilitar a las autoridades nacionales sino que va a determinar el desaliento de la comunidad internacional cuyo apoyo financiero es vital en esa tarea;

El enfrentamiento del Gobierno contra los campesinos cocaleros va a dividir a la sociedad boliviana y esa fractura puede tener consecuencias fatales para la Bolivia del siglo XXI. Se ha demostrado que la estrategia del enfrentamiento no tiene resultados positivos;

Además, el peligro de la desertificación del país tiene riesgos de gran magnitud para la economía boliviana. Una potencial medida en este sentido implicaría una reducción de \$US 2.365 millones en el plazo de los próximos cinco años;

Esta cifra es vital para sostener la estabilidad económica y encarar un proceso de crecimiento sostenido y la potencial desertificación no sólo implica el retiro de la ayuda americana sino, y sobre todo, el apoyo financiero de organismos internacionales como el Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), además de suspender la iniciativa del Programa de reducción de la deuda para los países pobres (HPIC)” (Plano Dignidade: 2002, 9)

Durante dez anos foram desenvolvidas atividades nesse campo e esta experiência apontava os problemas que deveriam ser consideradas para elaboração de novas políticas. No período de 1988 e 1997 reconheceu que foi dado um importante passo no combate as drogas, mas alguns problemas não foram resolvidos totalmente. É a partir de 1988, com o presidente Hugo Banzer, que o país incorpora em sua agenda prioritária o combate à produção e comercialização da coca-cocaína e suas redes de tráfico. Nesse momento, busca-se estabelecer políticas e legislações para sancionar a produção de coca no país. Sua produção é permitida tradicionalmente devido a sua demanda relacionada com o uso cultural de sua população. Além de sancionar esse tipo de atividade, visou-se comprometer a Comunidade Internacional no apoio a tal empreitada.

A formulação da Lei 1008, de 1988, foi promulgada no intuito de conter o avanço da produção ilegal e a comercialização dos excedentes de produção. A partir dessa lei são registrados, segundo os responsáveis pelo Documento, avanços sócio-econômicos conseguidos através dos projetos e planos executados. Na área da produção afirmam que houve:

“Cambios en la estructura productiva del sector agrícola de Cochabamba, con el incremento de cultivos alternativos: la producción lícita de cultivos ha aumentado de 46 mil hectáreas en 1987 a 105 mil hectáreas en 1998. El área de producción lícita en el Trópico de Cochabamba es 3 veces superior a los cultivos de coca y 160 % mayor a lo que existía en 1986.”
(Plano Dignidade: 2002, 09)

Apontam, os responsáveis pelo diagnóstico, que houve avanços através do desenvolvimento alternativo de banana, pinha, palmito, maracujá e pimenta, além da identificação de 72 espécies de madeiras catalogadas com valor comercial. Bem como a ampliação da infraestrutura viária e das redes de estradas que ligam as vilas e cidades às principais rodovias do país, aprimorando a comercialização. Assim como o melhoramento da infraestrutura social (saúde, educação e saneamento básico) e física (energia elétrica) que implicam em melhoria das condições de vida da população.

No campo da prevenção, houve avanços no desenvolvimento de modelos de atenção a crianças e adolescentes, validando metodologias e instrumentos de prevenção. Menciona-se o fortalecimento das ações institucionais internas, na formação de recursos humanos, e externas, no que diz respeito à cooperação internacional. Em termos de reabilitação dos usuários de drogas, padronizou-se os centros de recuperação e centralizaram-se as coordenadorias estaduais para aplicar as políticas conforme as necessidades regionais.

Por outro lado, também ficaram explícitas as carências estratégicas na luta contra o narcotráfico. Foram apontadas cinco questões não resolvidas. 1) a necessidade de “Eliminar el narcotráfico, que ha incorporado campesinos productores de coca en producción de cocaína”; 2) a necessidade de “Reducir sustancialmente los cultivos de coca”; 3) falta de “Resultados integrales concretos en desarrollo alternativo, debido a sus

metas parciales y a la falta de apoyo técnico e financiero”; 4) Manter “con incidencia pequeña el consumo interno de cocaína”; 5) Evitar “el enfrentamiento del gobierno con los campesinos cocaleros.” (Plano Dignidade: 2002, 10)

Não é difícil perceber a contradição que apresentam neste documento, que embora afirme de forma contundente a redução da produção ilícita, em seguida a pontua como uma das carências de estratégia. Ou a contradição dos avanços e fortalecimentos institucionais internos e externos com a carência estratégica de apoio técnico e financeiro.

No período de agosto de 1997 a março de 1999, consideraram, os redatores do Plano, como um ponto de inflexão e, de 1999 a 2002, a consolidação do processo. Afirmam que, entre 1997 e 1998, houve uma diminuição na ordem de 15% da produção de coca ilegal, sendo esse o nível mais baixo de produção nos últimos 10 anos. Ou seja, foram erradicados ao redor de 21.000 hectares. Acarretando, conseqüentemente, na redução potencial da produção de cocaína.

No que se relaciona a interdição, ou seja, a intervenção armada no combate ao tráfico, afirmam que o aumento do número de detenções, 42% maior em relação a 1997, da contenção da entrada de substâncias químicas, em torno de 13%, e do tráfico em 1%. Com isso, constata, também, que se avançou na luta contra o tráfico, especificamente na erradicação e interdição, uma vez que se observou o estancamento do valor da coca no mercado. “A pesar de estas acciones el precio de la coca en 1998 no aumentó, mostrando el éxito de las políticas de interdicción e erradicación.” (Plano Dignidade: 2002, 10)

Questão extremamente complexa para uma análise tão superficial de vitória contra o circuito coca-cocaína, nesse período. Sabe-se que a falta de insumo no mercado, principalmente, quando é ilegal, tende a aumentar o valor do produto, tanto da coca quanto da cocaína. A afirmação de avanço vitorioso, por não haver aumento do valor destes produtos no mercado interno, não constitui justificativa plausível para uma eventual e pontual vitória contra o narcotráfico.

O mesmo no tocante ao aumento do valor dos produtos alternativos, como banana, pinha e maracujá, que segundo o documento afirma haverem crescido no mercado interno na ordem de 55%, em 1998. Embora se saiba que a coca-cocaína continua obtendo um valor maior nas relações comerciais legais e ilegais, é de se estranhar tal afirmação de forma enfática no documento, sem se apontar claramente esses valores de mercado.

O momento denominado de consolidação do processo (1999-2002) ressalta os avanços alcançados a fim de evitar a possibilidade de reversão do mesmo. Para isso, se destaca a necessidade de implementar, equilibradamente, os quatro pilares do Plano. Sendo assim, implica-se a necessidade de dispor de novos recursos adicionais para levar de forma integral e efetiva a luta contra o narcotráfico. Sendo necessário superar alguns entraves, ainda pendentes. Para lograr estes avanços seria necessário superar vários entraves.

No campo externo, o “debilitamiento del apoyo internacional y el aumento de las condiciones a pesar del principio de la responsabilidad compartida”; a deficiência “en la investigación y transferencia de tecnología”; a falta de “asistencia técnica y determinación de canales de comercialización de los productos del desarrollo alternativo” e o “Financiamiento insuficiente”.

Do ponto de vista interno foram constatadas a “deficiente interrelación de los marcos institucionales (incluso los mecanismos de coordinación horizontal a nivel departamental y municipal no [estaban] definidos) que producen dispersión e duplicación de esfuerzos con políticas y criterios de priorización y elegibilidad contradictorios”; a escassa “participación de la población involucrada, que resta credibilidad de las políticas (...) Insuficiente participación del sector privado”; Falta de “consolidación de los programas y proyectos del desarrollo alternativo (...) y de una estrategia de comunicación”; “Inseguridad jurídica relacionada con la propiedad (...) y poco énfasis en el manejo y conservación de recursos naturales.” (Plano Dignidade: 2002, 11)

A superação destes pontos seria um acerto no que diz respeito ao combate de forma integral e eficaz contra o narcotráfico. Porém, retornam as contradições que explicitam as falhas deste mecanismo de combate. Enquanto se enumeram os grandes avanços, fruto do

Plano Dignidade, o aprimoramento das instituições para levar a cabo tal política, o importante envolvimento da Comunidade Internacional, a redução da produção ilegal e o controle dos excedentes em contraposição ao aumento do desenvolvimento alternativo, dentre outras, contrapõe-se aos pontos enumerados que, claramente, demarcam a insuficiente eficácia de tal Plano.

Aqui se pode dizer que se enumeram os efetivos problemas de uma política que não alcançou seus objetivos concretos, a fim de evitar, inclusive, a retomada da escalada do circuito coca-cocaína. Um exemplo claro desta questão diz respeito ao não envolvimento da população que clarifica a fragilidade na inclusão do principal setor interessado que não se envolveu na luta contra o tráfico da forma que se esperava por parte das instituições bolivianas.

Esse não envolvimento da população e a idéia de não enfrentamento com os “coccaleros”, postulado no momento de inflexão, têm demonstrado o aumento dos freqüentes confrontos com os setores populares. Esse enfrentamento tem crescido nos últimos anos. Um exemplo desta questão diz respeito à queda do Presidente Sanchez de Lozada, em outubro de 2003, e a crise institucional do governo de Carlos Mesa, entre março e junho de 2005.

Claro que não foram apenas os coccaleros os responsáveis por tais ações, mas sim o conjunto da sociedade composta, também, por sindicatos, agremiações, Central Operária Boliviana, os mineiros e indígenas do país. Uma clara demonstração quanto à real ineficiência do Estado boliviano em garantir a melhoria da qualidade de vida dessa população, que demonstra através de suas insurreições e rebeliões o alto grau de insatisfação perante aos rumos políticos e sociais do país.

Rumo ao século XXI

O Diálogo Nacional, iniciado pelo presidente Hugo Banzer tratou, principalmente, de buscar pontos consensuais capazes de apontar saídas para questão da produção de coca na Bolívia. O resultado desse debate trouxe a tona o consenso entre as partes no que diz respeito a três questões que acabaram por nortear as discussões: o narcotráfico, a dependência econômica e a busca da dignidade nacional. Como consenso estabeleceram três diretrizes:

A primeira determinava que a Bolívia deveria sair do circuito ilegal das drogas em um período de cinco anos, entre 1998 e 2002. A segunda afirmava que a luta contra o narcotráfico constituiria uma política do Estado demandando a participação ativa e responsável de toda sociedade boliviana. E, por último, definiram que o problema do narcotráfico tinha um caráter multinacional, por isso, sua eliminação seria de responsabilidade compartilhada com todos os países produtores, envolvidos no comércio e consumo da droga. (Plano Dignidade: 2001, 10)

Estes pontos consensuais apontam a necessidade de união entre as partes, governo e sociedade civil, na luta contra o narcotráfico, em um tempo estipulado de cinco anos, sendo prioridade do Estado em apontar soluções no combate e envolver a sociedade nessa luta, isso no plano interno.

No plano externo, se responsabilizam outros governos no tocante ao tema, questão que permitiu a aproximação com outros povos em apoio financeiro e estratégico para tal questão. Essa brecha trouxe conseqüências que já vinham das pressões externas, como as feitas pelos EUA e a ameaça de desertificação do país.

Essa ameaça de desertificação seria concretizada de duas formas de ação. Uma relativa ao corte de financiamentos e ajudas externas, principalmente dos EUA, assim como a desertificação resultante do combate aos plantios através de fumigações das áreas produtoras de coca (como ocorre no caso da Colômbia). Aqui aparece a discussão referente

à segurança continental e a manutenção de uma hegemonia através de pressões políticas para o combate ao narcotráfico, um dos temas prioritários da agenda do continente desde os anos 80.

Partindo da diretriz geral de retirar o país do circuito da coca-cocaina, em cinco anos, estabeleceram como objetivos a necessidade de uma atitude firme de atuação do Poder Executivo, capaz de garantir e impulsionar o Poder Legislativo no envolvimento das ações necessárias em relação a este problema e uma reforma Judiciária, onde as leis fossem adequadas e se aprimorasse seu cumprimento.

Ou seja, os três poderes deveriam atuar, principalmente, no âmbito da formulação de novas leis e na garantia de seu cumprimento, envolvendo, envolvendo, assim, toda a estrutura do Estado:

“La Estrategia se fundamenta en el cumplimiento de la Constitución Política del Estado y las Leyes del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas, del Medio Ambiente, Forestal, del Instituto Nacional de Reforma Agraria, de organización del Poder Ejecutivo, Código de Procedimiento Penal y legislación relacionada con la protección de los Derechos Humanos y el funcionamiento de la Defensoría del Pueblo”. (Plano Dignidade: 2002, 1)

Dentro desse marco, definem-se os princípios que regem a estratégia, sendo a luta contra a pobreza, a proteção do Meio-Ambiente somada ao respeito aos Direitos Humanos e da Mulher e a geração de renda promovida pela atividade econômica. Busca-se garantir a estabilidade social e restringir a violência resultante do combate ao narcotráfico, bem como a produção ilegal de coca, através do Programa de Prevenção de Conflito, aplicada de forma transversal e integral.

Essa estratégia está composta de quatro pilares, articulados de maneira integral com os setores de luta e combate ao narcotráfico. Cada um desses pilares - Erradicação, Desenvolvimento Alternativo, Interdição e Prevenção Global ou Prevenção e Reabilitação – deveriam atender a objetivos específicos. No caso da Erradicação, o objetivo específico

seria eliminar a totalidade da produção de coca ilegal e/ou excedente até 2001. Foram destinados US\$ 108 milhões para sua viabilização.

O objetivo do Desenvolvimento Alternativo seria o de complementar, ampliar e consolidar as condições de desenvolvimento alternativo socioeconômico permitindo estabelecer uma nova perspectiva de vida para 38.000 famílias, ligadas direta ou indiretamente com o circuito coca-cocaína.

Esse objetivo deveria estabelecer ações centradas nas províncias de Chapare, Carrasco e Tira, no departamento de Cochabamba e nos Yungas, no Departamento de La Paz, onde se buscam substituir a produção de coca por agroindústria, agrofloresta, agropecuária, turismo, artesanato, transporte, comunicações e serviços. Seriam destinados US\$ 700 milhões para sua realização.

No caso da Interdição, o objetivo seria desarticular os circuitos do tráfico ilícito das drogas, seus agentes, financiadores e demais elementos que compõem a rede do narcotráfico no país. Subdividiu-se em dois anéis de controle: um externo, exercido pela Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN) e outro interno, apoiado pelas Forças Armadas. Sua lógica é de deter a entrada e saída de drogas e dos membros dessa rede. Para isso, foram destinados US\$ 129 milhões. Busca-se envolver, também, a Justiça no combate a corrupção, principal arma do narcotráfico, e o melhoramento do Sistema Penitenciário;

Por último, a Prevenção Global ou Prevenção e Reabilitação que deveria proteger a população boliviana dos riscos e danos associados ao uso indevido e ao abuso de cocaína e outras drogas, fomentando estilos de vida saudáveis. A estratégia seria através da educação, comunicação, investigação, participação comunitária e apoio institucional para prevenir limitar e reduzir o uso das drogas.

A reabilitação visa consolidar e fortalecer novos centros de tratamento para adictos além de grupos de auto-ajuda e serviços especializados em saúde mental. A verba destinada

para este pilar seria de US\$ 15 milhões. Num montante de US\$ 952 milhões, apenas US\$ 15 milhões seriam investidos para prevenção e reabilitação dos envolvidos, sendo a maior parte destinada à construção de centros de detenção e centros de recuperação.

Seguem, assim, os erros comumente verificados no que diz respeito à reabilitação. Questão contrariada, inclusive, em documentos da ONU e OIT¹ referente ao tema, que afirmam a necessidade de um conjunto de medidas que levem não apenas ao combate e a reabilitação através de onerosos centros, que normalmente atendem a um número considerado insignificante de dependentes químicos e não justificando os altos custos para a construção e manutenção desses centros.

Poderia afirmar-se que, do ponto de vista do pilar Desenvolvimento Alternativo, o Plano Dignidade demonstra apontar uma opção viável de vida para a parcela da população envolvida no circuito das drogas. Porém, se a intenção é correta, sua realidade é falha por uma questão simples: o valor da coca no mercado é superior ao valor dos demais produtos tradicionais, como o milho, o arroz e o feijão.

A realidade social da Bolívia, o mais pobre da América do Sul, induz a grande parcela excluída da sociedade, principalmente, de origem indígena, a aumentar as áreas de cultivo de coca – permitido segundo a constituição do País (lei 1008) e controlada pela Direção Nacional de Comercialização da Coca (DIGECO) – vendo nesse produto uma real possibilidade de melhoria das condições desastrosas de vida. Para isso, se descumpra a lei através da invasão de novas áreas para produção da planta, bem como a venda dos excedentes no mercado paralelo do narcotráfico.

Um outro dado importante diz respeito ao montante designado, pelo governo, que não passa de 15% da verba total para Prevenção, sendo que o restante é arrecadado a partir de políticas de cooperação internacional, calcadas na luta antidrogas. Os EUA constituem a principal parceria. Questão também contraditória, uma vez que, nesta política, se afirma a

¹ SILVA, Jailson de Souza e, URANÍ, André (Cordenadores). *Crianças no Narcotráfico: Um diagnóstico rápido*. Organização Internacional do Trabalho: Ministério do Trabalho e Emprego - Brasília. Oficina Internacional del Trabajo – Brasil. 2002.

importância central do Estado Boliviano em assumir a frente e coordenação dessa campanha.

Cooperação Internacional

Para possibilitar a implementação dos quatro pilares do Plano Dignidade, a Bolívia necessitou de apoio e auxílio externo. Não só nas investigações para o desmonte das rotas de tráfico, mas principalmente no que diz respeito a financiamentos que fossem capazes de permitir a ação e implementação de tal política.

Essa necessidade, somada com as já antigas pressões externas, principalmente as de Washington, pelo combate ao narcotráfico no país, levaram a Bolívia a vincular-se à estratégia internacional antidrogas. Nas Nações Unidas (ONU) o governo boliviano sempre procurou apoio através da adesão aos seus programas e políticas como, como por exemplo:

- 1) Convenção Única Sobre Estupefacientes de 1961, emendada no protocolo de 1972. No qual a Bolívia aderiu em 23 de setembro de 1976 mediante o Decreto Lei 12906;
- 2) Convenio de Substâncias Psicotrópicas de 1971. Aderido pelo país em 20 de março de 1985, mediante Decreto Supremo 14122;
- 3) Convenção das Nações Unidas Contra o tráfico Ilícito de Estupefacientes de 1988. Assinado em 30 de maio de 1990, mediante a lei 1159.

Desta forma pode-se assinalar que a Bolívia e o Plano Dignidade possuem compatibilidade com as decisões tomadas na ONU, por meio dos instrumentos multilaterais, assinalados a cima. Tais instrumentos demonstram a semelhança com os pilares do Plano Dignidade, estando totalmente de acordo com as exigências dos membros das Nações Unidas.

Essa compatibilidade não é diferente quando observamos o papel da Bolívia frente à Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo aprovado e aderido às decisões e convenções deste órgão multilateral, como por exemplo:

- 1) Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD);
- 2) Regulamento Modelo para o Controle de Precursores e Substâncias Químicas, Maquinarias e Elementos (México, abril de 1990);
- 3) Regulamento Modelo sobre Delitos de Lavagem relacionados com o Tráfico Ilícito de Drogas e Delitos Conexos (Bahamas, março de 1992);
- 4) Decisões adotadas nas Cúpulas de Cartagena (1990) e de San Antônio (1992);
- 5) Decisões da Estratégia Antidrogas no Hemisfério, aprovada em 1997 na OEA, que incluem medidas de redução da demanda e da oferta, bem como adoção de medidas de controle;
- 6) Plano de Ação para a Implementação da Estratégia Antidrogas no Hemisfério (CICAD - 1998);
- 7) Criação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), adotada na II cúpula das Américas em Santiago do Chile (1998), iniciativa da OEA em resposta à 'certificação' exigida pelos EUA.

No que diz respeito à cooperação junto a União Européia, a Bolívia participa na elaboração de um mecanismo de cooperação bi-regional em matéria de drogas entre a União Européia e a América Latina e Caribe, aproximando as regiões para o combate ao narcotráfico como tema prioritário. Igualmente participa nos diálogos entre a União Européia e o Grupo Andino sobre o tema das drogas, onde já se firmaram dois convênios:

- 1) Acordo Bilateral entre Bolívia e União Européia relativa a controle do desvio de precursores químicos essenciais. Documento que conta com uma lista de produtos a serem controlados;
- 2) Acordo de Financiamento, mediante o apoio da União Européia em financiar estudos para adequação da legislação da área andina frente o tráfico e a lavagem de dinheiro.

Além dos já mencionados acordos para a cooperação internacional, a Bolívia firmou uma série de convênios de cooperação com outros países, todos no âmbito das relações bilaterais. Planos para o combate ao narcotráfico, o comércio de substâncias psicotrópicas, lavagem de dinheiro, delitos conexos e desenvolvimento alternativo firmados com a Alemanha, Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica, Colômbia, Espanha, Equador, França,

Rússia, México, Paraguai, Peru, Reino Unido, Uruguai, Venezuela, União Europeia e Estados Unidos.

Estes acordos e convênios contemplam as necessidades do Plano Dignidade e de seus quatro pilares através de assistência técnica, desenvolvimento alternativo, controle e fiscalização, assistência judiciária, intercâmbio de informações e experiências sobre os temas relacionados ao narcotráfico.

Estados Unidos no combate ao narcotráfico na Bolívia

O principal parceiro nesta iniciativa, na elaboração do Plano, no financiamento e apoio, diz respeito ao governo dos EUA, que vem firmando políticas de cooperação internacional com a Bolívia, através de planos bilaterais. O governo norte-americano destinou, entre 1993 e 2001, US\$ 545,6 milhões de dólares para o Plano Dignidade. Tal montante foi destinado para a viabilizar os quatro pilares do Plano.

Esta ajuda, segundo os promotores do Plano foi direcionada, principalmente, para desenvolvimento alternativo. Enumeram-se todas as mudanças, fruto desse pilar na região de Cochabamba. Sendo assim, mencionam-se apenas um ponto em relação à interdição, que diz respeito à construção de um aeroporto civil-militar - a base de Chimore - onde todo o equipamento aeronáutico e militar foi financiado pelos EUA, cabendo apenas à prefeitura de Cochabamba a construção do terminal.

Os demais pontos enumerados fazem menção ao fortalecimento de organizações agroindustriais, agroflorestais e agropecuários. Além de ressaltar a importância da reorganização do Departamento de Cochabamba para o eco-turismo e as inovações no que diz respeito à produção de gengibre, 'cúrcuma', 'achiote', mandioca, batata e folhas de chá.

Para colocar em prática as medidas anteriores, foram reconstruídas estradas e vias de acesso que ligam o Departamento de Cochabamba ao restante do país. Como afirma o

documento, entre 1985 e 1999 “el gobierno estadounidense construyó 82 escuelas, 15 postas sanitarias, 10 centros comunitarios y un hospital en la región con fondos del Desarrollo Alternativo”. (Plan Dignidad: 2001, 47)

Quanto à forma de utilização da verba, a afirmação acima suscita mais uma contradição. Como se sabe, o Plano Dignidade teve origem em 1997. Embora o documento oficial faça menção às tentativas anteriores de combate ao narcotráfico, desde 1988 a 1997, através da adequação das leis para o combate ao narcotráfico, como se pode explicar a atuação dos EUA desde 1985 em políticas de desenvolvimento alternativo em contraposição ao avanço do narcotráfico?

Em agosto de 1998, o então presidente Hugo Banzer Suárez apresentou na reunião da ONU o Plano Dignidade como decisão soberana do Estado Boliviano, “sin presiones de organismos y países extranjeros” (Plano Dignidade: 2001, 48). Nessa reunião foi reconhecido o pedido oficial de Banzer em comprometer-se em retirar a Bolívia do circuito coca-cocaína em cinco anos, e para isso pedindo desde então a cooperação internacional. Apresentou o Plano como uma decisão soberana da Bolívia, elaborado sem pressões externas, mas a realidade é que desde 1985 os Estados Unidos já canalizavam recursos para o combate ao narcotráfico.

Parece um discurso contraditório ao relembrar o tema da ‘desertificação’, fruto das pressões de Washington. Questão clara, também, para o sociólogo boliviano, Fernando Salazar Ortuño², quando explicita que os EUA:

“(…) condicionaba su apoyo financiero – certificación – al cumplimiento de una política de estado que consistía en la erradicación y sustitución de los cultivos de coca en Bolivia, lo cual en términos operativos implicaba tomar una opción militar para enfrentar una guerra contra los campesinos productores de coca en dicho país.” (Ortuño, in Seone: 2004, 178)

² ORTUÑO, Fernando Salazar. *El Plan Dignidad y el Militarismo en Bolivia. El Caso del Trópico de Cochabamba*. In SEOANE, José (org). *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2003.

Uma outra contradição encontrada no documento diz respeito ao montante de verba destinada aos pilares do Plano. Os números designados a cada um dos pilares são contraditórios quanto ao montante de verba repassada por seus cooperadores internacionais e suas políticas bilaterais. Enquanto os quatro pilares somam US\$ 952 milhões, encontra-se no próprio documento um outro montante superior provindo de outras relações bilaterais.

Alguns exemplos como o da Dinamarca que repassou US\$ 126 milhões, ou a Conferência de Paris que repassou US\$ 941 milhões, em 1998, e US\$ 980 milhões, em 1999. Sem contabilizar outros valores menores, também em milhões de dólares. Indubitavelmente a soma desses valores extrapola o montante apresentado para a implementação dos quatro pilares.

Plano Dignidade e Segurança Continental

Para levar a cabo os pilares de erradicação e interdição dos cultivos de coca, no Trópico de Cochabamba, confiou-se às forças militares tal missão. Resultante das pressões Norte-americanas para a o combate ao narcotráfico e das condicionantes estabelecidas no conceito de intervenção da idéia de ‘Guerra de Baixa Intensidade’ (GBI), que se traduz na participação militar direta no combate da problemática do circuito coca-cocaína e na busca de desenvolvimento alternativo da região.

A partir desta estratégia intervencionista se estigmatizou e tipificou os produtores de coca como narcotraficantes, narcoguerrilheiros e narcoterroristas. Atingindo em sua maioria populações indígenas que sofrem conseqüências de ações inumanas e violentas, onde os Direitos Humanos não são sequer considerados e acabam por decretar a manutenção da impunidade. Essas ações violentas e impunes se alastram também em

direção as organizações sociais, como sindicatos e associações, tratando de ‘criminalizar’³ as ações políticas, protestos e manifestações. Para Ortuño:

“(…) la extensión de la práctica autoritaria del ‘neomilitarismo’ en la democracia formal de Bolivia, que es cada vez más extensa en contra de las protestas e movimientos sociales, y cuyo el fin es imponer por la fuerza políticas públicas condicionantes del gobierno norte-americano, transnacionales, de intereses privados e grupos de corrupción. En todos estos casos la impunidad también reina entre los que ordenan y los que ejercen la violencia, llevándonos a un serio riesgo de institucionalizar una cultura política de militarización en contra de organizaciones sociales de sociedad civil, lo cual daría como resultado la configuración de un nuevo sistema político de gobierno, que es el de la democracia formal militarizada en Bolivia.” (Ortuño, in Seoane: 2004, 177-178).

Esta caracterização fica clara quando o presidente Quiroga em reunião da OEA, em 2001, reconhece não apenas o apoio dos EUA ao Plano Dignidade, mas também a dos demais países membros da OEA. Articula, em sua intervenção, a relação direta entre o narcotráfico, o terrorismo e o protesto social:

“En una sesión protocolar del Consejo Permanente de la Organización de Los Estados Americanos (OEA), realizada el 3 de diciembre del 2001 en Washington, el jefe de Estado boliviano destacó que ‘el terrorismo y el narcotráfico son hermanos siameses’, a los que hay la necesidad de combatir a través de la profundización de la democracia. No aceptamos que el narcotráfico se disfrace de reivindicación social, como tampoco debemos aceptar que el terrorismo se disfrace de reivindicación política, manifestó.” (Plan Dignidad: 2001, 54)

É importante chamar atenção ao momento em que Quiroga faz tal declaração em dezembro de 2001, menos de três meses após o atentado ao “World Trade Center”. Ou seja, é nesse momento que o terrorismo, principalmente por pressão dos EUA, é elevado como

³ Um exemplo referente à chamada criminalização do protesto social diz respeito ao governo Argentino de Nestor Kirchner que, juntamente com o Congresso do país, aprovou a chamada ‘lei de convivência’, que visa acabar com a atuação de camelôs e prostitutas no centro da capital Argentina assim como a proibição de mobilizações e protestos sociais. Esta lei foi aprovada pelo Congresso Argentino e sancionada pelo Presidente Kirchner, em outubro de 2004.

quarto eixo de preocupação e atuação política no continente, incorporado ao narcotráfico, meio-ambiente e migração para os EUA.

Deve-se perceber que estes problemas estão interligados. Excluindo-se o tema da migração para os EUA, os demais são tratados de forma conjunta compondo uma rede complexa de luta contra o narcotráfico e o terrorismo, sendo estas associadas diretamente entre si, e suas repercussões no que se refere a caracterização específica de áreas do meio-ambiente.

Diferentemente da idéia de autonomia que se tenta passar com o Plano Dignidade, ao tratar da decisão de combate ao circuito coca-cocaína como resultado do consenso interno, sem interferências externas, percebe-se, mais claramente, que as intromissões e interferências levadas a cabo pelos EUA são mais antigas neste país do que se supõe. A afirmação do então presidente Hugo Banzer Suárez na reunião da ONU (1998), de tratar o Plano Dignidade como decisão soberana do Estado Boliviano, sem pressões externas, constitui um discurso deslocado da realidade.

Essa relação caracteriza-se como prática imperialista dos EUA, onde se mantém o jogo político e os interesses hegemônicos na Bolívia. Essa é a forma encontrada para ampliar seu conceito de 'segurança continental', que visa enquadrar a Bolívia frente às políticas de segurança (combate ao narcotráfico e ao terrorismo) bem como de integração econômica dos setores camponeses a partir da idéia de preservação do meio ambiente e seu uso sustentável, com a substituição da produção de coca por outros insumos e a atuação dos setores e investimentos privados.

“Se espera que los inversionistas privados aprovechen el potencial existente en los sectores de: hidrocarburos, energía, minería, turismo y agroindustria y se consolide el sistema financiero, con el desarrollo del mercado de capitales” (Plan Dignidad: 2002, 06)

Ou, mais claro ainda, a declaração do presidente Jorge Quiroga Ramirez, durante sua visita oficial de quatro dias aos EUA, em dezembro de 2001, onde se reuniu com o

presidente George W Bush. Nesse encontro, “El jefe de Estado boliviano insistió en su encuentro en la necesidad de ‘casar’ o ‘soldar’ las iniciativas de lucha contra las drogas y el terrorismo con las de integración comercial y energética” (Plan Dignidad: 2001, 53)

Ortuño, por exemplo, para tratar dos antecedentes das pressões de Washington, retorna até o período da ditadura militar para exemplificar tal ação. Assim como também se pode aproveitar, como exemplo, a inexistência de uma autonomia efetiva dos elaboradores do Plano Dignidade, que já sofriam sucessivas pressões e intervenções de toda ordem.

Para que se tenha uma idéia, a discussão quanto à ‘penalização’ da produção de coca e de seu consumo teria origem em inúmeras resoluções de organismos multilaterais. Segundo Ortuño, essas resoluções foram estabelecidas, principalmente, sobre a influencia, em grande parte, provinda dos interesses dos EUA que condicionava seu apoio a uma política de estado capaz de erradicar os plantios de coca. A partir dessa ‘certificação’, o aparato militar norte-americano entrava em ação junto às forças locais:

“El Plan Renacer, ejecutado por la FTC (Força de Tarefa Conjunta) en su misión de erradicación de coca contó también con personal de apoyo civil y militar del ejército de Estados Unidos, cuyo alcance fue el siguiente: ‘En forma trimestral en las gestiones 1999 – 2000 se recibió el apoyo de equipos del 7mo. Grupo de FF.EE. de los EEUU de Norteamérica. El número de personal extranjero que apoyó las FTC fue variable de 7 a 10 personas y de un modo general de las siguientes especialidades: paramédicos, explosivos armeros, franco tiradores y comunicaciones’. Se debe destacar que la capacitación de miembros de la FTC en temas de explosivos e especialización de unidades especiales de francotiradores es permanente, y resulta revelador que una de las principales tareas del personal militar norteamericano que tiene su base en el Trópico de Cochabamba es ser responsable de estos rubros.” (Ortuño, in Seoane: 2004, 184)

O início destas pressões, por parte dos EUA, segundo Ortuño, é datado desde as ditaduras militares (1971-1982), onde se estabeleceu a fiscalização da produção e as interdições de áreas produtoras. Nesse período os principais ataques eram dirigidos às organizações sociais, que acabou por decretar um banho de sangue, questão semelhante em

quase todos os países do centro-sul do continente e do caribe. Tal semelhança não é resultado de uma mera coincidência.

Durante a ‘redemocratização’ (1982), com a crise econômica e a hiperinflação, o narcotráfico e suas redes continuavam operando no país inclusive com a participação de membros dos mais altos escalões políticos, militares e policiais. Para Ortuño, nesse momento “Nuevamente la presión americana pudo más que la soberanía nacional y el diálogo, aplicándose políticas que tendían cada vez más hacia la militarización en la guerra contra la coca”. (Ortuño, in Seoane: 2004, 178)

A chamada ‘opção militar’ de combate ao narcotráfico foi iniciada em 1984, com 500 efetivos do exercito nacional para combater a produção e a comercialização da droga. Já em 1986 é apontada a participação direta de militares norte-americanos, com a ação *Blast Frunce* que contava com 160 *marines* dos EUA, equipados com seis helicópteros, atuando por três meses no combate ao narcotráfico nesse país.

Em seguida, deu-se a aprovação do documento de Santa Fé, entre países produtores de coca e os EUA, onde se define uma estratégia para América Latina na década de 90. Uma estratégia de combate à subversão comunista, o terrorismo e o narcotráfico.

Aqui, os EUA propõem a implementação de políticas de substituição da produção de coca por outros insumos. Este programa seria o anexo II (maio de 1990) que destinou o apoio financeiro de 33,23 milhões de dólares somente às Forças Armadas da Bolívia para o combate ao narcotráfico. Essa militarização foi implementada em 1991, com a chegada de 106 instrutores militares norte-americanos que, em vinte e duas semanas, instruíram 900 militares, em Montero e Riberalta, ao longo desse ano. Os treinamentos e instruções trataram de ações de ‘conflito de baixa intensidade’ e contra o ‘tráfico de drogas’ que seriam utilizadas contra os produtores de coca do Trópico de Cochabamba (Ortuño, in Seoane: 2004)

Por outro lado, nota-se o envolvimento de altos quadros políticos, militares e policiais que continuavam a beneficiar-se do narcotráfico em troca de informações. Para Ortuño, o momento mais expressivo de militarização, em um governo democrático, se deu durante o mandato de Hugo Banzer (1997-2002) “(...) cuyo el gobierno se caracteriza por la carencia de un programa de gobierno, recesión económica, corrupción y violación extrema de los derechos humanos mediante el uso ampliado de la militarización contra las protestas, movimientos sociales y los productores de coca en el Chapare.” (Ortuño, in Seoane: 2004, 180)

A importância do Plano Dignidade está na estruturação da ação militarizada no país. Formada através do Conselho Nacional de Luta Contra o Tráfico Ilícito de Drogas, que comprometia todo o aparelho estatal na execução desse Plano. Para isso, foram destinados 900 milhões de dólares para a criação da Força de Tarefa Conjunta (FTC) integrada pelo Exército, Força Aérea, Marinha, Forças de elite da polícia – Unidade Móvel para a Patrulha Rural ‘Leopardos’ (UMOPAR) e polícia ecológica – além de tropas de mercenários denominadas de Forças Expedicionárias (Ortuño, 2004).

A interdição representa a concentração das ações militares no país. Cabendo à

“(...) la dirección política y la responsabilidad de la interdicción corresponde (sic) al Ministerio de Gobierno, a través del Viceministro de Defensa Social, que tiene a su cargo los siguientes organismos técnicos: La Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (FELCN), la Dirección General de Control y Fiscalización de Sustancias Químicas Controladas, la Dirección General del Control y Fiscalización del Comercio Legal de la Coca y la Dirección General de Administración de Bienes Incautos..... La Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (FELCN) es, a la vez, el instrumento central de ejecución y de coordinación con el resto de instituciones que tienen competencias parciales en relación a (sic) la interdicción. A su vez, tiene en su seno creadas unidades especiales de investigación según temas específicos: aspectos financieros, sustancias químicas controladas, etc”. (Plano Dignidade: 2002, 50)

As Forças Especiais de Luta Contra o Narcotráfico

As Forças Especiais de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN) foram criadas, em 1973, durante a Oficina de Narcóticos e Drogas Perigosas, realizada pela Polícia Nacional. Desde sua fundação até a atualidade, sua dependência esteve relacionada a diferentes órgãos do Estado boliviano. Inicialmente dependia do Comando Geral da Polícia Nacional (CGPN), passando a depender, durante os anos de chumbo, diretamente a Presidência da República.

A partir de 1985, retorna ao controle da (CGPN). Em 1987, se torna autônoma e, em 1989, a FELCN depende diretamente do Ministério do Interior, através da Secretaria de Defesa Social. Em 1995, se decreta intervenção na FELCN a fim de reestruturar a organização. Tendo a sua frente desde então militares de alta patente sobre o comando dessa Força.

Sua composição passa a ser formada por membros da Polícia Nacional e Forças Armadas, prestando-se serviços especializados na luta apenas contra o narcotráfico.

“Su misión específica es la represión e interdicción al tráfico ilícito de sustancias controladas y actividades tipificadas en la Ley 1008 y las disposiciones legales conexas, ejecutando las políticas y estrategias estatales de lucha contra el narcotráfico (...) apoyada por organismos altamente especializados: La Unidad Móvil de Patrullaje Rural (UMOPAR) y el Centro de Entrenamiento Internacional Antinarcóticos ‘Garras del Valor’”. (Plan Dignidad: 2001, 32 e 33)

A UMOPAR foi criada em 1993 e seu raio de ação se resume particularmente ao trópico de Cochabamba, a região Oriental e os Yungas de La Paz. Nesta unidade se encontram todos os operativos especializados em luta contra o narcotráfico sob condições hostis e de contato direto, sendo considerado a primeira linha de defesa da sociedade contra esse delito.

O Centro de Treinamento ‘*Garras Del Valor*’ localiza-se em Chimore e serve não apenas para o treinamento militar e o combate ao narcotráfico, mas também um laboratório

internacional de formulação de políticas de combate ao narcotráfico de fundamental importância e reconhecimento mundial.

No interior da UMOPAR agrupam-se as diferentes frentes e organizações especializadas no combate à droga. Essas organizações são:

- 1) Grupo de Inteligência e Operações Especiais (GIOE) – criado em 1992 para prestar apoio a FELCN no que diz respeito à inteligência para cumprir e executar as políticas de interdição e repressão referente às questões do narcotráfico. Este organismo tem jurisdição em todo o território nacional e está diretamente relacionado ao Diretor Geral da FELCN. Mantém relação de coordenação junto a organismos nacionais e internacionais como o Departamento de Estado Anti-Narcóticos (DEA/EUA), *Narcotic Agency Section* (NAS/EUA) e o Grupo Militar dos EUA.
- 2) Grupo de Investigação Análises Econômico e Financeiro (GIAEF)⁴.
- 3) Grupo de Reação Imediata e de Operativos Móveis (GRIRMO).
- 4) Grupo de Investigação de Substâncias Químicas Controladas (GISUQ).

Segundo Ortuño, a ação das FELCN se baseou em distintas justificativas, conforme cada momento, sendo divididos por ano essas justificativas de ação:

- “1988 – El combate al Narcotráfico. Colombianización. Evitar que el Narcotráfico incorpore a campesinos productores de coca, lo cual nos convertiría en una Colombia.
- 1989 – Coca no es cocaína y narcovínculos.
- 1994 – Certificación, espada de Damocles. Erradicación Forzosa.
- 1996 – Emboscada a UMOPAR. Consigna de ‘coca o muerte’, y amenaza de que el Chapare será una nueva versión de Chiapas.
- 1997 – Comités de Autodefensa – Formación político sindical – Movimiento Andino”. (Ortuño: 2004, 182)

As justificativas para a ação das FELCN demonstram claramente as mudanças de postura e ação frente ao combate ao narcotráfico. Primeira questão diz respeito à mudança

⁴ Estes três últimos organismos não possuem explicação direta no documento (1997-2001) sobre suas funções, atribuições, comando, criação e raio de ação.

de visão quanto à coca que, inicialmente, não era relacionada à cocaína. Posteriormente, torna-se uma relação direta: coca é cocaína. No momento seguinte relaciona o problema da Bolívia com a de outros países, como Colômbia e México. Esta questão inclusive é bastante contraditória, principalmente no que diz respeito ao narcotráfico. No caso de Chiapas a relação é unicamente à da insurreição indígena. Conforme explica Ortuño:

“Advierten también entre sus antecedentes que es un error considerar que coca no es cocaína, y quienes no están de acuerdo son personas que defienden el narcotráfico y los narcotraficantes – como por ejemplo los defensores de derechos humanos, dirigentes políticos (...) – y por tanto son también enemigos que tienen intereses personales que pueden estar vinculados en casos de narcotráfico, como fue el caso de involucrados en narcovínculos. Sin embargo no hacen referencia a la participación de las dictaduras militares en temas de narcotráfico. Por el contrario, identifican prácticamente a todas las organizaciones civiles como enemigos contra quienes se tiene que dar la lucha a ‘cualquier costo.’” (Ortuño, in Seoane: 2004, 182)

Em relação aos Sindicatos, a Doutrina Militar preconiza o combate contra as organizações camponesas: “Para la lógica militar de la FTC (ou FELCN) la organización sindical campesina de los productores del Chapare es mala y delictiva, siendo un fin complementario al de la erradicación el acabar con el sindicalismo.” (Ortuño, in Seoane: 2004, 184)

Esta é a idéia que se implementa na Bolívia, com o combate ao narcotráfico, através de ações que desrespeitam os Direitos Humanos, de perseguição e repressão aos líderes sindicais e dirigentes camponeses produtores de coca, como responsáveis diretos da condição de violência e conflito no país.

Não por acaso, o mais importante líder cocalero, Evo Morales, é acusado e caracterizado como parceiro do narcotráfico na Bolívia, conforme se veicula, atualmente, na imprensa brasileira e internacional. Morales concorreu em 2002 à presidência do país. Sua candidatura era tida como derrotada, mas surpreendentemente chegou ao segundo turno das eleições concorrendo com Sanchez de Lozada.

Sanchez Lozada obteve apoio direto do embaixador dos EUA onde, inclusive, defendeu publicamente a postura contrária de Washington, conclamando a população do país a não votar em Morales, uma atitude de intervencionismo explícito e de desrespeito à soberania do povo boliviano. O segundo turno na Bolívia é realizado apenas por eleição indireta, o que deflagrou a derrota de Evo Morales e a vitória de Sanchez de Lozada.

Em relação à erradicação forçada há um discurso que tenta associar à idéia da erradicação compensada, associada ao programa de Desenvolvimento Alternativo. Esta erradicação compensada e o Desenvolvimento Alternativo, inclusive, constituem a principal ferramenta de redução e controle da produção de coca no país, tendo sido destinada para este pilar a maior parte da verba.

Referente às ações de inteligência, a FTC transformou a região de Cochabamba em uma área de guerra de baixa intensidade e guerra psicológica. A chamada prática da ‘*conquista de mentes y corazones*’⁵, tem papel central na viabilização das ações dos organismos de inteligência e nos demais organismos envolvidos na Guerra de Baixa Intensidade. Um exemplo clássico desta prática foi à ação de Washington na Nicarágua, El Salvador e Guatemala durante os anos 80. Ortuño indica que o objetivo desta prática “es la identificación y seguimiento de dirigentes y personas que apoyan a las organizaciones de productores de coca, así como a su desplazamiento, acoso e incluso eliminación” (Ortuño: 2004, 186)

Este foi o caso do dirigente executivo da Federação de Colonizadores de Chimore, Casimiro e Huanca, que, em dezembro do ano 2000, foi assassinado por militares dentro da sede da Federação, e outros dirigentes feridos e flagelados, incluindo o Alcade, sem que se inicie nenhuma investigação sobre o fato.

⁵ Ver CERRUTI, Ana; DOMENICHETTI, SOLEDAD; MARCHETTI, Pablo; AYALA, Mario H. *De la contrainsurgencia clásica a las guerras de baja intensidad: un balance de la intervención norteamericana en Centroamérica durante la década de 1980*. CD das 6 Jornadas nacionales y 3 Latinoamericanas: *Poder hacer otra sociedad*. Necochea, 10/2004. Grupo *Hacer La História*: www.hacerlahistoria.com.ar.

Os resultados alcançados, através da aplicação do Plano Dignidade e de suas ações no combate ao narcotráfico, não são expressivos, como tentam sugerir os documentos oficiais. Sua previsão de retirar o país do circuito da droga em cinco anos foi extrapolada sem que se consiga resolver ou aprimorar o controle da produção e venda da coca e suas implicações.

As questões levantadas como necessárias a sua implementação, como política de desenvolvimento alternativo, e a contenção de uma re-escalada do tráfico, não surtiram efeitos concretos, tanto que ainda hoje a Bolívia continua sendo um importante ponto da rota de comercialização e circulação da cocaína e outras drogas ilícitas.

Sua implementação serviu para agravar as relações sociais, levando a redução das discussões e negociações, o aumento da intolerância e o crescimento dos índices de violência no país. Neste caso, os principais atingidos são as culturas de origem indígena e as populações rurais e camponesas, que acabam por ter no seu principal produto, a coca, uma política de desmantelamento não apenas das reais condições de vida na região, mas também na quebra de padrões de ordem cultural.

As revoltas na Bolívia em 2003 e 2005 representam uma clara demonstração da insurgência perante as péssimas condições de vida da maioria da população. Resultantes do processo de militarização do país que tem se enquadrado no modelo das políticas bilaterais sob interesse norte-americano, que atacam diretamente as organizações sociais e suas lideranças, encobrem as práticas corruptas dos três poderes e das forças de combate ao narcotráfico, e de suas práticas delitivas que passam por sobre as leis internacionais de respeito aos Direitos Humanos e ao livre direito de associação e organização civil.

CAPÍTULO III

PLANO COLÔMBIA – INICIATIVA ANDINA

A Colômbia, ao longo da segunda metade do século XX, envolveu-se, gradualmente, em um conflito interno. Situação que radicalizou as relações entre governo e sociedade, deflagrando uma guerra civil (1948), que ainda perdura até os dias de hoje.

Essa situação de violência manteve-se ao longo das distintas doutrinas, consolidadas nos diferentes momentos e políticas de ‘Segurança Continental’. Os avanços para uma saída dialogada e pacífica não alcançaram resultados satisfatórios elevando, gradualmente, os índices de violência e intolerância no país.

Ademais da confrontação entre o governo colombiano e os movimentos insurgentes, somam-se a esta crise, paralelamente, o fortalecimento das redes de narcotráfico, além do surgimento de forças paramilitares.

A radicalização desse conflito agravou a realidade do país tanto no cenário interno, quanto em suas relações internacionais. Internamente, além da escalada de violência e intolerância, o país sofreu, progressivamente, a desestruturação de sua economia e o aprofundamento de uma crise econômica que, nos anos 1980, esteve mergulhada na hiperinflação.

Essa situação interna agravou-se, ainda mais, com as pressões internacionais que, pouco a pouco, foram retirando seu apoio e financiamento para a resolução da crise econômica e para o combate aos movimentos considerados à margem da lei.

Consolidou-se um ciclo vicioso de violência que alcançou patamares insustentáveis. Nessa situação, as redes de narcotráfico se fortaleceram, ocupando o espaço antes do Estado.

As pressões norte-americanas se fazem presente na Colômbia desde os anos 1940. Mas, com o fim da Guerra Fria e a escalada do narcotráfico, durante os anos 80 e 90, os EUA impulsionaram, junto ao governo colombiano, a elaboração de uma política de cooperação internacional capaz de apontar a resolução dessa situação de conflito interno.

Com isso, no final dos anos 1990, o presidente Andrés Pastrana convocava a população e os movimentos insurgentes de esquerda para a uma nova tentativa de 'Diálogo pela Paz'. Assim, elaborava-se e consolidava-se a política bilateral, entre EUA e Colômbia, denominada de Plano Colômbia – Iniciativa Andina (1999).

A origem do conflito¹

A origem do conflito interno na Colômbia ocorreu a partir do ano de 1948. Nesse momento, os EUA implementavam no continente americano uma política de desenvolvimento agrário, sustentado na proliferação de latifúndios. Isto por duas razões: o fim da Segunda Guerra, que trouxe a necessidade de venda de seus bens de consumo evitando um novo *Crash*; e a manutenção do seu controle sobre o restante do continente. Combinavam-se políticas de manutenção e ampliação de interesses econômicos com a manutenção da segurança continental.

Neste momento (1948), o Partido Liberal (PL) governava a Colômbia e, perante as pressões de Washington, abria uma profunda discussão quanto aos rumos que adotariam, frente às imposições econômicas. Embate que acabou por dividir o partido em duas

¹ Ver MOURA, Luis Cláudio R. H. de & NOVION, M. L. Jacques I. de. *Ética e Resistência Popular Armada Frente a Intolerância da Violência Social: Uma análise do caso Colômbia e das FARC-EP*. Monografia de especialização em Bioética. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética (NEPeB/CEAM/UnB). Brasília, 2002.

tendências: o setor majoritário, que defendia a política latifundiária; e o setor minoritário, que defendia a manutenção das pequenas e médias propriedades.

O setor minoritário, liderado pelo ‘terra-tenente’ Eliecér Gaitán, rompe com o PL no mesmo ano. Conforme a disputa, optaram por uma ação política de orientação armada, com a idéia de uma guerrilha liberal. Outras forças guerrilheiras já se encontravam em ação no país, mas não obtiveram tanta importância dada o seu isolamento com os setores populares, como foi o caso do Partido Comunista Colombiano.

As eleições presidenciais (1948) deflagraram a derrota do Partido Liberal, elevando ao controle do país o Partido Conservador. Assumia a presidência o conservador Mariano Ospina Perez. A vitória de Perez não foi resultado da perda de força política do Partido Liberal, mas a divisão e falta de unidade, entre seus representantes, inclusive durante o pleito eleitoral.

A derrota eleitoral e a falta de apoio do partido empurraram Gaitán e seus homens, não todos², a abrir o diálogo: estabeleciam acordos para a anistia e para a deposição das armas. A re-inserção dos guerrilheiros liberais à sociedade resultou, no mesmo ano, no assassinato de Gaitán, nas ruas de Bogotá. Fato reconhecido pela imprensa da época e por estudiosos³ do tema, como a primeira ação do serviço secreto norte-americano (CIA) na América do Sul. O assassinato e o reconhecimento da atuação da CIA deflagrava uma insurreição popular na capital e em vários outros estados. Em *Barrancabermeja*, por exemplo, os petroleiros assumiram o controle da cidade ao lado de setores organizados da população, como os sindicatos. O levante nesta cidade durou 22 dias e deixava dezenas de mortos.

Enquanto isso, no campo colombiano, os latifúndios se estabeleciam com base no terror. Impulsionavam medidas e ações que acarretavam na invasão de vilas camponesas,

² Manuel Marulanda, conhecido pelo codinome ‘Tiro Fijo’ foi um dos poucos guerrilheiros que se recusaram a depor as armas. Acabaram condenados a viver em constante fuga das forças de segurança do país até a reorganização dos guerrilheiros e a fundação das FARC – EP, década de 1960. Marulanda ocupa, ainda hoje, o cargo de *Comandante en Jefe*.

³ TORRES DEL RIO, César Miguel. “*Segurança Coletiva e Segurança Nacional: A Colômbia entre 1950 e 1982*”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciência Humanas. Universidade de Brasília, dezembro de 1998.

nos constantes massacres, genocídios e nas práticas de tortura. Esta prática delitiva ocasionou o êxodo de milhares de camponeses – *desplazados* – que viam suas famílias serem destruídas, suas crianças esquartejadas e suas mulheres violentadas. A fuga tornava-se constante, camponeses e indígenas dirigiam-se, pouco a pouco, para o interior colombiano.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, esta realidade se tornou comum. Criava-se uma massa de deslocados, vítimas do terror. Essa massa de camponeses e indígenas acabou por ocupar as áreas mais inóspitas da região amazônica do país, na parte centro-sul da Colômbia.

Vendo-se sem saída, encurralados, perante o avanço das terras concentradas e sem outra alternativa, optavam por organizarem-se em movimentos de autodefesas⁴ baseadas na idéia da “guerra de guerrilha”, que propunha a ação desde o campo em direção às cidades como estratégia para a ascensão revolucionária.

Assim, nascem nos anos 60 as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Origina-se daqueles poucos guerrilheiros liberais, como ‘Tiro Fijo’, que não depuseram as armas, como o fez Gaitán. Uma organização que, em suas origens, desenvolveu núcleos revolucionários de camponeses, com predominância indígena. Buscava-se garantir a vida, a cultura e a autodefesa dessa parcela frente ao crescimento dos latifúndios e das atrocidades advindas de sua implementação.

O cientista político Norberto Bobbio, sustenta a idéia de que em uma situação de conflito, “Se aqueles cujos interesses são ameaçados reagirem violentamente, o que haverá para fazer, senão responder com violência”. (Toledo, in Dagnino (org): 1994, 135)

Questão semelhante para sociólogo Caio Navarro de Toledo, quando afirma que “Historicamente a contra-violência das classes subalternas nada mais tem sido que a resposta à sistemática violência perpetrada pelas classes dominantes diante de suas mais justas reivindicações”. (Toledo, in Dagnino (org): 1994, 135)

⁴ Não confundir com a Auto Defesa Unida (ADU). Movimento paramilitar que atua na Colômbia.

As FARC-EP, assim como o Exército de Libertação Nacional⁵, mantém suas atividades durante os anos subseqüentes. Inúmeras tentativas de diálogo foram concebidas, em meio a ondas de avanços das guerrilhas e as ações das forças paramilitares e das forças de segurança do país.

Em meio ao círculo vicioso desse conflito, a situação econômica e política do país atravessava os anos 80 com as mesmas características de todo o continente, mergulhada em uma profunda crise econômica. Tal herança acabou por deteriorar o país colocando-o numa situação de fragilidade econômica e de descrença no Estado, tanto interno quanto externo. O enfraquecimento do Estado colombiano possibilitava a ascensão da rede do narcotráfico.

Nos anos 90, o índice de desemprego alcançou níveis jamais computados. Os investidores, nacionais e internacionais, retiravam seus capitais devido à onda de corrupção, a não consolidação do Estado, a desconfiança dos cidadãos, e o aumento da violência entre guerrilhas, paramilitares, Forças de Segurança, narcotráfico e as ações de delito comum.

A análise do governo de Andrés Pastrana apontava para a necessidade de enfrentarem essa realidade. Herdava-se uma economia em franca deterioração⁶, onde:

“El desempleo ha llegado a un pico histórico de casi el 20% y el Producto Interno Bruto ha pasado por su tercer trimestre consecutivo de crecimiento negativo (...) En los últimos cinco años la deuda total de Colombia casi se ha doblado, subiendo de 19.1% del PIB en 1995 hasta el 34% del PIB en 1999”
(Plano Colômbia: 1999, 15)

Em meio a essa crise, criava-se um acordo para a retomada da democracia no país. Através do diálogo entre o governo e as demais partes envolvidas no conflito, exceto os paramilitares, estabelecem um acordo para a participação nos pleitos eleitorais (1994). Surgia a União Patriótica (UP) que agrupava organizações sindicais e representantes das guerrilhas, como as FARC-EP e o M-19. Apresentaram-se para as eleições a fim de criar

⁵ O Exército de Libertação Nacional (ELN) atua no norte da Colômbia.

⁶ Ver <http://usembassy.state.gov/colombia/wwwsplan.shtml>

representação desses setores no Congresso Nacional da Colômbia, em busca de uma saída dialogada ao conflito, de forma democrática, para a construção da paz.

A tentativa de retorno a um processo democrático acabou frustrada. Os representantes eleitos da UP foram perseguidos por forças paramilitares do país. Após a expressiva votação da UP, muito de seus candidatos eleitos foram assassinados. A onda de perseguição alcançou, inclusive, os familiares destes congressistas⁷, bem como a líderes e representantes da sociedade civil organizada, comprometidos com a UP.

Mais uma vez, o único refúgio era o interior do país e sob a proteção da guerrilha. As FARC-EP participaram do pleito eleitoral e da iniciativa de diálogo, por meio de seus candidatos, embora se recusaram a depor as armas antes de qualquer garantia de resolução do impasse. Tinham como experiência o ocorrido com Gaitán. O M-19, pelo contrário, aceitou a deposição das armas e, conseqüentemente, acabou pulverizado tendo vários de seus membros assassinados. Essa situação se acirra novamente. O impasse agravava ainda mais o conflito, com novas ondas de avanços e contenções entre as partes. As FARC-EP sobreviveram pela postura de não deposição total das armas. Ao contrário do M-19 que, como Gaitán e os guerrilheiros liberais, acabaram desestruturados e ou assassinados. A experiência e a história mostravam a necessidade de garantias concretas para sua reintegração, coisa que por duas tentativas, pelo menos, acabaram frustradas.

Pastrana e o 'Diálogo para a Paz'

A situação de crise e violência na Colômbia dos anos 90 é apresentada como resultado, principalmente, dos efeitos da ação do narcotráfico. Este conseguiu, em meio à crise do país, crescer com os cultivos e produção de coca, comprar e corromper membros dos três

⁷ Como o caso da família do Comandante Hernan, ex-embaixador das FARC-EP no Brasil, que acabou assassinada por um atentado a bomba no momento de sua posse como deputado no Congresso Colombiano.

poderes, desestruturar a confiabilidade no papel do Estado. Não cabia dúvida, para o governo de Andrés Pastrana, que a Colômbia:

“(…) padece de los problemas de un Estado que aún no ha sabido consolidar su poder, una falta de confianza en la capacidad de sus fuerzas armadas, policía y sistema judicial, de garantizar la permanencia del orden y la seguridad; una crisis de credibilidad en los distintos niveles y en las varias instancias del gobierno; y corrupción en la conducta de los sectores públicos y privado. Todo esto ha sido fomentado y agravado por los desestabilizadores efectos del narcotráfico, el cual, con sus vastos recursos económicos ha venido generando una violencia indiscriminada, y al mismo tiempo ha socavado nuestros valores hasta un punto comparable solamente con la era de la prohibición en los Estados Unidos”. (Plano Colômbia: 1999, 2)

A situação de violência social interna apresentava-se insustentável. As transações econômicas e os investimentos estrangeiros diminuam, bem como ocorria a desvalorização dos principais produtos de exportação. Neste sentido, atribuí-se que “La violencia y la corrupción, alimentados por el narcotráfico, han generado desconfianza entre los inversionistas extranjeros, hecho que ha sido uno de los mayores obstáculos en nuestro camino hacia la modernización. La inversión extranjera es un elemento esencial en la generación de empleo y en el logro de una posición estable y prospera para Colombia en un mundo ahora globalizado”. (Plano Colômbia: 1999, 2)

A Colômbia encontrava-se em um círculo vicioso que aumentava o descrédito dos investidores internacionais conforme crescia a participação dos narco-vínculos e do acirramento do conflito interno.

Com este panorama desfavorável, uma nova tentativa de resolução dialogada surgiu em 1999. O governo de Andrés Pastrana impulsionava o ‘Diálogo pela Paz’. Consolidava-se a implementação de uma nova política: o Plano Colômbia – Iniciativa Andina (1999). Resultado de uma política bilateral formulada entre o presidente colombiano e a embaixadora americana na Colômbia Anne Peterson.

Este acordo de Cooperação Internacional, entre EUA e Colômbia, propunha combater os problemas que afetavam a credibilidade do país, tanto interna quanto externa. Ou seja, o motivo do surgimento desta parceria estava relacionado à necessidade da consolidação do Estado, através principalmente do fortalecimento e re-equipagem das Forças Armadas, da Polícia e da Justiça, visando à busca da ordem e da segurança; o combate à corrupção, pontuado nos narcotraficantes e nos grupos insurgente; o restabelecimento da confiança dos cidadãos e dos investidores internacionais; e a restauração das normas básicas de uma sociedade pacífica e, conseqüentemente, a Paz. (Plano Colômbia: 1999, 01)

Quanto a estes motivos, pode-se levantar uma questão importante. A espinha dorsal desses motivos está diretamente relacionada ao combate direto ao narcotráfico. Pois, como afirmado anteriormente, responsabilizou-se essa atividade ilegal como causadora da instabilidade e crescente violência nesse país. Centrada nestas questões, elaboram-se as dez estratégias que compõem as ações do Plano.

As Dez Estratégias

O Plano Colômbia – Iniciativa Andina apresenta dez estratégias de ação do governo colombiano, no intuito de garantir a viabilização das políticas e o combate aos problemas econômicos e sociais herdados. A partir deste objetivo, elaboram-se as estratégias: 1) Econômica; 2) Fiscal e Financeira; 3) Orientação Internacional; 4) Judiciária e de Direitos Humanos; 5) Participação Social; 6) Desenvolvimento Humano; 7) Desenvolvimento Social; 8) Paz; 9) Defesa Nacional; 10) Antinarcóticos.

Estas estratégias visam preparar uma ação contundente no País. Apontam-se políticas econômicas, fiscais e financeiras, como forma de restabelecer a confiança interna e externa. Aproximam-se os investidores e cooperadores internacionais para a reconquista dessa confiança. Promove-se uma reestruturação do Sistema Judiciário e da defesa dos Direitos Humanos, com o envolvimento da sociedade. Para isso, complementam ações de

desenvolvimento humano e alternativo, como contra-resposta às práticas de delito do narcotráfico e dos grupos insurgentes. Efetiva-se, assim, a ação e controle da defesa nacional e a construção de uma paz duradoura. Para melhor compreender-se a magnitude destas estratégias, passa-se a analisa-las uma a uma.

A Estratégia Econômica, Fiscal e Financeira.

No Plano Colômbia, aponta-se a necessidade de combinar a estratégia econômica com a estratégia fiscal e financeira. No que se refere à estratégia econômica, apontam a necessidade de geração de emprego, para fortalecer a capacidade do Estado em arrecadar impostos e oferecer uma força econômica capaz de enfrentar o narcotráfico. Para isso, consideram ser necessário “(...) La expansión del comercio internacional, acompañada por un mejor acceso a los mercados extranjeros y de acuerdo de libre comercio que atraigan inversión extranjera e interna son factores claves en la modernización de nuestra base económica y para la generación de empleo.” (Plano Colombia: 1999, 9)

A estratégia econômica se complementa com a de âmbito fiscal e financeiro. Esta estratégia visa adotar “(...) medidas severas de austeridad y ajuste con el fin de fomentar la actividad económica, y de recuperar el prestigio tradicional de Colombia en los mercados financieros internacionales.” (Ídem)

A herança de uma economia em franca deterioração, com níveis altos de desemprego alcançaram o patamar histórico de 20%. Contabiliza-se nesta crise o terceiro trimestre consecutivo de crescimento negativo. Aponta-se que os fatores que levaram a essa crise são resultantes da queda do preço do café e de outros produtos básicos, no campo externo, e, conseqüentemente, o déficit fiscal crescente, desde o início dos anos 90. Soma-se ainda, a falta de credibilidade no país como resultante da histórica e crescente violência entre grupos armados e o governo. O que na opinião da presidência colombiana acarreta num círculo vicioso entre falta de credibilidade externa, fuga de capitais, déficit financeiro,

queda nas exportações, aumento do desemprego, crescimento da instabilidade, aumento do emprego informal e ilícito, aumento do esquema do narcotráfico, aumento da intolerância, do conflito social e da violência. Com este panorama, o governo Pastrana aponta que:

“El elemento central de la estrategia del gobierno es la estabilización de la economía, y un regreso al equilibrio fiscal. Estas medidas establecerán una base para un crecimiento sostenido en el comercio del sector privado y en la inversión. Esta confianza renovada, junto con un sistema bancario saneado, finanzas centrales estables, mejoras en el orden público, y el aumento de exportaciones colombianas junto con medidas para mejorar el clima para la inversión crean un ambiente en la cual el crecimiento del sector privado genera empleo”. (Plano Colômbia: 1999, 15)

Pode-se argumentar, com base no exposto anteriormente, que a estratégia central do governo colombiano está intimamente centrada, ainda, nos pontos do *Consenso de Washington*. A redução do papel do Estado dá lugar a uma cada vez maior participação e investimento do setor privado nas relações comerciais do país.

O governo via-se obrigado, pela crise econômica, em reduzir os gastos nas áreas de segurança, luta antinarcóticos e investimentos em áreas sociais. Enquanto os grupos insurgentes são financiados pelo complexo esquema do narcotráfico internacional, reforça-se a necessidade de investimentos e parcerias externas para o aumento do capital circulante no país e o redimensionamento dos investimentos na busca por uma saída à crise.

“Las empresas y la banca estatal serán privatizadas con el fin de aumentar la productividad y, aportar a la financiación del ajuste fiscal. ISA e ISAGEN, dos electricadoras de orden nacional y catorce distribuidores de energía regionales de menor tamaño ya están para la venta, al igual que CARBOCOL. Tres bancos estatales se privatizarán el año entrante”. (Plano Colômbia: 1999, 16)

Dessa forma o governo crê ser possível estabilizar o ambiente macro-econômico. Cortes em gastos públicos, aumento dos investimentos privados, controle sobre a evasão de divisas e impostos, congelamento dos salários no emprego público, redução da burocracia de

Estado, a redução de gastos equiparada ao aumento dos investimentos, reforma previdenciária e a implementação de um amplo processo de privatizações.

O papel da Comunidade Internacional

Para reconquistar a confiança e o retorno dos investimentos externos à Colômbia, apresenta-se uma estratégia de orientação internacional:

“(...) que confirme los principios de corresponsabilidad, acción integrada y tratamiento equilibrado para el problema de la droga. Se deben tomar acciones simultáneas contra todos los eslabones de la cadena de este flagelo. Asimismo, el costo de dicha acción y de sus soluciones debe recaer sobre los países involucrados habida cuenta de su capacidad económica individual. El papel de la comunidad internacional también es vital para el éxito del proceso de paz, de acuerdo con los términos del derecho internacional y con el consentimiento del gobierno colombiano.” (Plano Colômbia: 1999, 10)

Esta estratégia foi apresentada como capaz de viabilizar e implementar o Plano Colômbia. Condiciona-se a cooperação e investimento internacional como fundamentais para a busca de uma resolução à crise interna. Ademais de todos os esforços governamentais para o combate ao narcotráfico, a redução dos índices de violência e o diálogo para a paz, a necessidade de apoio externo se coloca como um ponto central. Não apenas no fato da crise e desestruturação do país, como visto acima, mas também no auxílio em efetivos militares, em investimentos tecnológicos e de inteligência para uma ação mais eficaz nessa luta.

O Plano Colômbia reconhece a necessidade de dois tipos de apoio, um na área da diplomacia e outro na área de financiamentos. Quanto à diplomática, consideram que “Nuestros esfuerzos nunca serán suficientes a menos que formen parte de una alianza de alcance realmente internacional para combatir el narcotráfico”. (Plano Colômbia: 1999, 3)

Enquanto que, no que se refere aos financiamentos, apontavam ser o primeiro passo para a globalização a criação de uma solidariedade global, por meio da “(...) colaboración de los Estados Unidos, de la Comunidad Europea y del resto de la comunidad internacional es indispensable para el desarrollo económico del país”. (Plano Colômbia: 1999, 5 e 6)

Embora o documento aponte a necessidade da construção de uma *solidariedad global*, se contradiz na construção dessa globalização e de sua meta multipolar. As relações bilaterais têm sido privilegiadas sobrepondo-se às relações multilaterais. O documento, inclusive, é enfático nesta questão. Apontam-se críticas à participação da Comunidade Internacional na luta contra o narcotráfico, por mais que em todo o documento encontrem-se fragmentos e estratégias que reivindicam a necessidade de aproximação entre os países atingidos por essa rede ilegal.

“En el campo de las relaciones bilaterales, la colaboración militar y de policías es vital. **La acción colectiva por parte de los países vecinos no es solamente menos efectiva que la acción bilateral, sino que puede servir como impedimento al proceso de negociación**⁸. En esta área sería de mayor beneficio la coordinación de operaciones militares y de policía, y el mejoramiento de seguridad fronteriza y el apoyo de equipos y de tecnologías”. (Plano Colômbia: 1999, 14)

Ou seja, no campo da ação diplomática se considera preferível o diálogo bilateral e as consultas confidenciais com os países interessados no processo. Utilizam-se do direito à soberania nacional para justificar esta estratégia. Acordos bilaterais já foram firmados com a Grã Bretanha e a Espanha, bem como já se iniciaram negociações com a França, Alemanha, Itália e os Países Baixos. Esta opção, por acordos bilaterais em detrimento de acordos multilaterais, é uma clara demonstração do abandono do discurso interamericano por parte da Colômbia.

No tocante às relações bilaterais, os acordos firmados com os EUA são de maior amplitude. Essa fonte de financiamento na aplicação do Plano Colômbia deve-se, principalmente, aos interesses de Washington. O Plano, como já visto, foi criado pela

⁸ Não se encontra grifado no documento oficial da Presidência da República da Colômbia. Opta-se, apenas, para destacar a declaração.

parceria entre o governo de Bogotá e Washington. Essa relação bilateral tem caminhado para o completo envolvimento dos EUA na temática colombiana, inclusive com apoio e formulação de novas leis que auxiliam e permitem a atuação das forças norte-americanas no território da Colômbia.

“Con Estados Unidos hay que avanzar además por lo más pronto que sea posible hacia acuerdos de ‘cielos abiertos’ con el fin de facilitar los servicios de transporte aéreo de carga y pasajeros (...) Además, Colombia estudiará las posibilidades de utilizar más recursos del Banco Mundial y del BID tales como IFC y MIGA, y buscará una utilización más efectiva de programas norteamericanos existentes tales como financiación OPIC, EXIM y TDA, con el fin de promover actividades de inversión”. (Plano Colômbia: 1999, 20)

Com relação aos financiamentos, o governo colombiano criou um Fundo de Investimentos para a Paz, como catalisador desses investimentos, oriundo de cooperadores internacionais. Este fundo será utilizado para apoiar os projetos de desenvolvimento econômico e social nas áreas mais afetadas pelo conflito armado. Para este propósito, se constituiu um grupo de consulta, com o apoio de técnicos do BID, com a função de assessorar e vigiar o uso destes fundos. (Plano Colômbia: 1999, 14)

A reforma do Sistema Judiciário e a proteção dos Direitos Humanos

Outra estratégia adotada refere-se à necessidade de reforma do Sistema Judiciário que possibilite o cumprimento das normas legais, bem como a garantia da proteção dos Direitos Humanos. Esta estratégia tem como finalidade:

“(...)reafirmar el estado de derecho y para asegurar una justicia igualitaria e imparcial para todos, y al mismo tiempo que promueva las reformas ya iniciada en las fuerzas militares y la Policía para garantizar que éstas cumplan con su papel en la defensa y respeto delos derechos y la dignidad de todos.” (Plano Colombia: 1999, 09)

Uma das políticas em desenvolvimento desde o *Consenso de Washington* diz respeito à reforma do Sistema Judiciário, a fim de fortalecer este poder no cumprimento das leis do país e acabar com a impunidade. Mantém-se, aqui, a mesma lógica determinada pelos Acordos Internacionais, como na ONU e na OEA, assim como com os acordos bilaterais, a fim de melhor equipar a capacidade de cumprimento das normas legais do país.

Acredita-se estar na reforma à possibilidade de reconstruir a confiança dos cidadãos no sistema judiciário colombiano. Ganha-se, com isso, o retorno do apoio público no papel a ser desempenhado pelo Estado. Esta política visa uma melhor integração dos três poderes no combate ao narcotráfico e na recuperação interna e externa, da imagem do país. Uma melhor integração para uma melhor coordenação e implantação das estratégias.

As principais ações, desta estratégia, estão centradas: 1) na Consolidação do Estado de Direito; 2) na responsabilização e envolvimento eficaz do Sistema Judiciário; 3) na Promoção, Respeito e Proteção dos Direitos Humanos; 4) no combate e eliminação da corrupção em todos os seus níveis; 5) na privação dos delinquentes ao acesso a produtos de suas atividades; 6) no combate ao contrabando e fortalecimento da interdição de narcóticos; e 7) na redução das demandas, nacional e internacional, no tocante a produção e comercialização da coca-cocaína.

Democratização e Desenvolvimento Social

Esta estratégia de democratização e desenvolvimento social tem como objetivo principal reduzir as causas e manifestações da sistemática e crescente violência no país, com o aumento e fortalecimento da participação da sociedade civil e a promoção e construção de uma ‘consciência coletiva’. Ou seja:

“(…) busca desarrollar una mayor responsabilidad dentro del gobierno local, el compromiso de la comunidad en los esfuerzos anticorrupción y una presión constante sobre la

guerrilla y sobre los demás grupos armados, con el fin de eliminar los secuestros, la violencia y el desplazamiento interno de individuos y comunidades. Esta estrategia también incluye la colaboración con empresarios locales y grupos laborales, con el fin de promover modelos innovadores y productivos para así enfrentar una economía más globalizada, fortalecer de este modo nuestras comunidades agropecuarias y reducir los riesgos de violencia rural. Adicionalmente, esta estrategia busca fortalecer las instituciones formales y no formales que fomenten cambios en los patrones (sic) culturales a través de los cuales se desarrolla la violencia, y que se fortalezcan. Además incluyen la promoción de mecanismos y programas pedagógicos para aumentar la tolerancia, los valores esenciales de la convivencia y la participación en asuntos públicos.” (Plano Colombia: 1999, 9)

Acredita-se que a sociedade civil obtenha papel primordial para distensionar o conflito. Isso, através de pressões às diferentes partes envolvidas e na busca do caminho dialogado para a paz. Afirma-se ser consensual, entre as partes do conflito, a necessidade de buscar o diálogo para o saneamento da violência. Principalmente, exercido através das pressões da comunidade civil que se encontra sob o fogo cruzado das ações das diversas forças envolvidas.

Para isso, apontam a necessidade do Estado agir em questões que consolidariam uma recuperação de sua credibilidade frente à sociedade civil, como a assistência para as vítimas da violência, a assistência aos deslocados internos, o Desenvolvimento Alternativo, o Desenvolvimento Sustentável em áreas ambientalmente frágeis, e o fortalecimento do papel dos governos locais e municipais.

Ou seja, uma estratégia de desenvolvimento humano que garanta serviços de saúde e de educação para todos os grupos vulneráveis. Não apenas para os deslocados de guerra e os afetados pela violência, mas também os setores submergidos em condições de pobreza absoluta. (Plano Colômbia: 1999, 10)

Somam-se, também, a melhoria das ligações terrestres e fluviais, as melhorias das telecomunicações, do habitat e saneamento básico, e das condições de comercialização. Visa-se reduzir os cultivos ilícitos e aumentar os cultivos legais de produtos comuns à

exportação colombiana, através da maior participação e envolvimento dos pequenos e médios produtores e dos investidores privados. Uma estratégia de Desenvolvimento Alternativo que:

“(…) fomenta esquemas agropecuarios y otras actividades económicas rentables para los campesinos y sus familias. El desarrollo alternativo también contempla actividades de protección ambiental que sean económicamente factibles, con el fin de conservar las áreas selváticas y poner fin a la expansión peligrosa de los cultivos ilícitos sobre la Cuenca Amazónica y sobre los vastos parques naturales que son a la vez áreas de una biodiversidad inmensa y de importancia ambiental vital para la comunidad internacional. Dentro de este marco, la estrategia incluye proyectos productivos sostenibles, integrales y participativos, en combinación con la infraestructura necesaria y dedica atención especial a las regiones que combinan altos niveles de conflicto con bajos niveles de presencia del Estado, un capital social frágil y degradación grave del medioambiente, como son el Magdalena Medio, el Macizo Colombiano y el suroccidente de Colombia.” (Plano Colombia:1999, 9)

Embora se privilegie a substituição da produção ilícita, o valor de mercado dos produtos lícitos segue insignificante se comparado ao valor de mercado da produção ilegal. A Colômbia segue sendo a principal produtora e comerciante de coca-cocaína no mundo. Seguido de perto pela Bolívia, como tratado anteriormente. A estratégia de Desenvolvimento Alternativo já nasce minada desde sua implementação. Conforme se constata no próprio Plano Colômbia:

“En los últimos diez años, (...) el sector agropecuario ha sufrido graves impactos ya que la producción de algunos cereales tales como el trigo, el maíz, la cebada, y otros productos básicos tales como la soya, algodón y sorgo han resultado poco competitivos en los mercados internacionales”. (Plano Colômbia: 1999, 18)

Os investimentos, para esta estratégia, estão detalhados no documento oficial, onde se aponta seu custo total e a sua forma de utilização. Num montante de US\$ 570,8 milhões, previstos para o período 1999-2002, se utilizará US\$ 342,5 milhões para projetos de produção e transferência de tecnologias, US\$ 100 milhões para infraestruturas em áreas

rurais, US\$ 86 milhões para a conservação e restauração de áreas ambientalmente frágeis, e US\$ 42,3 milhões para apoiar o desenvolvimento das comunidades indígenas”. (Plano Colômbia: 1999, 36)

Esta política tem como finalidade central à área da Bacia Amazônica colombiana. Pode-se dizer que a ação do Plano Colômbia tem como meta central atuar no centro-sul do país, nas áreas de maioria indígena e camponesa e sob controle das guerrilhas. É interessante destacar que o menor gasto desta estratégia esta relacionada ao desenvolvimento dos principais envolvidos no conflito, ou seja, as comunidades indígenas e camponesas.

A estratégia para a construção da paz

Para a construção da paz, apontam a necessidade de estabelecer acordos negociados com as guerrilhas. Utilizam-se das idéias de integridade territorial, de democracia e dos Direitos Humanos, capazes de fortalecer o estado de direito e a luta contra o narcotráfico. (Plano Colombia: 1999, 9)

Essa nova tentativa de diálogo levou Pastrana a determinar a criação de uma área desmilitarizada, de 42 mil Km², na região de Marquetália, em maio de 1999. Espaço criado para o início do diálogo, entre governo e guerrilhas, em busca da paz.

Inúmeras reuniões foram realizadas. Pastrana e Raul Reyes, representante das FARC-EP, juntamente com representantes de órgãos governamentais, não governamentais e observadores internacionais, iniciaram os diálogos nessa área de distensão. Vários avanços foram sendo acordados, como a retirada completa das Forças Armadas da Colômbia da área desmilitarizada, que passou a ficar sob controle da guerrilha.

“El área desmilitarizada (o ‘zona de distensión’) fue creada por Ley para garantizar la seguridad necesaria con miras a avanzar en las negociaciones con la guerrilla. Esta Ley permite que el

Presidente cree y suspenda un área de distensión como expresión de la soberanía del Estado. La Ley solamente restringe la presencia del Ejército y la Policía dentro de dicha área y suspende órdenes de captura. sin embargo, no restringe la actividad de los funcionarios elegidos a nivel (sic) local o regional”. (Plano Colombia: 1999, 11).

Aqui se faz importante destacar a diferença que o governo estabelece entre narcotráfico, guerrilha e paramilitares. Pois, poder-se-ia questionar o porque da criação dessa zona de distensão apenas com uma das partes envolvidas. Para o governo colombiano existem diferenças entre as distintas partes envolvidas no conflito. Ao tratar dos distintos protagonistas no conflito armado, distinguem-se os diferentes grupos, cada uma com raízes e objetivos diferentes:

“Al lado de la guerrilla existen las FARC y el ELN, cuyas raíces son los movimientos agrarios y la guerra fría respectivamente. Del otro lado, existen los grupos de autodefensa al margen de la ley, quienes buscan una solución armada al conflicto guerrillero, y un reconocimiento político mayor para su organización (...) El movimiento guerrillero tiene sus raíces en los antagonismos tradicionales del campo y de la política en la sociedad colombiana, alimentados en parte por la retórica ideológica de la confrontación capitalista-comunista.” (Plano Colombia: 1999, 11e12)

Enquanto a zona desmilitarizada atende a necessidade de busca da paz, através do dialogo, com as FARC-EP; por outro lado, o governo autorizou um grupo de cidadãos de destaque para negociar junto a ELN. O objetivo estabelecido foi à libertação de reféns e o início das conversas ativas, como preparação para uma convenção nacional, imediatamente após as liberações.

No tocante aos grupos paramilitares, o governo reforça sua postura de dar seguimento à luta contra esses setores à margem da lei, mas clarifica estar disposto a abrir negociações para a busca de alternativas pacíficas que desmantelem sua infraestrutura e operações. Cabe às Forças Armadas e a Polícia seguir aumentando suas capacidades, com o intuito de aumentar sua participação no controle de todo o território nacional.

Para a efetiva construção de uma paz duradoura e dialogada apontam-se três pilares fundamentais para sua consolidação: 1) o avanço dos acordos logrados entre o governo e as principais organizações guerrilheiras (FARC e ELN) para que se estabeleçam como agentes legítimos nas negociações pela paz; 2) lograr acordos parciais, conforme a agenda de 12 pontos, estabelecida em comum acordo, entre o governo e as FARC, capaz de consolidar um acordo de paz permanente antes do final do governo Pastrana; e 3) o mais importante, a conversão dos acordos em realidade.

É importante destacar que a estratégia pela construção da paz recai, especificamente, entre as relações governo e guerrilhas e, fundamentalmente, no cumprimento, entre as partes envolvidas, dos pontos acordados. Esta estratégia não tem vínculo direto com as ações das redes do narcotráfico e nem com os grupos paramilitares. Uma demonstração da diferença de interpretação, quanto aos protagonistas do conflito, por parte do governo.

A estratégia de defesa nacional e antinarcóticos

Estas estratégias apresentam-se como os dois pontos eixos desta política. No que se refere à defesa nacional, visa-se reestruturar e modernizar as forças armadas e a polícia, a fim de que recuperem o estado de direito. Crêem, através destas ações, proporcionar segurança em todo o território nacional, contra as ações do crime organizado e dos grupos armados, no intuito de proteger e promover os direitos humanos e o Direito Internacional Humanitário.

A estratégia antinarcóticos aponta a necessidade de aproximação com outros países envolvidos pela ação da rede do tráfico, como na produção, distribuição, comercialização, consumo, lavagem de dinheiro, substâncias químicas e outros insumos, além do tráfico de armas. Desta forma, consideram todos os componentes e ciclos de produção da droga ilícita como mecanismo para a criação de empecilhos do fluxo de produtores e produtos que alimentam a violência das guerrilhas e de outras organizações armadas.

O governo colombiano, sem dúvida, aponta, no Plano Colômbia, a luta contra a produção e tráfico de drogas como uma de suas maiores prioridades. O narcotráfico, utilizando-se da situação de crise econômica do país e com sua complexa rede de ação, é apontado como o principal responsável dos altos níveis de violência. Assim, o governo visa atuar de forma marcante no combate à produção, às áreas de plantio, o consumo e todas as atividades entrelaçadas com o esquema da droga.

Para viabilizar esta estratégia, propõe o fortalecimento da Polícia Nacional e das Forças Armadas, mediante um processo de modernização, reestruturação e profissionalização, como condição *sine qua non* para que ambas estabeleçam o estado de direito, a restauração da segurança dos cidadãos em todo o território colombiano, e, ao mesmo tempo, impeça as incursões dos grupos irregulares e delitivos, especialmente os associados ao narcotráfico. (Plano Colômbia: 1999, 21)

Conforme visto na estratégia para a paz, o governo colombiano diferenciou os movimentos guerrilheiros dos demais grupos a margem da lei. Porém, nesta estratégia antinarcóticos, se observa uma contradição do discurso, uma vez que as guerrilhas perdem essa diferença e acabam novamente caracterizadas e comparadas aos narcotraficantes e grupos paramilitares. Essa mudança é atribuída à guerrilha por acreditarem ter pretensões de ampliar seu controle territorial utilizando-se de práticas consideradas ilegais, como seqüestro, extorsão e relações com o narcotráfico, questões amplamente divulgadas na mídia internacional e presente no documento oficial. Para o governo colombiano, por mais que:

“(…) los movimientos guerrilleros tienen sus raíces en las áreas rurales de Colombia, y por lo menos, en parte, en una confrontación ideológica, su lucha por ampliar el control territorial ha sido financiado por las prácticas crecientes de extorsión y otras actividades ilegales. Por lo menos el 30% de sus ingresos de hoy, provienen de ‘impuestos’ cobrados sobre la hoja y pasta de coca recaudados por los intermediarios en las áreas de cultivo”. (Plano Colômbia: 1999, 22)

O narcotráfico segue considerado como a principal fonte financiadora para os grupos armados e considerados fora da lei, facilitando um aumento notável no número de grupos insurgentes e sua força bélica. O governo da Colômbia considera as ações de assaltos, seqüestros, retenção de estradas e ataques terroristas como as principais táticas praticadas por esses grupos. Esse financiamento, provindo das relações com o narcotráfico, está intimamente relacionado à produção da folha da coca em regiões com insignificante ação e controle do governo. Atribui-se à região sul do país como a área preferida dos narcotraficantes e conseqüentemente à área controlada pela guerrilha. Aqui se deve chamar a atenção de que se refere à Amazônia colombiana.

Para implementar a estratégia antinarcóticos, foram elaborados seis objetivos para reduzir, em 50%, o plantio e processamento da coca, e a distribuição da droga. O primeiro objetivo, visa fortalecer a luta contra o narcotráfico e dismantelar as organizações de traficantes, mediante esforços integrados dirigidos pelas Forças Armadas. Para isso, estabeleceram três metas: (1) o combate ao cultivo ilícito, mediante a ação contínua e sistemática do Exército e da Polícia, **especialmente na região do Putumayo e no sul do País**, e o fortalecimento da capacidade policial na erradicação dos cultivos da coca. Não sendo tolerado, pelo governo, qualquer tipo de envolvimento entre as forças de segurança e os grupos à margem da lei; (2) Estabelecer o controle militar no sul do país com o propósito de erradicação. Visa-se a destruição das instalações de processamento da droga, bem como a intervenção na circulação da cocaína e de seus agentes em meios terrestres, aéreos, marítimos e fluviais; (3) Restabelecer o controle governamental sobre as áreas de produção da droga.

O segundo objetivo visa fortalecer o Sistema Judiciário e combater a corrupção. Apresentam-se seis metas: (1) Fortalecer as instituições como o Ministério Público, as Cortes, as defensorias e, especialmente, as unidades de Direitos Humanos; (2) Reforçar e capacitar os corpos técnicos de investigação; (3) Apoio aos grupos anticorrupção, responsáveis pela investigação de funcionários públicos; (4) Reformar o Sistema Carcerário; (5) Aplicar as leis sobre extradição; (6) Obter propostas para processos verbais

em casos penais e elaborar regulamento para os procedimentos penais em audiência pública.

O terceiro e o quarto objetivo visam, respectivamente, neutralizar o sistema financeiro dos narcotraficantes e o confisco de seus recursos para o estado; e neutralizar e combater os agentes da violência, aliados aos narcotraficantes. O terceiro objetivo tem como meta: (1) Fortalecer os esforços anticontrabando; (2) Consolidar um programa agressivo de confisco de capitais; e (3) Congelar e confiscar contas bancárias e capitais na Colômbia e no exterior. O quarto objetivo apresenta: (1) aumentar a segurança contra o seqüestro, a extorsão e o terrorismo; e (2) Impedir a aquisição de armas pelos grupos que se beneficiam do narcotráfico, mediante esforços coordenados em nível internacional.

O quinto objetivo aponta a necessidade de integrar as iniciativas nacionais aos esforços regionais e internacionais. São estabelecidas: (1) a necessidade de compartilhar informações e inteligência com outras agências de segurança no país; (2) Somar-se e coordenar ações junto às operações e esforços regionais e internacionais.

Por fim, o sexto objetivo condiciona fortalecer e ampliar os planos de desenvolvimento alternativo nas áreas afetadas pelo narcotráfico. Tem como tarefa: (1) oferecer oportunidades de emprego alternativo e serviços sociais à população das áreas de cultivo; e (2) promover campanhas massivas de informação sobre os perigos das drogas ilícitas. (Plano Colômbia: 1999, 22 a 25)

Percebe-se que o eixo estratégico antinarcotráfico e seus seis objetivos apontam que o Plano Colômbia poderia ser reduzido a apenas um eixo. Se observado com atenção, as dez estratégias encontram-se embutidas nesses objetivos específicos, relacionados à segurança e combate ao narcotráfico. Ou seja, mais uma constatação de que o mote central deste Plano está relacionado ao narcotráfico e sua complexa rede internacional e nacional.

A partir desses seis objetivos específicos, fez-se necessário estabelecer ações complementares para esta estratégia. Embora a ação antinarcotráfico seja de

responsabilidade da polícia, o envolvimento das Forças Armadas, em tal questão, determinou a necessidade de desenhar um conjunto de ações que apóie suas respectivas áreas de atuação e suas responsabilidades. Esta ação complementar formalizou outros seis elementos básicos para a estratégia antinarcóticos: 1) Direitos Humanos e Operações; 2) Operações Aéreas; 3) Operações fluviais e marítimas; 4) Aumento de Apoio operacional das Forças Armadas para a Polícia Antinarcóticos; 5) Operações contra Laboratórios e Centros de produção; e 6) Erradicação de Cultivos.

Todos estas seis ações complementares clarificam as responsabilidades de cada uma das forças, seja policial ou das Forças Armadas. Entre estas ações deve-se chamar atenção ao quarto e ao sexto ponto. O quarto ponto apresenta a necessidade de estreitar laços com os EUA para realizar ações com maior efetividade e resultado.

Aqui é visível a aproximação da Colômbia com os EUA, principalmente no tocante a ações de inteligência. “Fortalecer los esfuerzos conjuntos entre Colombia e Estados Unidos (...) Integrar las fuerzas para la obtención y análisis de inteligencia.” (Plano Colômbia: 1999, 26)

O sexto ponto faz menção às formas utilizadas pelo governo e as forças de segurança no tocante a erradicação dos cultivos de coca. Aqui se oficializa a utilização de agentes biológicos para a fumigação das áreas produtoras da folha de coca.

“Fortalecer y aumentar el uso de operaciones conjuntas de seguridad durante tareas de fumigación y erradicación. Apoyar las nuevas estrategias del Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas en las pruebas y desarrollo de agentes de control biológico ambientalmente seguros y confiables, con el fin de encontrar nuevas tecnologías de erradicación”. (Plano Colômbia: 1999, 27)

As estratégias de defesa nacional e antinarcoóticos demonstram-se como as duas principais, dentre as demais. Seus objetivos gerais e específicos incorporam ações presentes nas outras estratégias, ambas reúnem as principais ações desta política bilateral. Mesclam-se estratégias de caráter social com as de cunho militar e policial.

Plano Colômbia e Militarização

Ao observar as dez estratégias formuladas pelo Plano Colômbia, seus objetivos e ações previstas, pode-se constatar as principais prioridades desta política. Principalmente quando se compara a dotação orçamentária. Em um estudo do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), o Plano Colômbia, em resumo, consolidou-se através de 06 pontos: “Operações militares antidrogas no sul da Colômbia; Operações de interdição ao tráfico de drogas; Ajuda a Polícia Nacional Colombiana; Apoio à Promoção de Direitos Humanos e a reforma do Sistema Judicial colombiano; Apoio ao desenvolvimento econômico alternativo; Apoio ao processo de paz e à região andina”. (INESC: 2002, 14 e 15)

Observa-se que as operações militares antidrogas no sul da Colômbia, as operações de interdição ao tráfico de drogas e a ajuda a Polícia Nacional colombiana, contabilizam, respectivamente, US\$ 416.9 milhões, US\$ 378.6 milhões e US\$ 115.6 milhões. Ou seja, relativos a recursos militares, somam US\$ 911,1 milhões.

Enquanto que para apoio à promoção de Direitos Humanos e a Reforma do Judiciário colombiano, apoio ao desenvolvimento econômico alternativo, e apoio ao processo de paz e à região andina, contabilizam, respectivamente, US\$ 106 milhões, US\$ 106 milhões e US\$ 183 milhões. Ou seja, referente a recursos sociais, somam US\$ 401 milhões.

Além desse montante de US\$ 1.312,1 bilhão, deve-se constar, também, que Pastrana recebeu, o valor de US\$ 330 milhões, dos EUA, destinado para assistência militar e policial, pouco antes da aprovação do Plano Colômbia. De modo que, no total, se gastará

três vezes mais em recursos militares (US\$ 1.241,1 bilhão) se comparado com os recursos sociais (US\$ 401 milhões).

Junto a esta diferença financeira para cada eixo, observa-se, também, que os resultados da implementação desse Plano não apontam grandes avanços no combate ao narcotráfico, a corrupção e ao conflito armado. Pelo contrário, têm agravado o conflito. Na questão da coca, por exemplo, cabe ressaltar que o plantio e a produção na Colômbia são permitidos de forma legal e amplamente por questões de origem cultural indígena. A coca, insumo da cocaína, é utilizada para a produção de chá, ou consumida através do ato de mascar as folhas – chamado de *acuyico*. Seu efeito serve como potente remédio regulador da pressão corporal utilizado para aliviar os sintomas causados pela altitude do país. Cabe lembrar que a Cordilheira dos Andes corta o território Colombiano.

Uma outra questão importante nesta discussão é de que a Colômbia ainda mantém basicamente uma estrutura agrária. Neste sentido, pode-se afirmar que o país não possui indústrias químicas, sendo necessário importar os reagentes utilizados para a transformação de coca em cocaína. Então se pode perguntar: qual seria o país, ou as indústrias que vendem estes reagentes para a Colômbia? Voltando às questões explicitadas acima, referentes à verdadeira intenção do Plano Colômbia, poder-se-ia perguntar: Se a intenção do Plano Colômbia – Iniciativa Andina é realmente acabar com o narcotráfico, não seria mais coerente impossibilitar a venda destes reagentes ao país, ao invés de aplicar um plano de bilhões de dólares que visa, basicamente, políticas públicas de caráter bélico, repressivo e coercitivo?

A Coordinadora de las Organizaciones Indígenas del Cuenca Amazónico (COICA) é taxativa, “(...) el cultivo de las hojas de coca, práctica milenaria con fines rituales y espirituales, se ha transformado en diversos casos en la actividad económica inevitable, consecuencia de la falta de políticas económicas alternativas” (COICA: 2002, 06)

Uma demonstração, inclusive, do referente fracasso do ponto de Desenvolvimento Alternativo. Lembre-se que o valor desses produtos lícitos, de importância nas exportações

do país, vem sofrendo quedas vertiginosas, o que empurra a população para novas formas de sobrevivência, como a produção de coca.

As conseqüências de uma política pública que visa ações repressivas e coercitivas apenas elevam o grau de violência, que no caso da Colômbia alcançou caráter endêmico. No campo, além dos constantes conflitos entre as guerrilhas, o exercito e grupos paramilitares; o crescimento de massas de deslocados pelo conflito armado; a diminuição do número de homens e jovens; o aumento da participação das mulheres no conflito; destaca-se as fumigações feitas na região amazônica, principalmente sob as terras próximas ao rio Putumayo, um dos principais afluentes do Solimões e, conseqüentemente, do rio Amazonas. De acordo com o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos,

“Cerca de 30.000 hectares de terra em uma área de cultivo de coca calculada em 136.000 hectares, já foram submetidas à fumigação aérea de glifosato, um agente químico que o Departamento de Estado norte americano insiste em apresentar como ‘um dos herbicidas menos daninhos no mercado mundial’. Segundo autoridades americanas, o glifosato só destrói as plantas que se encontram acima do solo e sua ação como herbicida termina ao entrar em contato com o solo”. (INESC: 2002, 18)

Por outro lado, o próprio INESC constata que:

“(…) Segundo a American Câncer Society, a exposição ao glifosato pode causar um tipo de câncer conhecido como Non-Hodgkin’s Lymphoma. A Agência de Proteção ao Meio ambiente dos EUA adverte, também, que produtos a base de glifosato podem causar vomito, pneumonia e danos aos pulmões, olhos e pele. O aumento de número de pessoas com problemas de intoxicação e respiração nos hospitais das regiões fumigadas parecem confirmar os efeitos nocivos do herbicida”. (INESC: 2002, 18)

Ainda em relação às fumigações, a Revista Nuestra Amazônia nº 19, de agosto de 2002, órgão de difusão da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Cuenca Amazônica (COICA), publicou uma matéria intitulada *El Plan Colômbia: Genocídio Silencioso contra los pueblos indígenas*, onde expõem sobre as conseqüências das fumigações nessa região:

“Los pueblos indígenas: Muráís, Ingas, Quichuas, Pastos, Awás, Paeces, Emberá, Sionas, Muinanes, Yanakonas, Kofanes, que habitan en el Departamento del Putumayo, por medio de la OZIP Organización Zonal Indígena del Putumayo, compuesta por 128 Cabildos, lanzaron un pedido de auxilio dirigido a la comunidad internacional, ante la inminencia del cuarto período de las fumigaciones, a realizarse a partir del 28 de julio, en un contexto de despiadadas acciones bélicas de los actores del conflicto que desarrollan su guerra en nuestro territorios, acarreado con ella la devastación cultural, social, económica y el casi aniquilamiento físico de nuestro pueblo”. (COICA: 2002, 07)

Esta é uma clara demonstração da contradição entre as estratégias do Plano e a utilização da biotecnologia como arma. Os argumentos utilizados para o combate ao narcotráfico, no próprio Plano Colômbia, visam proteger os Direitos Humanos e possibilitar um desenvolvimento social e alternativo, principalmente, para com as populações vulneráveis. Neste caso, a denúncia feita pela COICA esclarece uma contradição crucial no tocante a ação e as estratégias desta política.

O maior impacto, no que diz respeito às fumigações, além das conseqüências ao meio ambiente e as populações residentes nas áreas atingidas, relaciona-se ao fato de que as áreas escolhidas para a ação coincidem com o centro-sul do país, nas áreas ocupadas pela guerrilha, e não o norte do país, onde se concentram os grandes latifúndios produtores de coca. Para o jornalista e escritor Renato Pompeu,

“(…) existem ainda 8.000 paramilitares de direita que controlam as grandes áreas de produção de coca, no norte da Colômbia (no sul, a guerrilha controla áreas de produção de coca em pequena escala, em unidades familiares; no norte, são verdadeiros latifúndios de coca; apesar disso, a pulverização de herbicidas é mais intensa no sul do que no norte). Esses paramilitares de direita são responsáveis por mais de 80% dos 4.000 assassinios políticos que ocorrem anualmente no país”.⁹

Fica claro, com o próprio documento, que as ações estão concentradas nas áreas ocupadas pelas guerrilhas. Por outro lado, a estratégia para a paz se concentra no argumento

⁹ Ver revista Caros Amigos Especial Nº 17, de junho de 2003, p-11.

do diálogo com as FARC-EP, através de uma área de distensão. Uma demonstração de contradição ou uma estratégia psicológica? Mascaram-se todos as estratégias do Plano Colômbia, que visam ações em contra do narcotráfico, dos paramilitares e das guerrilhas.

Se por um lado utiliza-se do argumento do diálogo, por outro lado, se mantém ação repressiva e coercitiva contra as guerrilhas. Um fator meramente psicológico para a crença na ilusão do Estado democrático, justo e plural. Uma das estratégias do Plano vista anteriormente. Cria-se a falsa idéia de dialogo, enquanto se dá cabo a ações repressivas e coercitivas que ferem mortalmente qualquer processo de diálogo e qualquer perspectiva de paz.

Como diz a terceira lei de Newton, toda ação sofre uma reação, ou seja, o conflito torna-se um ciclo vicioso que aumenta conforme o nível de violência. Neste último século a “(...) opressão é materializada nas mais diferentes formas de violência (...) provocadas pela injustiça social (...) praticada pelos Estados que desrespeitam quaisquer Direitos Humanos” (Moura & Novión: 2002, 69). Para Flávio Rivas¹⁰, médico e bioeticista colombiano, “El Estado fue quien primero incumplió” com suas responsabilidades (RIVAS: 2000, 341)

A iniciativa de diálogo, entre as partes do conflito, acaba minada. A postura do Estado colombiano acaba por dificultar qualquer possibilidade de uma paz duradoura, uma vez que suas ações e práticas, a partir de seus órgãos de segurança, demonstram a incoerência com seus objetivos estratégicos.

¹⁰ RIVAS, Flávio M. “*La violencia como problema de salud pública en Colombia: otro campo para la Bioética*”, IN: *Acta Bioethica*, ano VI, nº 2, 2000. apresentação no Curso Internacional de Bioética dentro do marco do VIII Congresso da Associação Latino-americana de Medicina Social – Instituto de Ciências Básicas e Pré-clínicas, Victoria de Girón, de 3 a 5 de julho de 2000.

O Plano Colômbia e a ‘Segurança Continental’

A situação colombiana começa a se complicar ainda mais, já na virada do milênio, quando se tornam claros os interesses norte-americanos que impõe, a Pastrana, a necessidade de consolidar cada vez mais a participação dos EUA na implementação do Plano Colômbia.

Embora esta política aponte a necessidade de consolidação da ‘área de distensão’, para a construção de uma paz dialogada, Pastrana se viu obrigado a acabar com tal área e, conseqüentemente, com os ‘avanços’ para a paz. Sob forte influência e pressão de Washington, o presidente colombiano decreta o fim do diálogo e da área desmilitarizada, em dezembro de 2001.

A razão para o fim dessa área está, intimamente, ligada a escalada militarista norte-americana contra o terrorismo, ocasionado pelo atentado ao *World Trade Center* (WTC), em 11 de setembro de 2001. Essa pressão, pelo fim do diálogo e da área de distensão, por parte dos EUA fica mais claro quando vemos os meios de comunicação internacional, de 30 de setembro de 2001, uma semana após os atentados, publicarem a lista de movimentos classificados como terroristas, pelo Departamento de Estado Norte-americano¹¹.

Tanto as FARC-EP como o ELN, junto a outros inúmeros movimentos do globo, foram classificados como terroristas. Uma contradição inclusive com a opinião do governo da Colômbia e o próprio Plano Colômbia, que distinguem essa classificação forçada.

Opta-se, mais uma vez, pelo fim do diálogo, o aumento da intolerância, o acirramento dos conflitos e a escalada dos índices de violência. Essa imposição do Norte vem reforçada na necessidade de combate ao narcotráfico no país, já que a Colômbia produz a coca e, hoje, é reconhecida como a maior produtora mundial de cocaína.

¹¹ Ver, por exemplo, Folha de São Paulo. Caderno Mundo. 30/11/2001.

O tema narcotráfico, questão importante para a manutenção da ‘segurança continental’, soma-se aos resquícios do ‘terror vermelho’, que ainda preocupavam Washington¹². A partir da implementação desse Plano a situação de violência, conflito, intolerância, assassinatos, torturas, seqüestros, desrespeito aos Direitos Humanos e o crescimento do número de deslocados de guerra, têm alcançado níveis alarmantes, num processo crescente e gradual. O diálogo sucumbe frente à estratégia de militarização.

Segundo Jaime Caycedo¹³, a variação do Plano Colômbia, de luta contra-insurgente e antinarcóticos, sofreu variações após o atentado ao WTC, migrando para a luta e combate ao antiterrorismo. Afeta-se toda América Latina e Caribe com a estratégia de uma ‘internacionalização ativa’. O autor considera que houve,

“(…) el cambio en el enfoque estratégico de Washington y el cambio interno en la orientación político-militar del régimen colombiano. Ambas variaciones están relacionadas; cada una de ellas responde a visiones convergentes, pero distintas. La primera sienta las bases del dominio mundial e instrumenta sus ayudantías regionales; la segunda mira hacia adentro, en la idea de resolver con manos ajenas y ayuda exterior los conflictos históricos socio-políticos internos y la incapacidad de generar un liderazgo regional correspondiente a su potencialidad geopolítica estratégica.” (Caycedo: 2004, 59)

Para ele, a interação destas condutas afeta negativamente a região, a América Latina e Caribe em seu conjunto. Pois, se conduz à ‘internacionalização ativa’ do conflito, no mesmo momento e processo em que se tenta montar uma integração hemisférica a partir dos acordos bilaterais de ‘livre comércio’, e em sua potencial sistematização na ALCA, como expressão da hegemonia dos EUA.

Esta nova estratégia que afeta a integração hemisférica, fruto do governo de George W Bush, alcançou maior efetividade e apoio interno com a eleição de Álvaro Uribe à presidência da Colômbia, sucedendo Pastrana. Uribe é considerado um político conservador

¹² A preocupação de Washington frente as FARC-EP e Marulanda ocorre desde pelo menos 1948. A guerrilha de esquerda é considerada a mais antiga em atividade e Marulanda o guerrilheiro mais antigo no globo. Sua popularidade frente aos órgãos de segurança dos EUA se dá desde a Guerra Fria.

¹³ CAICEDO, Jaime. *Impacto regional del conflicto colombiano en América Latina*. In CECENA, Ana Esther (compiladora). *Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI*. CLACSO Libros. Buenos Aires, 2004.

e sua estratégia, com o Plano Colômbia, alcança, definitivamente, a militarização total do conflito e o abandono completo do diálogo.

Sob a assessoria de Washington, junto ao embaixador dos EUA em Bogotá, William B. Wood, Uribe estabelece a ‘Operação Patriota’ ou ‘Operação Decapitação’. Nesta nova fase, a ‘Operação Patriota’ tem como mote central o aniquilamento dos grupos insurgentes e do narcotráfico, convocando o país para uma ‘cruzada’ patriótica. Semelhante ao proposto pelo Plano de Segurança para América Latina (LASO, 1960-1965). Essa mudança estratégica atende, na visão de Caycedo, à idéia de que,

“Según Bédar está en desarrollo una nueva perspectiva geopolítica que promueve ‘espacios de aglomeración’ regionales, como el ALCA, con la pretensión de garantizar en ellos la seguridad del sistema, contrarrestando las resistencias a los efectos de la globalización y/o aquellas asociadas a la criminalidad en redes, consideradas unas y otras como equiparables”. (Caycedo: 2004, 63)

O autor acrescenta que, para os teóricos do Banco Mundial, existe uma estreita relação entre as resistências anti-sistêmicas, como forma de guerra civil, e o chamado ‘crime organizado’.

Uribe rompe os diálogos em fevereiro de 2002. A virada política do diálogo para o aniquilamento se dá impulsionada por fatores externos. Para Caicedo, a opção militarizada encontra respaldo nas necessidades de resultados favoráveis:

“(…) el intervencionismo militar y la alianza estratégica implícitos en el Plan Colombia; la nueva doctrina de Washington; los cambios introducidos por la asistencia militar, armamentista y tecnológica en el cuadro general del enfrentamiento. La presencia directa de contratistas y mercenarios estadounidenses marcan un hecho nuevo en el proceso actual. La ampliación de la guerra aérea que predomina sobre las acciones en tierra, el incremento de la ayuda para inteligencia militar en tiempo real, el despliegue de la política de ‘seguridad democrática’ en términos de redes informantes, cooperantes y soldados campesinos, que integran e institucionalizan parte de los aparatos paramilitares en la política oficial, muestran una modificación en la estrategia, un

compromiso mayor y una exigencia creciente por resultados a las fuerzas militares en el país". (Caycedo: 2004, 64)

A participação das Forças Armadas e de mercenários dos EUA é cada vez maior. Não por acaso, se destaca a quase que permanente participação direta do Comandante do Comando Sul, das Forças Armadas dos EUA, no conflito colombiano.

O quase impossível retorno ao diálogo, nesta fase atual, está firmemente consolidado pelo crescente e gradual envolvimento dos EUA no conflito interno que aponta a uma tendência de renúncia a um projeto próprio de sociedade e de nação. Uma demonstração do contexto de transnacionalização representado pela ALCA e as relações hemisféricas. (Caycedo: 2004, 64)

Para que se tenha uma idéia, as forças americanas e seus soldados estão isentos de qualquer responsabilidade penal frente à justiça da Colômbia e a Corte Penal Internacional. É importante lembrar que com a guerra ao terrorismo, ao Afeganistão e ao Iraque, os EUA solicitaram a mesma isenção frente à comunidade internacional (2004). O rechaço foi contundente, embora a Colômbia seja o único exemplo, na América do Sul, que aceitou e aprovou tal medida, de forma legal. Uma contradição com o momento do continente frente à busca por maior autonomia, soberania e integração multilateral dialogada, como nos projetos de integração regional.

A ALCA, junto às ações e acordos bilaterais, tem servido como espaço de remodelação das relações, em todos os seus âmbitos, atendendo aos interesses do modelo de Washington perante a América Latina e Caribe. Utilizam-se, também mais uma vez, os organismos internacionais como forma de pressão para se acatar tal modelo e remodelação, como o caso da OEA, da Carta Democrática e do TIAR.

Plano Colômbia II: a internacionalização do conflito

A necessidade de ampliar ações em todo o continente tem levado a alguns teóricos a denominar esta ampliação de Plano Colômbia II. Em sua essência busca-se dar legitimidade a opção de ações coletivas, inclusive militares, de alcance internacional. Aqui se prepara o caminho para a necessidade de intervenções, não só no conflito da Colômbia, mas também, por exemplo, na situação venezuelana. Caycedo aponta quatro questões para se referir ao Plano Colômbia II, mencionados pela Chancelaria e pelo Ministério de Defesa:

1. “Consolidación de una área de despliegue estratégico en la confluencia de Andes, Caribe y Amazonia, a partir del compromiso de otros gobiernos, si no en colectivo, sí uno por uno;
2. Conversión de Colombia y Ecuador en un espacio operacional militar desestabilizador para Venezuela y/o eventualmente para la Amazonia brasileña;
3. Armamentismo unilateral del ejército y la policía colombianos frente a los países vecinos;
4. Intensificación de la política de fumigaciones, incluso en las fronteras, con dosis aún más concentradas y perjudiciales.” (CAYCEDO: 2004, 67 a 69)

Afirma-se que a escalada armamentista no continente vem tomando proporções cada vez maiores. O Estado Colombiano é utilizado como ‘porta de entrada’, ‘porta de acesso’, ‘Estado Tampão’ pelos interesses hegemônicos dos EUA em remodelar o continente. Utiliza-se de suas táticas intervencionistas, militaristas e de integração para melhor adequar seus interesses frente ao continente, principalmente agora, com a ALCA/Bilateral e a ameaça autonomista de algumas nações do sul do continente.

A reaproximação com Lucio Gutierrez e o papel desempenhado pela FLACSO-Ecuador, denunciado por Heinz Dieiterich¹⁴, ou o papel desempenhado por Toledo¹⁵, no

¹⁴ DIETERICH, Heinz. *La penetración militar monroeista de America Latina, los cuatro intereses estratégicos del imperialismo y el papel de la FLACSO-Ecuador*. México, 2004. (www.rebelión.org/heinzdeiterich).

¹⁵ O presidente Toledo, de origem indígena, é considerado, por inúmeros intelectuais, agente do neoliberalismo. Toledo é hoje o presidente como menor índice de aceitação e aprovação popular no continente. Seu índice, publicado recentemente pela imprensa, não supera os 8%.

Peru, são exemplos corriqueiros. Também se deve acrescentar a esta lista a participação da Bolívia nessa rede de políticas bilaterais. Tanto no caso do ex-presidente Sanchez de Lozada¹⁶ (2002-2003), como o caso do ex-presidente Carlos Mesa (2003-2005).

A proliferação de bases militar no continente também é demonstração desta escalada armamentista. Frente ao discurso da ‘ameaça venezuelana’ ou de uma eventual ‘crise frente à Amazônia brasileira’, são consolidados polígonos de bases militares circundando os Andes. Essas novas bases militares, conforme demonstra Caycedo, tem circundado a região andina, mas não apenas esta:

“La nueva base militar de Caño Limón, en el departamento de Arauca y su complemento en la base aérea de Marandúa, en el departamento de Vichada, ambos en frontera con Venezuela, completan un eje transversal que comprende las bases de Manta (Pacífico ecuatoriano); Tresesquinas-Larandia (alta Amazonia colombiana); Caño limón- Marandúa (orinóquia colombiana); Aruba-Curaçao (Caribe holandés) como zona de control satelital, espionaje aéreo y operaciones militares. Otras bases estadounidenses en Centroamérica, Sudamérica y el Caribe complementan este montaje. (...) Los intentos del Comando Sur por implicar a Brasil y Paraguay con las rutas de las drogas desde Colombia, a partir de los operativos sobre los rios Vichada y Guainía-Rio Negro, en limites con Brasil. Extienden hacia la denominada Triple Frontera (Brasil, Paraguay y Argentina) la secuencia justificatoria del despliegue militar”. (Caycedo: 2004, 66 e 67)

Esta idéia é o que, convenientemente, se chamou de Iniciativa Regional Andina. Incluem-se, também, o Panamá e o Equador, além de outros Estados como coadjuvantes. Ademais do envolvimento de organizações de assessoramento, como a *International Crisis Group* que recomenda reativar todos os convênios militares e policiais entre a Colômbia e seus países vizinhos, a fim de conter o avanço de grupos irregulares.

¹⁶ Gustavo Sánchez de Lozada foi eleito presidente da Bolívia em segundo turno, realizado apenas pelos membros do Congresso Nacional, derrotando Evo Morales. As eleições foram marcadas por participação direta do embaixador dos EUA contra a candidatura de Evo Morales. Lozada acabou eleito, mas permaneceu no cargo por apenas um ano, quando violentas manifestações (outubro/2003) organizadas pela aliança entre a Central Obrera Boliviana, os cocaleiros, os indígenas e os mineiros, paralisaram o país e suas atividades, gerando repressão, coerção e confrontação. Gerou-se um saldo de aproximados 50 mortos. Lozada renuncia e Mesa, seu vice, assume a presidência. Mesa permaneceu no cargo de presidente até que as mobilizações se reiniciaram. Mas sua permanência acabou pelas pressões e confrontos de rua que o levaram a renuncia (maio/2005).

A unilateralidade desse armamentismo caracteriza-se pela chamada Operação Decapitação, que visa apontar o combate aos centros nevrálgicos da insurgência. Ou seja, visa-se deixar os movimentos insurgentes acéfalos, sem orientação.

Essa estratégia, de decapitação dos setores ideológicos dos movimentos insurgentes, pode agravar o conflito e a violência. Existem três possibilidades claras quando ocorre o chamado corte do topo de uma organização piramidal. Ou a acefalia leva a desintegração do movimento e, conseqüentemente, o seu desaparecimento; ou se radicaliza o teor de violência com grupos armados sem nenhum tipo de orientação e de ações normalmente desumanas; ou a rápida reorganização do topo dessa pirâmide.

Nestes três casos, a melhor alternativa segue sendo o dialogo. Questão descartada por Uribe com a 'Operação Decapitação'. Pois, sua política atual é de propagação da guerra e da vitória bélica. O diálogo só é admitido caso ocorram rendições. Essa opção descarta os acordos humanitários, vistos como efeito desmoralizante para as tropas. Neste sentido, o governo preferiu, por exemplo, dar prioridade à Cooperação com efetivos norte-americanos para o resgate de reféns dessa nacionalidade sob poder das FARC. Os esforços da política de Uribe concentram-se em ações militares, desprestigiando os acordos humanitários. (Caycedo: 2004, 68)

As estratégias do Plano Colômbia e seus desdobramentos, na prática, têm demonstrado uma ineficiência e ineficácia no tocante ao combate ao narcotráfico. As redes de comercialização de drogas ilícitas continuam em funcionamento, o que fica claro com o fato da Colômbia seguir no topo da lista dos países produtores e comerciantes de drogas. As ações de fortalecimento do papel do Estado e a recuperação de sua credibilidade perante a opinião pública do país e de seus investidores internacionais, também não têm acarretado em avanços contundentes. A violência segue sendo um problema sem resolução entre os grupos insurgentes e o governo, uma vez que este, inclusive, opta pela via militarizada. O diálogo sucumbe dando lugar a uma situação insustentável de guerra civil. E nesta situação

de conflito interno, os vulneráveis - camponeses, índios e a sociedade civil - seguem sendo as principais vítimas de uma política que não consegue solucionar seu histórico conflito.

CAPÍTULO IV

PLANO PUEBLA - PANAMÁ

Nos primeiros anos da década de 1990, o México apresentava uma situação econômica precária. Assim como o centro-sul do continente, o país herdava uma crise econômico-financeira, abalada pela hiperinflação da década perdida.

Em meio a essa crise, o México, em busca de saídas para essa situação, adere à cartilha do “*Consenso de Washington*”. Acreditavam, assim como os demais governantes do continente, exceto Cuba, que a abertura econômica promoveria a estabilidade e o crescimento econômico. A entrada de capitais externa a baixos juros, promoveria uma enxurrada de investimentos capaz de aumentar a circulação da economia e, conseqüentemente, a oferta de emprego.

A adesão à política neoliberal, em 1994, promoveu um estrondoso crescimento econômico. Isto significava que, nesse momento, o México acabava de se incorporar à política do Tratado de Livre Comércio (TLC/NAFTA/ALCAN)¹ e ao modelo bilateral de Washington para a integração econômica. Uma grande enxurrada de capitais externos foi introduzida no país, aumentando a capacidade de giro da ciranda financeira.

Porem, um ano após sua implementação, em 1995 ocorre um processo de desvalorização de economias, por meio da ‘incerteza dos investidores internacionais’. Afetava-se o Japão, a Rússia, para em seguida, afetar o México. O chamado ‘efeito tequila’ promoveu uma fuga espetacular de capitais especulativos. Os investimentos financeiros externos foram retirados do país com uma agilidade e rapidez inimagináveis.

¹ NAFTA - sigla em inglês para Área de Livre Comércio da América do Norte (ALCAN).

A tecnologia demonstrava mais uma ferramenta aprimorada, utilizada pelas forças econômicas internacionais. Possibilita-se uma maior capacidade de giro desses investimentos especulativos, o chamado capital virtual. A quantia mirabolante de dólares que haviam entrado nas contas do México, em 1994, um ano depois, em 1995, foi retirada dessas mesmas contas com um piscar de olhos, ou melhor, com uma simples tecla ‘enter’.

A crise mexicana se estendeu na segunda metade da década de 90 em condições mais graves que as crises anteriores. A dívida mexicana havia aumentado substancialmente em dólares. É nesse meio de crise que surge a idéia de Vicent Fox em estabelecer uma iniciativa que possibilitasse a retomada do desenvolvimento econômico e humano. Essa iniciativa, primeiramente, apresentou-se como política nacional, denominada de Plano Nacional de Governo, mas rapidamente tornou-se uma política regional. Criava-se o Plano Puebla-Panamáuma, uma política multilateral firmada entre os governos da América central e o México, a partir das relações deste com os EUA e o Tratado de Livre Comércio.

‘Capítulo México’

O Plano Nacional de Governo, e sua versão regional Plano Puebla-Panamá surgiram no ano 2000 em virtude das dificuldades econômicas atravessadas pelo México. No plano Nacional, a preocupação central estava na disparidade existente entre o centro-norte e o sul do país. Para Pedro González Olvera², Primeiro Secretário da Embaixada do México no Brasil, talvez umas das características que melhor definam essa realidade em sentido negativo e em termos de desenvolvimento econômico:

“(...) seja a divisão marcada que existe entre as áreas norte e central do país – dinâmicas, em crescimento quase constante, com bons níveis de desenvolvimento humano, rendas e bem-estar mais ou menos aceitáveis, conectadas organicamente com as outras economias que fazem parte do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – e a sul e sudeste que

² Olvera, Pedro Gonzáles. Documento *O Plano Puebla-Panamá*, 2003, 01.

manifesta os índices nacionais de pobreza mais significativos, com um perfil mais agrário do que industrial, com índices altos de analfabetismo, mortalidade infantil, desprivilegiados, onde vive 28% da população nacional e 72% das etnias indígenas e que porém contribuem com apenas 17.5 do PIB, apesar das grandes riquezas naturais que se encontram localizadas nesta região do território mexicano”. (Olvera: 2003, 01)

Com base nessa realidade, de disparidade e falta de uma integração nacional efetiva, Fox lançava, como uma de suas metas, o Plano Nacional de Governo. Apontava a necessidade de estimular de maneira especial o crescimento dos estados que formam a região sul-sudeste do país. Não era a primeira vez que se apontava uma política de desenvolvimento para tal parcela do México.

Os governos anteriores também o fizeram, mas não alcançaram avanços significativos nessa empreitada, rumo ao desenvolvimento. Fica claro que não se equiparou e nem se reduziu essa diferença, mantém-se a dura realidade e abala-se a consolidação do México como país integrado nacionalmente. A desintegração, ou ausência, do papel do Estado tornava-se um agravante nessa questão.

Foi na Costa Rica, em San José, durante viagem aos países da América Central que Fox assinou o ‘Plano Integral de Desenvolvimento da Região Sul e Sudeste do México’, junto aos governadores dos estados dessa região. Em seus dez pontos, se destacava a criação de uma política integral de desenvolvimento humano; à atenção especial aos grupos mais desprotegidos; e a formação de capital humano, com a participação de todos os níveis do governo e dos setores da sociedade civil organizada.

‘Capítulo América Central’

No plano regional, embora se afirme que a iniciativa rapidamente foi acatada pelo restante da América Central, percebe-se que Fox incentivou os países da América Central a aderirem a essa política. Sua iniciativa demonstrava-se como alternativa única, onde se

suplantava a perspectiva multilateral, por uma política bilateral. A preocupação para com os vizinhos se demonstrava, em realidade, na consolidação e integração dessa parcela do continente à política da TLC norte-americana e a enxurrada de capitais externos. Questão explícita na colocação de Olvera, quando afirma serem conscientes de que as nações Centro americanas padecem dos mesmos problemas da região sul do México. Sendo assim:

“(…) foi proposto aos respectivos governantes um trabalho conjunto com o propósito de conseguir o desenvolvimento integral da área que vai desde o estado de Puebla, no México, até o Panamá, na América Central, realizando um esforço coordenado no qual cada uma das partes contribui o melhor que pode, e fortalecido numa segunda etapa pelo apoio dos países desenvolvidos e organismos internacionais, assim como por uma participação importante da iniciativa privada”.
(Olvera: 2003, 02)

Na véspera da posse, em novembro de 2000, Vicent Fox propõem aos governantes dos demais países da América Central, uma iniciativa formal para realizar o Plano Puebla-Panamá. Esta iniciativa se basearia em quatro princípios filosóficos fundamentais: (1) A eliminação da pobreza só pode ser conseguida tendo bases firmes, através de desenvolvimento econômico e investimento produtivo; (2) Devido ao processo irreversível de globalização da economia mundial, o desenvolvimento da região só pode ocorrer colocando-a numa perspectiva global que atraia a atenção de organismos multilaterais, nações desenvolvidas e investidores privados; (3) A elaboração de uma infraestrutura básica em áreas tais como educação e capacitação, transportes, telecomunicações e vias terrestres de comunicação, é imprescindível; (4) O desenvolvimento da região sul e sudeste do México só pode (sic) existir num contexto internacional, no qual os países centro-americanos devem desempenhar um papel importante na geração de sinergias básicas para o desenvolvimento da região Mesoamericana em seu conjunto. (Olvera: 2003, 03)

O objetivo dessa proposta é aproximar e consolidar uma integração econômica. Mas, essa integração, sob moldes específicos que não se assemelham, por exemplo, ao da Comunidade Européia. Olvera esclarece que o objetivo dessa proposta mexicana não é a integração do México com os países centro-americanos, num esquema similar ao da União Européia, mas como já foi mencionado, é o de gerar uma dinâmica de crescimento

favorável, tanto para a parte sul e sudeste do território mexicano, como para as nações da América Central, e conseqüentemente favorecer a integração dessa região, para cuja finalidade, o Sistema de Integração Centro Americano (SICA), e particularmente seu Secretário Geral, desempenha um papel importante na coordenação dos trabalhos a serem realizados. (Ídem)

Confluência de políticas

O Plano Puebla-Panamá se consolidou a partir dos esforços nacionais, do México, em confluência com as políticas de integração nacional, já em funcionamento nos distintos países da América Central. Os esforços compartilhados, entre estes governos, apresentam-se sobre o discurso de garantia de uma implementação concreta e eficaz, rumo a uma integração não apenas de âmbito nacional, mas também no regional.

O principal suporte para o Plano está no envolvimento das empresas privadas, os organismos internacionais e os governos das nações desenvolvidas. Ou seja, o suporte financeiro para a implementação desta macro-política de integração está depositado na participação e envolvimento do capital internacional.

Entre as demandas mexicanas, depositadas ao sul-sudeste do país, são estabelecidos oito objetivos básicos, em suas medidas nacionais: 1) O Desenvolvimento humano e social; 2) a participação da sociedade civil; 3) a mudança estrutural da dinâmica econômica; 4) o aproveitamento das tendências e vantagens da dinâmica econômica; 5) a campanha de investimentos produtivos; 6) a gestão sustentável dos recursos e do ambiente; 7) a harmonização de planos e estratégias em conjunto com a América Central; 8) e a modernização e fortalecimento das instituições. (Olvera: 2003, 04)

Por parte dos governos Centro Americano, usou-se como ponto de partida um documento que já vinha sendo posto em prática. A ‘Agenda para a Competitividade e o Desenvolvimento Sustentável da América Central até o século XXI’:

“(...) discute a necessidade dos países centro-americanos de passarem de uma ‘economia impelida por fatores’ tais como a mão-de-obra abundante, porém com baixo nível de capacitação, e abundantes recursos naturais, com baixo nível de processamento e especialização, para outro tipo de economia que outorgue vantagens competitivas internacionais, baseada num investimento importante e crescente, que crie fatores de produção avançados e produtos de maior valor adicional, ou seja, uma ‘economia estimulada pelo investimento’”. (Olvera: 2003, 05)

Somam-se, a esta intensificação de inserção da América Central no Plano Puebla-Panamá, as Reuniões de Estocolmo (1999) e a de Madrid. Em ambas, se discutiu o apoio internacional à região em virtude dos desastres causados pela passagem do furacão Mitch.

A proximidade de interesses, entre o México e a América Central, levou Fox, na véspera de sua posse, a apresentar os quatro princípios filosóficos e a criação de um ‘Grupo Técnico Interinstitucional’. Este grupo é encarregado de coordenar os esforços de ações conjuntas entre os protagonistas, ou seja, organismos e empresas privadas, organismos internacionais e, claro, os governos participantes.

Foi em San Salvador, El Salvador (julho de 2001), durante a reunião da Cúpula de Mandatários do Mecanismo de Diálogo e Deliberação de Tlaxta, principal ferramenta de aproximação entre o México e a América Central, que se formou o Comitê Executivo do Grupo Técnico Interinstitucional (GTI), com membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Centro Americano de Investimento Econômico (BCIE), do Sistema de Integração Centro Americano (SICA), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Também se cria a Comissão de Alto Nível de Incentivo e Busca de Financiamento. Estas medidas são

aprovadas e os oito objetivos específicos da realidade mexicana, são acatados como política da Cúpula de Tlaxta.

Os objetivos estabelecidos nacionalmente pelo governo mexicano acabaram incorporados pelos países da América Central. A entrada da política de integração econômica, provinda da TLC e das ações bilaterais, foi assimilada pelos governos dos países da América Central, tornando-se uma macro-política de integração regional. Envolve-se essa parcela do continente nas ações políticas da hegemonia, através do acesso de capitais e empresas privadas e transnacionais na exploração dos recursos do país, com a condução direta do processo pelo governo mexicano, já vítima desse modelo.

Plano Puebla Panamá (PPP)

O Plano Puebla Panamá – Iniciativas Mesoamericanas e Proyectos³ é resultado dessa Cúpula de Tlaxta. Nele aponta-se a confluência de interesses e políticas resultante da unificação das ações e políticas dos chamados ‘capítulo México’ com o ‘capítulo América Central’. Na introdução deste documento, apresenta-se o objetivo geral do Plano, que exemplifica essa confluência de interesses:

“El objetivo del Plan Puebla-Panamá es potenciar la riqueza humana y ecológica de la Región Mesoamericana, dentro de un marco de desarrollo sustentable que respete la diversidad cultural y étnica. Por ello, se plantea una estrategia integral para la región que ampara un conjunto de iniciativas y proyectos Mesoamericanos”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 03)

Uma estratégia que aponta os esforços de integração dessa região. Não apenas em relação à América Central, mas também pela incorporação do sul-sudeste do México no conceito de região mesoamericana. Sabe-se que o território mexicano compõe o chamado

³ *Plan Puebla Panamá – Iniciativas Mesoamericanas y Proyectos*. Grupo Técnico Interinstitucional para el Plan Puebla Panamá. BCIE/BID/CEPAL/INCAE. Junio 15, de 2001. San Salvador, El Salvador. (<http://www.iadb.org/ppp/document/listDocumentsGeneral.asp>)

Sul da América do Norte. Mas, neste documento, aponta-se o sul-sudeste mexicano como pertencente à região central do continente americano. Uma estratégia utilizada para aproximar os dois ‘capítulos’ (México e América Central), determinantes na realização e implementação do Plano. Esta mudança de visão conceitual serviu como potencializadora da amplitude dessa política por comparações e desafios das realidades locais. Conforme afirmado no PPP, “El aprovechamiento de las oportunidades de desarrollo latentes se potencia mediante la visión conceptual Mesoamericana, en torno a la forma en que se abordan los desafíos. Este esfuerzo complementa las acciones de los países llevadas a cabo en lo individual, por subgrupos de países o por unidades políticas menores dentro de los propios estados-nación”. (Plano Puebla Panamá: 2001, 03)

Desta forma, visa-se alcançar uma maior inserção no mercado externo, aumentando a competitividade. Isso possível, através da eficácia de implementação das políticas deste documento, bem como o aumento das relações no mercado interno, através da resolução dos impasses reguladores e as dificuldades de interconexão.

Este mercado interno é apontado como questão crucial para a competitividade entre os países da região. Em ambos, o desenvolvimento humano é apontado como condição *sine qua non* para lograr os benefícios esperados. Destaca-se, assim, três dimensões cruciais para o bom desempenho do plano. Dimensões que devem caminhar *pari-passu* em seu desenvolvimento, permitindo que se desenvolva de forma equânime. Estes pontos são: “i) el crecimiento económico y la distribución de sus frutos; ii) el manejo sustentable de los recursos naturales; iii) el desarrollo social y humano.” (Plano Puebla-Panamá: 2001, 04)

Cada uma dessas dimensões apresenta suas justificativas próprias, mas, também estão inter-relacionadas. De fato, o desenvolvimento regional depende de uma ação simultânea entre as três dimensões, de maneira que o avanço de uma formalize o progresso das demais. Caso contrário, conclui-se que o atraso de uma deterá o avanço das outras.

É sobre esta idéia que se define a estratégia a ser posta em prática para possibilitar essa inter-relação entre as áreas. Conforme o documento oficial, a estratégia do Plano Puebla-Panamá:

“(…) parte do reconocimiento das múltiples interrelaciones que definen a la región Mesoamericana. Mediante un enfoque articulado, estas interconexiones pueden potenciar un cambio estructural que retome los desafíos del pasado y del presente y los proyecte hacia un futuro compartido por los pueblos de la región. A su vez, la estrategia se compone de un conjunto de iniciativas y sus proyectos correspondientes que dan contenido a las tres dimensiones del desarrollo regional. Estas iniciativas Mesoamericanas tienen un propósito doble: por un lado, promover la integración y, por el otro, fomentar el diálogo de autoridades y sociedad civil que consolide la visión compartida del desarrollo social y económico”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 04)

Pode-se perceber que esta integração, compartilhada com a necessidade de diálogo e envolvimento da sociedade civil, apresenta uma complexidade. Por ser um Plano macro-político de integração, sua efetividade está intimamente ligada ao avanço das três dimensões no âmbito regional, o que significa conforme cada realidade nacional. A integração e o diálogo serão travados no interior de cada país, o que torna extremamente complexa a possibilidade de uma eficácia compartilhada entre as áreas deste Plano. Essas distintas realidades tornam o caráter equânime quase que utópico.

As Iniciativas Mesoamericanas

Durante o Acordo de Tuxtla foram apontados critérios e considerações a serem empregados para a elaboração das iniciativas deste Plano político macro-regional. Destacam-se os seguintes pontos:

“Promueven la integración y el desarrollo económico y social de los pueblos;

Toman en consideración la conservación y el uso sustentable de los recursos naturales;

Disminuyen la vulnerabilidad ante los desastres naturales;

Reconocen y respetan plenamente la diversidad étnica y cultural;

Incluyen la participación del sector privado;

Abarcan a toda la región Mesoamericana;

Promueven la participación social en el diseño y ejecución de los proyectos”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 05)

A partir destes critérios e considerações, as reuniões do Acordo de Tuxtla foram, aos poucos, determinando as iniciativas que formaram as estratégias centrais desta política. Conforme estes critérios, foi possível fechar o acordo que deu origem ao Plano Puebla-Panamá e iniciar suas atividades na região. As iniciativas desta política acabaram organizadas em oito pontos sendo definido, juntamente, os objetivos de cada um. As iniciativas são: 1) Iniciativa Mesoamericana de Desarrollo Sustentable; 2) Iniciativa Mesoamericana de Desarrollo Humano; 3) Iniciativa Mesoamericana de Prevención y Mitigación de Desastres Naturales; 4) Iniciativa Mesoamericana de Promoción del Turismo; 5) Iniciativa Mesoamericana de Facilitación del Intercambio Comercial; 6) Iniciativa Mesoamericana de Integración Vial; 7) Iniciativas Mesoamericanas de Interconexión Energética; 8) Iniciativas Mesoamericanas de Integración de los servicios de telecomunicaciones”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 05)

Ou seja, visando conciliar crescimento, estabilidade econômica e humana com políticas de bem estar social, o Plano Puebla-Panamá apresenta políticas semelhantes aos outros planos observados. Porém, seu diferencial maior está em que esta política tem importância tanto no espaço nacional, interno, quanto no espaço regional, externo. Desenha-se diferentemente dos demais planos no tocante a sua área de implementação, conforma-se como uma política macro-regional de ajustes capazes de equiparar os países da América Central e o sul e sudeste do México, com a realidade considerada promissora do centro-norte do México. Possibilita-se, assim, sua adesão à perspectiva de Integração Continental e

da TLC. Para uma melhor compreensão desta política, observa-se a seguir cada uma das oito iniciativas.

Iniciativa Mesoamericana de Desenvolvimento Sustentável (IMDS)

Como um dos eixos programáticos do Plano, o IMDS tem como objetivo gerar condições na região mesoamericana para que as ações relativas à redução de pobreza, o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a integração regional, se reforcem, mutuamente, garantindo a equidade de implementação desta política. Para isso, associam-se os projetos do Plano com o marco de desenvolvimento sustentável regional já em funcionamento. Assim, o Corredor Biológico Mesoamericano (CBM) auxilia na elaboração dessa política regional, a partir de critérios e considerações ambientais e sociais a serem implementados. Para isso, levantam-se algumas estratégias como: “(i) desarrollar, consolidar y armonizar instrumentos de gestión ambiental; (ii) mantener y mejorar la oferta de bienes y servicios ambientales; (iii) respetar el patrimonio cultural indígena y reforzar las capacidades de toma de decisión de las comunidades locales y la participación de hombres y mujeres; (iv) potenciar el valor económico de los recursos naturales y la generación de ingresos; y (v) proteger la biodiversidad (terrestre, costera y marina) y conservar las áreas protegidas de la Región”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 09)

É a partir destas estratégias que a IMDS visa reconhecer, impulsionar e fortalecer seus programas de desenvolvimento, com o fim de superar os problemas econômicos e sociais na região. Sendo assim, aclaram que estas estratégias apresentam-se conforme as vertentes do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. O PPP parte do reconhecimento da grande riqueza e diversidade de recursos naturais dessa região, que conta com:

“(…) importantes extensiones de bosques tropicales, abundante disponibilidad de agua y una biodiversidad de las más ricas del mundo. La disponibilidad de estos recursos naturales en el

largo plazo es crítica para asegurar la viabilidad de las estrategias de desarrollo en el área. Por ejemplo, el abastecimiento de energía eléctrica para el conjunto de estos países está asociado con la permanencia de los principales abastecedores de agua, que son los bosques”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 09)

Por outro lado, a região enfrenta a ameaça da degradação ambiental através da pressão demográfica e a exploração descontrolada dos recursos naturais que desestabilizam a possibilidade de um desenvolvimento econômico e social sustentável.

A preservação do meio-ambiente é fator central para a garantia de um desenvolvimento econômico e social de forma sustentável na região. Coloca-se que a fragilidade do ecossistema, o patrimônio cultural e o bem-estar social exigem que o projeto da IMDS esteja em concordância com uma gestão ambiental efetiva, tomando em conta, principalmente, à relação com os setores agropecuários, pesqueiros e os demais, ligados ao desenvolvimento rural. Para isso orienta-se no amplo conceito do Corredor Biológico Mesoamericano, acatado por cada um dos países envolvidos como organizador do desenvolvimento sustentável regional. Entende-se, assim, como um exemplo claro das: “(...) posibilidades de integración que potencia la gestión local, el patrimonio cultural, la inversión pública y privada, y la participación social amplia, con hombres y mujeres en pie de igualdad”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 10)

A partir desta idéia, da junção entre estratégias do CBM e do PPP, foram formulados três eixos de ação para o Programa Mesoamericano de Desenvolvimento Sustentável. Eixos elaborados sobre a idéia de firmar uma execução simultânea e de forma integrada, dando-se condição para a idéia de política sustentável em âmbito social e ambiental. Para isso:

“Cada uno de los tres ejes de acción tiene como componentes transversales el enfoque de cuencas, la protección de la biodiversidad marina y terrestre, la protección de áreas críticas y frágiles y la educación ambiental. El enfoque de cuencas recoge la importancia de la gestión de cuencas multinacionales, no solo por los servicios ambientales de las mismas, si no por ser condición necesaria para la reducción dela vulnerabilidad”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 10)

Os três eixos do Programa da IMDS são Gestão Ambiental, Patrimônio Cultural e Equidade; Preservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais. O primeiro eixo – Gestão Ambiental – garante com que o PPP e seus projetos possuam de forma simultânea a viabilidade ambiental. Fortalecem-se as gestões ambientais na região e uma legislação adequada, como facilitadoras de uma competitividade regional. Para os primeiros cinco anos do Plano incluem-se as seguintes atividades: “(i) desarrollo y armonización (sic) de las políticas ambientales claves de la Región Mesoamericana; (ii) compatibilización de los instrumentos de gestión ambiental y marcos regulativos prioritarios (...); (iii) fortalecimiento de la descentralización de la gestión ambiental; (iv) implementación de planes de ordenamiento territorial/ambiental específicos; (v) implementación de un sistema regional de información ambiental y monitoreo del PPP”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 10 e 11)

O marco de coordenação e execução deste projecto se definirá a partir dos convênios que se firmem e acordos que se estabeleçam, aproveitando a institucionalidade existente.

O segundo eixo – Patrimônio Cultural e Equidade – visa garantir a participação local e indígena nas consultas e decisões sobre projetos do PPP, fortalecer as capacidades locais de gestão e estabelecer princípios de equidade de gênero. Coloca-se como de extrema importância sua implementação a curto e médio prazo como condicionante para conquistar a aceitação e viabilidade do PPP. Perante a essa importância, suas atividades prioritárias são: “(i) fortalecimiento de capacidades locales de gestión, negociación y procesos de consulta; (ii) generación de oportunidades de potenciamiento económico local sustentable; (iii) actividades de preservación y valorización cultural; (iv) procesos participativos para la equidad de género.” (Plano Puebla-Panamá: 2001, 11)

O marco de execução deste projeto se definirá a partir dos convênios e acordos que se estabeleçam entre as instancias regionais representativas, incluindo, de forma especial, aos grupos étnicos e culturais da região.

O terceiro eixo desta iniciativa – Preservação e aproveitamento dos Recursos Naturais – visa maximizar o potencial econômico e de geração de investimentos, baseados na riqueza natural regional e suas vantagens comparativas e competitivas. Aproveitam-se oportunidades de mercados locais regionais e internacionais tanto do setor privado, quanto do público e da sociedade civil organizada. Propõe-se a criação de um fundo regional para atender estas iniciativas e captar os investimentos existentes na região e mais os oriundos de organismos internacionais.

Portanto, cria-se o Fundo Mesoamericano para o Desenvolvimento Sustentável (FOMADES), idéia surgida da incorporação do sul-sudeste do México ao já existente Fundo Centro-americano de Ambiente e Desenvolvimento (FOCADES). O FOMADES seria responsável pelas diversas operações e atividades que surjam das demandas de implementação desta iniciativa. Para isso, são incluídas as seguintes operações: “ (i) desarrollo del turismo regional ecológico y sustentable; (ii) pago por servicios ambientales (secuestro de carbono; generación y protección de fuentes de agua); (iii) desarrollo forestal sustentable; (iv) gestión de cuencas internacionales; (v) acuicultura e agricultura sustentable, y productos orgánicos de alto valor; (vi) diversificación productiva y agroforestería; (vii) producción limpia; (viii) calidad y monitoreo ambiental regional urbano; (ix) manejo de recursos costeros y arrecifes; (x) control de incendios forestales; (xi) sanidad forestal”. (Ídem)

Iniciativa Mesoamericana de Desenvolvimento Humano (IMDH)

Conforme a realidade da região Mesoamericana, encontram-se elevados índices de pobreza e indicadores sociais alarmantes. Segundo o PPP, a região se caracteriza pela sua diversidade étnica, como afro-caribenha e indígena que representam 18% da população total, algo em torno de 11 milhões de habitantes.

Nesta iniciativa, justifica-se que a política social, por si só, é incapaz de reverter este quadro social. Aponta-se a necessidade direta de consolidar políticas tanto no âmbito social,

quanto no âmbito econômico. A principal razão dessa política é construir, de forma sólida, o desenvolvimento humano e a qualidade de vida dessa parcela do continente. A partir dessa idéia, são estipulados quatro projetos para a implementação desta iniciativa: “ 1) capacitación para el trabajo; 2) sistema de información estadística sobre migraciones; 3) participación de las comunidades indígenas y afrocaribeñas en el desarrollo local; y 4) manejo y conservación de recursos naturales por parte de organizaciones campesinas, indígenas y afrocaribeñas”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 14)

O primeiro perfil – Capacitação para o trabalho – tem como objetivo elevar a qualidade do capital humano, através da formação de mão-de-obra qualificada e do acesso ao mercado de trabalho formal. Assim como, investir nos centros de formação técnica e profissional, nacionais ou estatais, respaldados por enfoques e metodologias validadas nas experiências regionais e internacionais, de maior êxito. Visa-se formar a Rede Mesoamericana de Excelência em Educação Técnica e Profissional e o Banco Mesoamericano de Capacitadores.

Estas instituições devem responder adequadamente a necessidade de competitividade, equidade social e sustentabilidade ambiental. As ações indicadas para este perfil são: “(i) turismo, agroempresas, textiles y electrónica, en lo económico; (ii) bosques, biodiversidad y agua, en lo ambiental; (iii) acceso a oportunidades humanas, gestión local-territorial y participación ciudadana, en lo social. Todas ellos requieren estar fundamentadas en una masa crítica de recursos humanos a nivel (sic) local y nacional, que incluye desde gerentes, técnicos, y operarios hasta micro y pequeños empresarios en diversas disciplinas, los cuales deberán estar formados en enfoques innovadores y tecnologías que combinen el conocimiento de ‘punta’ a nivel (sic) internacional con las especificidades y aprendizajes regionales”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 15)

O segundo perfil – Sistema Estatístico sobre Migrações – visa facilitar a adoção de políticas e intervenções em matéria de migrações. Promover a ação consensual dos países da região, através de sistemas de informação e registro que vislumbrem o processo

migratório e os Direitos Humanos dos imigrantes, bem como o processo de integração e globalização.

Este projeto é realizado em parceria não apenas entre os países mesamericanos, más, também, com a participação de países e organismos internacionais, com informações e tecnologias, sobre o tema da migração, como a Comissão Centro Americana de Directores de Migração (OCAM) e a Organização Internacional de Migrações (OIM⁴). Assim, mediante a criação de um Sistema de Informação Migratória para Mesoamericana (SIEMMES) que permita:

“Facilitar la producción e intercambio de información estadística sobre los movimientos de población a partir de la compatibilización y articulación de la información proveniente de distintas fuentes estadísticas;

Mejorar actualizar y consolidar la producción y disponibilidad de información sobre entradas y salidas internacionales y de permanencia de la población extranjera;

Conocer la migración internacional hacia, desde y dentro de la Región, así como las características de los migrantes a partir de la información de los Censos Nacionales de Población; Durante los periodos intercensales, promover la aplicación de módulos migratorio en las Encuestas de Hogares que aplican regularmente los países de la Región;

Fortalecer las capacidades nacionales mediante la capacitación de los técnicos de las Direcciones de Migración y de las Direcciones / Institutos de Estadística que se desempeñan como enlaces nacionales del proyecto, en la elaboración estadística y análisis de información migratoria disponible en los organismos oficiales productores de dicha información;

Producir estudios sobre la situación migratoria de los países y la Región en su conjunto y difundir sus resultados;

Y identificar acciones que sirvan para promover un mayor clima de respeto a los derechos humanos de los migrantes”.
(Plano Puebla-Panamá: 2001, 17 e 18)

⁴ O México solicitou sua entrada a OIM, questão que se efetivada fortaleceria a ação da OCAM.

O terceiro perfil – Manejo dos Níveis de Participação das Comunidades Indígenas e Afro-Caribenhas no Desenvolvimento Local – propõe elevar e melhorar o nível de vida dos povos indígenas e afro-caribenhos da Mesoamérica. Através da promoção de processos de gestão e capacitação, aumentando os níveis de participação, transparência, descentralização e a integração das comunidades e suas organizações de base, instituições e governos locais. Após esta etapa se estenderia tal política ao conjunto das demais comunidades.

A população indígena na América Central é da ordem de 26% da população, enquanto que no sul-sudeste do México é um pouco superior a 15% da população. Tanto os indígenas como os afro-caribenhos constituem os grupos com maior exposição às desigualdades sociais e a marginalização, incrementa-se sua vulnerabilidade social, econômica e ambiental. Nestes grupos os mais vulneráveis são as mulheres, crianças e adolescentes indígenas. Não possuem mecanismos de participação nas instâncias de decisão em âmbito local, municipal ou nacional. Dentro desse panorama, desenvolvem-se as seguintes atividades:

“Capacitación para la formación de equipos de trabajo locales, constituidos por indígenas, población afrocaribeña y representantes de autoridades locales, gubernamentales y municipales indígenas y no indígenas, que sirvan como coordinadores en la formulación de estrategias de desarrollo;

Aplicación y articulación de procesos participativos en comunidades indígenas y afrocaribeñas seleccionadas;

Capacitación e acciones demostrativas a nivel (sic) local, aumentando la capacidad de gestión de todos los actores, a través de asesorías técnicas durante la puesta en práctica de las fases metodológicas participativas;

Desarrollo de mecanismos de fiscalización social, a través del diseño y funcionamiento de sistemas de información y evaluación;

Y definición de normas y de un marco legal que institucionalice la participación indígena y afrocaribeña. Atención especial se dará a los indicadores de pobreza en poblaciones indígenas y afrocaribeñas”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 21)

O quarto perfil – Uso, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais por parte de Organizações Camponesas, Indígenas e Afro-caribenhas – visa transformar e modernizar o uso, manejo e conservação dos recursos naturais e das bacias, fomentando atividades agro-florestais comunitárias e turística sustentáveis. Assim, fortalecem a participação da sociedade civil e, principalmente, das mulheres nas organizações de base, reduzindo as assimetrias sociais e econômicas.

Outra questão refere-se à redução e diminuição dos impactos promovidos por desastres naturais. Diminui-se a vulnerabilidade social e ambiental e a mitigação de seus efeitos. Este perfil é apontado como o único ainda pendente na aproximação entre a América Central e o sul-sudeste do México. Para alcançar estes objetivos são propostas as seguintes ações:

“El fortalecimiento y la conformación de un modelo de productores campesinos, indígenas y afrocaribeños comprometidos en lo comunitario y con visión para apropiarse esquemas de financiamiento por pagos de servicio ambientales, con habilidades gerenciales y administrativas y capacidad para desarrollar una producción sustentable;

La definición de actividades productivas en función de análisis de mercado, con arreglo a un perfil del productor que se desarrolle, de su finca y de su organización;

El establecimiento de proyectos piloto de restauración de laderas en cuencas hidrográficas para disminuir la contaminación y elevar la calidad de los cultivos;

El desarrollo de iniciativas empresariales turísticas sustentables, con arreglo a un modelo comunitario, con la capacitación y la fijación de una ruta de establecimientos turísticos de ese tipo;

Una propuesta de normativa forestal comunitaria para cada país o estado, una propuesta de metodología de plan de manejo unificado de la región;

Líneas concretas de acción para la capacitación, habilitación y la mayor participación de la mujer en este campo;

Y la propuesta de agricultura alternativa y agro ecología y en particular de comunidades cafetaleras protectoras de micro cuencas”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 22 e 23)

Iniciativa Mesoamericana de Prevenção e Mitigação de Desastres

A região Mesoamericana, por suas semelhanças geográficas e climáticas, comparte os mesmos riscos de desastres. Devido a esse compartilhamento, decidiu-se estabelecer parâmetros de prevenção e mitigação contra possíveis desastres, acordados, em parceria, entres os governos da região.

Alguns marcos estratégicos foram estabelecidos entre os distintos presidentes a fim de reconhecer os desafios comuns, bem como possibilitar linhas de ação que os trate de forma conjunta. São destacadas três estratégias: o Marco Estratégico para a Redução de Desastres na América Central, a Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da América Central (ALIDES) e o Mecanismo de Tuxtla (4ª Reunião, Guatemala, 25 de agosto de 2000).

Adota-se, também, o Programa Mesoamericano de Cooperação (2001-2002), que apresenta seis áreas prioritárias, incluindo a prevenção e a atenção para desastres naturais. Os esforços são compartilhados no melhoramento das gestões e financiamentos contra o risco de desastres, onde se coloca, como uma meta comum, a identificação de mecanismos financeiros, nacional e internacional, para a prevenção e mitigação.

Em relação ao Plano Puebla-Panamá, adotou-se dois tipos de ação: Uma relativa a adoção da redução de riscos de desastres como um elemento da estratégia de desenvolvimento regional, sendo incorporado a todos os projetos dos distintos setores; outra, relativa à implementação dos três marcos desta iniciativa. Formaliza-se, assim, três ações.

O primeiro – Desenvolvimento de Mercado de Seguros para Riscos de Catástrofe – têm por objetivo desenvolver um mercado eficiente de seguros privados contra catástrofes, na região mesoamericana, que incentive a adoção de uma política adequada de prevenção e mitigação de desastres.

Sendo assim, o mercado de seguros, que tem importante crescimento neste ponto, estimula o aumento da produtividade da economia e contribui para a competitividade na região. Para o desenvolvimento desse mercado, são propostos: “ 1) desarrollar los marcos legales y de supervisión a nivel (sic) nacional; 2) mejorar los servicios que prestan las compañías de seguro contra las catástrofes; y 3) fomentar mecanismos regionales e internacionales de reaseguros”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 32)

O segundo - Conscientização Pública para a Prevenção de Desastres – visa elevar a consciência pública a gestão e redução de riscos e estimular um diálogo no âmbito nacional e regional, a fim de promover os conceitos de prevenção, mitigação e redução da vulnerabilidade dentro da cultura mesoamericana.

Propõe-se a elaboração de estratégias de divulgação – através da Campanha Mesoamericana de Conscientização Pública, de acordo com a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (EIRD/ONU) e em parceria com o Centro Regional de Informações de Desastres para América Latina e Caribe das Nações Unidas (CRID/ONU), a Rede de Estudos Sociais para a Prevenção de Desastres na América Latina (RED) e o Centro de Estudos e Pesquisas para América Latina (CEPAL) – e de capacitação sobre a gestão de riscos no âmbito regional – em parceria com a EIRD/ONU, RED e a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS/OMS). Suas metas são: “ a) mejorará la calidad y cantidad de los materiales, y los canales y métodos de su divulgación; y b) aumentará la capacitación y formación de recursos humanos para la comunicación social”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 26)

A terceira ação – Informação Hidro-metereológica para a Competitividade – busca melhorar as informações Hidrometereológicas e climáticas e seu uso pelos tomadores de decisões, públicos e privados, na região Mesoamericana, com o fim de salvar vidas, reduzir o impacto negativo de desastres naturais e contribuir diretamente na competitividade regional.

Visa melhorar os serviços operativos, as capacidades técnicas e a manutenção das equipas de observação – com apoio do Comitê Regional de Recursos Hidráulicos (CRRH) do Sistema de Integração Centro Americana (SICA), parceria já presente, desde 1996, com o desastre causado pelo furacão Mitch. Importante destacar que não fazem parte do projeto os riscos de caráter sísmico e vulcânico (informações geomorfológicas). Propõem-se para sua viabilização: “(1) incrementará la oferta de información hidrometeorológica e climática; (2) fortalecerá las capacidades nacionales en la recolección y análisis de datos básicos, la diseminación e comercialización de los productos meteorológicos con valor agregado; (3) creará un sistema regional para la producción e intercambio de pronóstico e información, que integre las capacidades y recursos nacionales y regionales tomando ventaja de las distintas fortalezas”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 28)

Iniciativa Mesoamericana de Turismo

Com o perfil “*Implementación de la cuenta satélite de turismo y la certificación de la sostenibilidad turística*”, a iniciativa tem como objetivo promover ações regionais que enfatizem a complementaridade, as economias de escala e as correntes produtivas, no âmbito turístico regional, para consolidar um conglomerado regional.

Existem na região iniciativas de cooperação e de vinculação governamental e empresarial com importância no setor turismo. Um exemplo destacado no Plano é o da Organização Mundo Maya que demonstra a possibilidade das vantagens de compartilhar a promoção e a criação de pacotes complementares entre os países da região. Mostra a possibilidade, com essa experiência, em apontar programas multinacionais baseados na riqueza, na diversidade natural e cultural da Mesoamerica. Os investimentos internacionais somados com os locais geram um impacto fiscal significativo.

Atribui-se ao Corredor Logístico Mesoamericano a capacidade de vir a gerar um novo pólo turístico nessa região. A importância está no fato de que a ‘indústria do turismo’ é

reconhecida internacionalmente como ferramenta de desenvolvimento e geração de emprego e renda. A necessidade de estabelecer um funcionamento das distintas correntes produtivas em seus distintos níveis, de forma concatenada, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de um turismo sustentável, tanto no âmbito econômico, como no social e ambiental. Para isso, o desenvolvimento do turismo deve-se dar com a participação das comunidades locais, a fim de garantir a preservação do meio ambiente e os recursos culturais da região.

Para sua implementação, visa-se consolidar uma Conta Satélite de Turismo, capaz de contribuir de forma efetiva e uniforme na consolidação das informações que demonstrem a importância do turismo na atividade econômica em geral.

Propõe-se também a implementação de um Sistema de Certificação do Turismo Sustentável para todas as atividades e produtos, para além da certificação por proteção ambiental e turismo ecológico, incorporando a certificação voluntária.

Iniciativa Mesoamericana de Facilitação de Intercâmbio Comercial

Esta iniciativa têm como objetivo contribuir e aperfeiçoar a relação de intercâmbio comercial Mesoamericano, mediante um conjunto de ações que permitam ampliar o comércio e reduzir o custo e o tempo das transações internacionais. Visa-se com isso aumentar a competitividade e a participação das pequenas e médias empresas (PYMES) da e na região.

O comércio entre os países da América Central sempre foi marcado por uma baixa intensidade. Por isso, busca-se implementar medidas de facilitação de negócios para aumentar o volume de atividades, além do incremento e aperfeiçoamento das alfândegas, melhorando as condições de competitividade dos produtores desta área.

A homologação dos tratados comerciais existentes contribuiria para reduzir as distorções comerciais entre os países. Facilita-se, também, o aumento da participação das pequenas e médias empresas no comércio regional e internacional. Estas empresas têm papel importante por concentrar uma grande parcela da oferta de emprego.

O documento afirma não ser necessário grande montante de dinheiro para sua implementação, uma vez que, para a maioria das questões, é necessária apenas uma decisão pública para realizar-se. A partir destas questões formulam-se quatro projetos: “ i) facilitación de negocios; ii) modernización de aduanas; iii) homologación de tratados comerciales; y iv) promoción de PYMES exportadoras (PYMEX)”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 36)

No primeiro – Facilitação de Negócios e Homologação de Tratados Comerciais – pode-se perceber que dos quatro projetos, dois estão incorporados a um único perfil de implementação. Aqui se unifica o primeiro e o terceiro projeto. O objetivo é reduzir as barreiras alfandegárias e tomar medidas complementares para a facilitação e rapidez dos negócios na região.

Visa-se, também, homologar os tratados de livre comércio, negociados na região, com o objetivo de facilitar o intercâmbio comercial e a administração alfandegária, como o relativo ao Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e as negociações deste com o México, o Panamá e Belice.

Fica claro, no documento, que o conjunto de medidas facilitadoras de negócios adotados são compatíveis, se não as mesmas, estabelecidas na emperrada pauta de discussão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA):

“En el marco de las negociaciones para conformar la Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) se acordó un conjunto de medidas de facilitación de negocios y los ocho países que integran el Plan Puebla-Panamá se comprometieron a ejecutarlas. Estas medidas bien podrían constituir el punto de partida en esta materia”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 38)

O segundo – Modernização e Harmonização das Alfândegas – visa simplificar, modernizar e harmonizar os procedimentos alfandegários com o intuito de facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias pelas fronteiras e facilitar o controle e a prevenção de fraudes. Apontam estas medidas como promotora da integração e da competitividade regional.

Busca-se, também, desenvolver e implantar sistemas, institucionais e operativos, para facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias por fronteiras terrestres, bem como implantar um sistema de intercambio eletrônico de informação, ou alfândegas virtuais, como instrumento facilitador do comércio, do controle e da prevenção de fraudes.

Para efetivar tais medidas utiliza-se o apoio do BID e da União Européia nas alfândegas da região. Visa-se consolidar uma coordenadoria formada pelos oito Diretores de Alfândegas e o Comitê do projeto. Sua interface com a iniciativa Mesoamericana viária é fundamental.

No terceiro – Promoção do PYMEX – aponta-se ser este como uma atividade complementar aos programas de inversão em infra-estrutura, harmonização de políticas regionais e facilitação de intercâmbio comercial dentro do Plano. Propicia-se a formação de redes empresariais dirigidas à busca de oportunidades de negócios na região e o estabelecimento de uniões de empresas competitivas intra e extra regionais. Para lograr este objetivo o programa propõe: “ 1) fomentará actividades de integración productiva regional; 2) ayudará con la difusión de la información sobre oportunidades de negocio a un grupo de empresas de menor tamaño; y 3) expandirá el diálogo entre empresarios, entidades de apoyo a las micro, pequeñas, y medianas empresas, y los actores regionales del PPP”. (Plano Puebla-Panamá: 2001, 42)

A integração produtiva, primeiro ponto, objetiva criar e expandir o comércio regional com base no PYMES exportadoras (PYMEX). Estabelece um fundo de assistência técnica para promover a associação entre empresas com sede em distintos países. Apóia a

integração produtiva através de correntes produtivas e alianças estratégicas como a promoção do comércio entre as empresas da região.

O segundo ponto, oportunidades de negócios, visa disseminar informações sobre as distintas oportunidades de negócios (licitações públicas, contratações e sub contratações) enfocadas nas empresas menores, presentes no PPP. Além da criação de uma rede na internet, que conecte todas as empresas e oportunidades ofertadas, apresentada como alternativa.

O último, ampliação do diálogo regional, também estabelece essa rede virtual, de entidades oficiais, que trabalham com micros, pequenas e medias empresas (MIPYMEs)⁵ com o fim de promover o intercâmbio de experiências, a identificação de atividades regionais e a disseminação de informações sobre o PPP de forma rápida e eficaz.

Iniciativa Mesoamericana de Integração Viária

Este projeto tem como objetivo reduzir os custos nas áreas de transporte. Promove-se o desenvolvimento da integração viária na Mesoamérica a partir da construção, reabilitação e melhoramento do: “(1) Corredor Pacífico que, a través del Corredor Pacífico Centroamericano, conecta Puebla con Panamá; (2) el Corredor Vial del Atlántico, que conecta Cutuco en El Salvador con Progreso en México, e integra México, Belice, Guatemala, Honduras y El Salvador; y (3) los corredores interiores de México, que incluyen el Transístmico que une Coatzacoalcos con Salinas Cruz, el de Progreso – Tampico y de Chetumal – Villa Hermosa. El proyecto es consistente con el Corredor Logístico. (...) Y incluye entre otros: (1) La armonización y liberalización de la política de transporte; (2) la armonización de las normas técnicas; (3) la adopción de los marcos

⁵ O significado destas siglas não é explicitado no documento. Além do PYMES, PYMEX e MIPYMEs, outras siglas são apresentadas. Todas referentes ao mesmo objetivo, só que cada uma em seu respectivo país. AMPYME no Panamá, PRONAMYPE na Costa Rica, INPYME o DPYME na Nicarágua, CONAMYPE em El Salvador e Honduras, o Vice-Ministro de micros, pequenas e medias empresas na Guatemala e o Subsecretário de Pequenas e Medias empresas no México.

legales adecuados para la concesión de infraestructura vial; y (4) el desarrollo del mercado de servicios logísticos. Las acciones anteriores son condiciones sine qua non para capturar los beneficios económicos y sociales que justifican los elevados costos del proyecto y para hacer posible y promover la participación del sector privado.” (Plano Puebla-Panamá: 2001, 45)

O discurso utilizado para esta iniciativa está centrado na idéia e contexto de uma economia mundial cada vez mais globalizada, sendo a integração econômica fundamental para a melhoria das condições de competitividade na região. Ou seja:

“Una mayor integración regional permite aprovechar economías de escala, atraer inversión extranjera directa, y promover la estabilidad político-económica de los países de la región, al servir como señal para el sector privado del compromiso de las autoridades con políticas que de otra manera serían percibidas como ocasionales y reversibles. La estructura vial es un catalizador de esa integración regional, y es especialmente relevante para Mesoamérica, que comparte características culturales y geográficas muy similares que convierten a sus países en socios comerciales naturales.” (Plano Puebla-Panamá: 2001, 45 e 46)

São apresentados ainda três argumentos que justificam, na opinião dos elaboradores e firmantes desta política, a inevitável idéia de busca de financiamento privado para este projeto. Os argumentos que sustentam essa idéia são: a liberação de recursos públicos para projetos sociais de grande impacto (educação, saúde e moradia); aplicação do conceito ‘*user charge*’, que impõem a manutenção das vias aos usuários, através de pedágios; e a necessidade de evitar sobre-custos na construção e manutenção de estradas de uso comum. Aquelas em que o uso é menor buscar-se-á financiamentos de tipo misto com prazos de concessão mais longos.

Nesta iniciativa, firmam-se três corredores a serem estabelecidos. Possibilita-se, desta forma, a busca pela integração viária, aproximando os países para a integração econômica. Uma integração de acordo com a idéia de enxugamento do Estado e de crescimento do papel do setor privado em assuntos e pastas tradicionalmente pertencentes ao poder executivo. Os Corredores apontados são:

O Corredor Puebla-Panamá – que une o Corredor mexicano - com 1000 Km (Puebla-Oaxaca-Ciudad Hidalgo), ao Corredor Centroamericano - com 3750 Km (Puerto Alvarado-La Hachadura, El Amatillo, Guasaule, Peñas Blancas y Pasos Canoas).

O Corredor Atlântico – que visa integrar o México, a Belize, Guatemala, Honduras e El Salvador. Busca-se o desenvolvimento turístico e econômico destes países, através da construção de um Corredor Internacional de rápido fluxo. Liga-se o Corredor Peninsular de Yucatán (Puerto de Progreso-Mérida-Cancún-Chetumal), no México, com Belize (Ciudad de Belice-Belmopán-Dangriga-Southern Highway-Dump), chegando até a fronteira com a Guatemala. Interliga-se na Guatemala (via Flores-Modesto Méndez, até La Ruidosa - CA9, até Entre Rios – Puerto Cortez, em Honduras) e estende-se até Honduras. Coloca-se a necessidade de integrar as vias entre Puerto Cortez a Puerto de Cutuco, em El Salvador.

Os Corredores Interiores do México – Conecta Puebla com Progreso, Vera Cruz com Tampico, o Transístmico, entre Coatzacoalcos e Salina-Cruz, e no Yucatán, entre Villa Hermosa e Chetumal.

Desta forma se possibilitaria uma interconexão entre os países da região. Tal iniciativa já conta com projetos que vem sendo formulados desde 1966, através de parcerias com a SIECA, INCAE (*business School*), BCIE e o BID. Em 1997, os governos da América Central solicitaram ao BCIE um projeto de reformas para o Corredor Interamericano, este 20% maior que o Corredor Puebla-Panamá.

Ademais de todas estas políticas, a iniciativa de integração viária Mesoamericana apresenta uma carência no que diz respeito à Nicarágua e ao Panamá. Visa-se integrar o México e a América Central por rodovias de fluxo rápido. Porém, não se encontram detalhes sobre a proposta referente à integração viária com o Panamá e a Nicarágua. Permanece a lacuna quanto a estes países, ferindo a idéia central deste documento em interligar o sul-sudeste do México à Cidade do Panamá.

Iniciativa Mesoamericana de Interconexão Energética

O objetivo desta iniciativa é atrair a participação do setor privado para o desenvolvimento do mercado elétrico da região. A proposta visa apoiar o desenvolvimento do Sistema de Integração Elétrica para América Central (SIEPAC) – órgão responsável pela interconexão entre os países da América Central e pela conexão do sistema com Belize e México.

A integridade do projeto se baseia na criação de um mercado elétrico regional na América Central, na construção de linhas de transmissão entre Panamá e Guatemala, Guatemala e México, e outra entre Belize e Guatemala. Para seu desenvolvimento se apóia na formulação de marcos legais, institucionais e reguladores, que assegurem o funcionamento desse mercado, através de incentivos compatíveis.

Acredita-se que os investimentos privados permitirão melhorar a confiabilidade, qualidade e competitividade, reduzindo-se as tarifas de energia em benefício de toda a população da região. O PPP se coloca como ‘guarda-chuva’ para agilizar estas três iniciativas (SIEPAC, Guatemala-México e Belize-Guatemala) em um marco consistente. Com isso, visa-se permitir a manutenção do tempo e da autonomia de cada projeto.

No tocante ao SIEPAC, busca-se a consolidação de um Mercado de Eletricidade Regional (MER). Assim, requiere-se: “i) establecer reglas comunes; ii) crear y poner en funcionamiento dos instituciones regionales: la Comisión Reguladora Regional de Interconexión Eléctrica (CRRIE) como entidad regulativa y el Ente Operador Regional (EOR), como operador del sistema eléctrico y administrador del mercado en lo que compete a transacciones regionales; iii) construir una línea adicional de 1802 Km, 230 KV (la línea SIEPAC) que ira de Guatemala a Panamá.” (Plano Puebla-Panamá: 2001, 50)

Referente à interconexão Guatemala – México, afirma-se que este subprojeto poderia se materializar rapidamente, uma vez que as redes de transmissão de alta tensão, destes países,

se encontram muito próximas. Ou seja, sua efetivação: “Consiste en ampliar dos subestaciones existentes (Tapachula en México y Los Brillantes en Guatemala) y construir 88 Km de línea de 400KV. El BID podría incluir el financiamiento de la parte guatemalteca como un componente adicional en una operación de préstamos que está preparando Guatemala.” (Ídem)

A interconexão entre Belize e Guatemala consiste em unir, eletricamente, as redes de transmissão de ambos países, através de uma linha de transmissão de 230 KW, em 195 Km. Liga-se a subestação de Santa Elena, na Guatemala, com a subestação de Belize City.

Iniciativa Mesoamericana de Integração dos Serviços de Telecomunicação

Esta iniciativa visa ampliar as possibilidades de acesso dos cidadãos da região Mesoamericana. Principalmente, as relacionadas aos grupos rurais e vulneráveis, incluindo-os ao conhecimento global e a integração plena à sociedade da informação. Isso, mediante o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações, a promoção do acesso universal, o desenvolvimento de uma política de apoio e de um marco regulador apropriado, que fomente uma maior inversão, pública e privada, conectada.

Este projeto aponta sua concordância com a Cúpula das Américas em incluir e apoiar a continuação da Rede Regional de Fibra Óptica, cabos submarinos que apenas tocam alguns pontos da costa. Certifica-se sua responsabilidade em interconectar o sul-sudeste do México com a América Central, e estes com o globo.

Na América Central, tenta-se completar a construção das redes de fibra óptica ao longo das estradas e autopistas que interconectam as capitais da região. Num total de 4.000 Km, ligam-se as principais cidades, portos e aeroportos da Mesoamérica, através de cabos ópticos, capazes de suportar uma velocidade de informações na ordem de 2.5 Gigabytes/segundo, em cada um de seus 12 pares. Na parcela mexicana seriam construídas

mais 1.500 Km de rede, interconectando-se com a América Central, desde a fronteira Guatemala – México.

Mecanismos de Decisão

Para a implementação das oito iniciativas do Plano – lembre-se que no documento aponta-se a incondicionalidade de sua implementação caminhar de forma equânime entre as distintas realidades – decidiu-se por criar um mecanismo que assegurasse sua implementação e os seguimentos da mesma.

Inicialmente, parte-se da '*Comisión Ejecutiva del Plan Puebla-Panamá*'. Por meio de reuniões periódicas (trimestral), estaria encarregada de revisar os avanços dos projetos e tomar decisões em torno das ações necessárias para assegurar seu pleno desenvolvimento, bem como a toma de decisão por novos projetos necessários, conforme o andamento da implementação desta política. Também se encarrega de preparar os informes para os presidentes dos países da região.

No interior deste mecanismo de decisões, estipulariam as comissões especializadas, formadas por representantes oficiais, determinados pelos países envolvidos, em cada uma das iniciativas Mesoamericanas. Suas decisões e informes são diretamente repassados a Comissão Executiva. Este Grupo Técnico Interinstitucional daria apoio técnico às comissões, atendendo as solicitações expressas pela Comissão de Presidentes. Cabe, também, nesta política as ações e os instrumentos de seguimento e consulta, como sistema de gestão, informação, divulgação e consulta.

Sua funcionalidade está atrelada aos governos dos países envolvidos, diretamente relacionado às decisões da Comissão de Presidentes, que através do Grupo Técnico Interinstitucional, demanda suas ações, consultas e novos projetos a serem discutidos nas Comissões Especializadas. Uma vez tomada às decisões em cada uma das Iniciativas Mesoamericanas, estas repassam à Comissão Executiva que se encarrega de levar a cabo

sua implementação, divulgação, informação, gestão, consulta e relatórios à Comissão de Presidentes.

Mesoamérica e Segurança Continental

O território Centro-Americano foi historicamente considerado como ‘pátio traseiro’ ou ‘quintal’ no âmbito dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Conforme a professora da Universidade Autônoma do México, Berenice P. Ramirez López⁶, desde a independência dos países da América Central do jugo colonial espanhol, aproximadamente a cento e cinquenta anos, a região foi cenário de ditaduras, golpes e situações de guerra determinadas pelas relações entre América Central e EUA, questões referentes ao interesse geopolítico deste país. (Ceceña: 2004, 89)

Os exemplos desta prática hegemônica condicionaram a manutenção de grupos de atores que garantiram de forma local tais interesses. O que dizer do caso Jacóbo Arbenz, na Guatemala (1953), ou a ‘guerra suja’ na Nicarágua, El Salvador e Guatemala (anos 80), ou os casos mais recentes de Hugo Chávez, na Venezuela (2002), e Jean Bertrand Aristide, no Haiti (2003). Embora estes dois exemplos atuais não façam parte da Mesoamérica, pode-se considerar sua proximidade geográfica como ameaçadora a estes interesses hegemônicos.

A concepção de Livre Mercado, na visão de Ramirez López, formalizou a idéia de rede empresarial mundializada, onde se prove o comercio mundial de matéria-prima e insumos, além de manter a concentração e centralização de capitais. Questão visível na complexa rede de investidores e empresas, associadas a cada uma das iniciativas mesoamericanas. A necessidade de que cada rede complexa de investidores, em cada subprojeto, de cada iniciativa, se some a uma rede central supervisora de todas as ações e implementações.

⁶ Berenice Ramirez López, *CentroAmérica en la actual expresión de la hegemonía estadounidense*. In Ceceña (comp.), *Hegemonias e Emancipaciones en el Siglo XXI*. Clasco Libros. Buenos Aires, 2004.

Leva-se em consideração seu caráter temporal e suas especificidades condicionantes, para uma implementação e desenvolvimento de forma equânime. Não é difícil perceber a impossibilidade desta política, do PPP, caminhar conforme seus objetivos e prazos. Dentro desta concepção, Ramírez López infere uma hipótese, a de que:

“ (...) la concepción de Libre Mercado que se ha impuesto como visión del mundo y que ha dado como resultado mayor polarización de la riqueza y exclusión social está combinando ciclos cortos de crecimiento económico con el mantenimiento del orden establecido mediante un mayor uso de la fuerza”.
(Ramírez López, in Ceceña: 2004, 90)

Desta forma, os EUA relacionam-se com a América Latina, através da elaboração de uma política de dominação, impulsionada pela necessidade de conformar um espaço continental de acordo com suas projeções econômicas e sociais, estabelece-se uma relação de ‘vizinhança’, mesmo que sob subordinação. Esta idéia é compartilhada pelo sociólogo James Petras, onde considera que:

“(…) el Plan Puebla-Panamá del presidente Fox proyecta incluir la venta a los bancos y corporaciones estadounidenses de los últimos y más lucrativos sectores de la economía mexicana – sus bancos líderes, petróleo, sectores petroquímicos y energéticos, adelante con la ‘maquilización’ de todo México y Centroamérica (Plan Puebla-Panamá)”.
(Petras, 2001: 64)

Esta idéia se confirma com os dados da UNCTAD, quando afirma que: “La inversión extranjera directa pasó de 10.383 millones de dólares en 1993 a 79.741 en 1999, decayendo a 38.974 millones de dólares en 2002. Ha participado principalmente en la compra de empresas estatales y locales productoras de gas, electricidad, petróleo, telecomunicaciones, bancos y sector financiero”. (Ramírez López, in Ceceña: 2004, 89)

Embora seja uma constante, esta prática hegemônica e de dominação dos EUA, ao longo da história da América Latina no século XX, existe um fator novo nas análises sobre tal ação. Esse fator está ligado com a crise energética e a necessidade de controle de

reservas, sob o discurso da proteção do Meio Ambiente, uma das novas políticas desde os 80's.

Sobre o interesse dos Estados Unidos em relação à América Central, Ramírez López interpreta que tal idéia: “ (...)se ubica en la necesidad de garantizar, por una parte, una zona de transito de recursos energéticos, petróleo, gas y electricidad. Y por otra, en seguir impulsando las actividades de maquila que le permiten a la economía norteamericana abaratar costos, especialmente en vestidos textiles y micro-componentes informáticos para hacer frente a la competencia internacional, principalmente asiática”. (Ídem, 91)

A necessidade de manter a política hegemônica, na América Central, se condiciona a idéia de segurança continental, uma vez que se faz necessário manter o controle sobre as reservas energéticas, os lucros sob sua comercialização e o estabelecimento de suas empresas nas localidades, a fim de acelerar a produção sob a exploração de uma massa de excluídos, como mão de obra barata.

As oito Cúpulas, realizadas entre os governos da América Central e os EUA, de negociação para a integração da América Central à NAFTA, realizadas desde 2003, são demonstração dessa ação hegemônica. Causou inúmeras reações, mas, com o apoio dos protagonistas e atores de cada governo Centro-Americano, caminha-se gradualmente para uma integração econômica.

Os pontos destes acordos são, coincidentemente ou não, semelhantes aos encontrados nas rodadas de discussões para a criação da ALCA, sendo o ponto sobre agronegócios um dos mais polêmicos. Outra semelhança está em tentar estabelecer uma relação econômica integradora, onde os países da América Central seriam incorporados ao Tratado de Livre Comércio, nas mesmas condições do México. As assimetrias e diferenças produtivas não são levadas em consideração. Acaba-se por determinar um erro já cometido pelo México e que desencadeou o chamado 'efeito tequila' nos anos 90. Questão clarificada com a análise de Ramírez López, onde afirma que:

“(…) Estados Unidos ha declarado que persigue un acuerdo de libre comercio con Centroamérica porque ello les abriría espacios de inversión en lo que esta sería considerada como nacional. Buscan además enviar señales para toda América Latina y presionar para que se aceleren las negociaciones del ALCA. Pretenden también mejorar la oferta, los precios y las condiciones de intercambio comercial de los países centroamericanos. Pero es cuando se señalan los aspectos mas perniciosos, por su carácter de intromisión en los asuntos de los países, cuando refieren que dicho acuerdo impulsará la democracia, la libertad social y la competencia, que queda al descubierto una proyección de dominación”. (Ídem, 98)

As especificidades internas do Plano Puebla-Panamá, ou cada particularidade de suas iniciativas apontam uma integração entre os países da América Central e o México. Referendado na abertura econômica, o eixo dessa política é a idéia de integração neoliberal unilateral, impulsionada pelo México, a partir da política da TLC. A disparidade entre as economias e a concorrência, entre o México e os EUA, têm desencadeado a necessidade de estabelecer uma concorrência entre México e os países da América Central. As políticas do PPP aceleram a integração neoliberal, sob condições desiguais de concorrência, aumentando a dependência econômica, tanto do México, como da Mesoamérica, frente aos interesses norte-americanos.

A necessidade de um desenvolvimento humano, combinado com desenvolvimento sustentável, iniciativas centrais no PPP, não tem acarretado boas relações entre os governos e as minorias sociais. O caso dos movimentos indígenas e camponeses é uma demonstração da diferença entre o discurso encontrado no PPP e a prática nas localidades determinadas.

Assim como Petras e Ramirez Lopes, o jornalista e escritor Renato Pompeu faz afirmações que coincidem com as análises sobre este Plano. Este chega a avançar um pouco mais em suas observações. Observa as práticas encobertas nessa política que não inserem de fato o indígena e o camponês. Pelo contrário, acabam tornando-se alvos dessas ações. O que dizer dos movimentos de resistência indígena, como a população de Chiapas, a guerrilha zapatista ou as comunidades camponesas da região? Com as palavras de Pompeu:

“Estão previstos ainda incentivos do Banco Mundial e do BID para maquiladoras, como no México: fábricas que apenas montam peças produzidas em outros países, por salários bem mais baixos do que as transnacionais teriam de pagar em montadoras em outras regiões, sendo os produtos finais destinados em sua grande maioria para os próprios Estados Unidos. Os custos e o tempo de envios de carga da região para os EUA e a Ásia serão drasticamente reduzidos. Quanto às populações de Puebla (Estado mexicano), se verão expulsas de suas terras e obrigadas a aceitar salários baixíssimos para trabalhar nas maquiladoras. Serão construídas setenta hidrelétricas, das quais trinta só no Estado mexicano de Chiapas, famoso pela rebelião zapatista – o que implicará desvio das águas que os camponeses usam não só em suas plantações como também para beber. A sede de lucro vai causar sede de fato. Comunidades e prefeituras zapatistas, que viviam uma autonomia de fato, serão expulsas pelas águas, que vão cobrir selvas, plantações e ruínas arqueológicas maias e de outros povos. Assim os EUA querem liquidar a subversão zapatista”⁷.

Diferente dos casos da Colômbia e da Bolívia, os temas do narcotráfico e do terrorismo não são tratados no conteúdo do PPP. Considera-se que estes temas não fazem parte das questões a serem combatidas. Não porque não existam, mas por estarem, supostamente, relegadas ao segundo plano.

Uma questão importante quanto ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) refere-se ao fato de não haver sido considerado parte do grupo de movimentos acusados de terrorismo, após o 11 de setembro de 2001⁸. Existem várias explicações para a questão, mas a central está no fim das ações armadas, embora a tensão ainda permaneça. O EZLN iniciou um novo processo de organização autônoma conhecida como *Caracoles*⁹, dando maior autonomia e movimento às organizações indígenas e camponesas da região de Chiapas.

A deposição das armas, neste caso, não significou a entrega desse arsenal bélico. Pelo contrário, as ações armadas deram lugar as ações de pressão contra o governo mexicano

⁷ Ver revista Caros Amigos Especial Nº 17, de junho de 2003, p-11

⁸ Ver matéria da folha de São Paulo de 30/09/2001.

⁹ Ver Ornelas, Raul: *La autonomia como eje de la resistencia zapatista: Del levantamiento armado al nacimiento de los caracoles*. In Ceceña: 2004, 133.

através de constantes mobilizações, com o apoio de uma vasta rede de simpatizantes em todo o globo.

As armas seguem em seu poder, mas utilizadas apenas sob um forte esquema de organização e controle popular. Sendo utilizadas apenas em situações de ameaças externas ou de suma gravidade. Como as informações noticiadas recentemente, pelas redes de informação, sob o novo acirramento entre as partes, nas primeiras semanas de julho. O EZLN decretou 'Alerta Vermelho', convocou a dissolução dos caracoles e a retomada da clandestinidade, dada a nova ameaça de avanço das Forças Militares Mexicanas.

Por outro lado, o tema do meio ambiente ocupa lugar e preocupação central no PPP. Considera-se este tema como a 'novidade', visto como um perigo, dada à forma como o PPP e os acordos da TLC, entre América Central, México e EUA, tratam da questão.

Para se ter uma idéia, no tocante a TLC, os governo da América Central solicitaram a incorporação do texto acordado entre Chile e EUA, que permite apenas a regulamentação e proteção dos recursos naturais, ou uma legislação ambiental.

Já os EUA afirmaram não ser necessárias tais medidas, o que ocasionou um certo receio no tocante à comercialização e exploração desses recursos naturais. Para Ramirez López: "La riqueza de la biodiversidad y de la diversidad cultural de esta zona se transforma en un punto de interés contemplado tanto en este tratado (NAFTA/TLC) como en el Plan Puebla Panamá (PPP)." (Ramírez López, in Ceceña: 2004, 107)

A ação do PPP, fundamentada na TLC, têm clara demonstração de interesse no controle de áreas e reservas de importância ambiental. As populações locais, camponesas e indígenas, são a linha de frente destas políticas. Embora as ações de movimentos insurgentes não estejam, todavia, inseridas e classificadas como terrorismo ou narcotráfico, o governo do México atua de forma não dialogada frente a suas reivindicações.

A implementação do Plano Puebla-Panamá e seus resultados alcançados não condizem com os prazos estabelecidos. Pode-se dizer que apenas as 03 últimas Iniciativas Mesoamericanas, referentes à interconexões viárias, elétricas e de telecomunicações, alcançaram resultados significativos. Olvera considera que: “(...) deve-se salientar a importância das iniciativas ligadas ao transporte, ou seja, a integração das rodovias, a interconexão elétrica e a interconexão das telecomunicações. Todas elas, sem conferir menos importância às cinco restantes, preencherão uma lacuna que, hoje em dia, constitui um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento regional mesoamericano.”¹⁰ (Olvera: 2003, 06)

A partir de 2002, percebe-se a impossibilidade de real implementação desta política. O PPP demonstrava a quase que utópica possibilidade de aplicação de suas iniciativas. Isso se deve a complexidade de cada uma delas, a necessidade de sua articulação para uma ação conjunta e o montante de financiamento requerido.

Se em sua idéia percebe-se o caráter quase que utópico de sua implementação, na prática o Plano naufragou por falta de financiamentos. As expectativas foram, passo a passo, minadas, uma vez que apenas o BID e o BCIE efetivaram os empréstimos e financiamentos. Capital utilizado para contemplar as iniciativas de telecomunicações, viária e elétrica.

Durante o ano de 2003, ocorreram apenas avanços para o desenvolvimento da infraestrutura. Os fundos do BID foram destinados para a interconexão elétrica, através do Sistema de Integração Elétrica para América Central (SIEPAC), além do acordo para a consolidação de uma Rede Internacional de Estradas Mesoamericanas.

Esta prioridade, no tocante a interconexões, somada à ‘novidade’ do tema meio ambiente, chama a atenção dos estudiosos sobre o PPP e a integração regional da América

¹⁰ Ver *O Plano Puebla-Panamá* de autoria de Pedro Gonzáles Olvera, primeiro secretário da embaixada do México no Brasil, 2003, 06.

Central. A análise de Ramirez López, por exemplo, levanta a idéia de que tal prioridade pareceria demonstrar:

“(…) ser que el interés por la biodiversidad y por el control de códigos genéticos requiere primero establecer las conexiones adecuadas de comunicación, es decir, contar con un buen sistema de carreteras en la región. Sin embargo, esto, que puede ser considerado como un proceso de modernización, se transforma en la reubicación y desplazamiento de comunidades y pueblos con historia de muchos siglos y con relaciones totalmente distintas con el medio natural. Esto, más la destrucción de las economías de subsistencia, ha derivado en aumento de las migraciones, pero también en diversos movimientos sociales que se organizan como espacios de resistencia.”
(Ramírez López, in Ceceña: 2004, 108)

Desta forma, pode-se afirmar três questões. Uma em que o PPP combina políticas de interligação entre os países da Mesoamérica estreitando as distancias e acelerando a possibilidade de comércio entre os países. As estradas de ferro, por exemplo, visam reduzir o tempo de deslocamento das produções acelerando o comércio local, regional e conseqüentemente o internacional, uma vez que tais produtos sairiam em uma velocidade muito maior, alcançando os demais continentes.

Outra questão, diz respeito ao fato de que os principais atingidos são as comunidades tradicionais, camponesas e indígenas, que vem nestas políticas um real ataque e desintegração de suas culturas. Assim como, a de outras culturas extintas no decorrer da História do Continente e que apenas os vestígios arqueológicos dariam conta de seu estudo e conhecimento, para a humanidade.

A ultima questão refere-se ao escoamento da produção. Embora apenas as políticas de interconexão foram implementadas, pode-se perguntar: Quais os produtos são de suma importância para o estabelecimento de uma política aceleradora do fluxo comercial nessa região? Seria necessário implementar tal política para escoar, por exemplo, banana? Crêem que não. Na verdade sua implementação não foi determinada pela necessidade de escoar produtos tradicionais da região, mas sim acelerar a entrada dos produtos e bens oriundos

dos EUA, além da importância do rápido deslocamento do conhecimento genético da Mesoamérica.

CAPÍTULO V

A HEGEMONIA EM AÇÃO

Para uma análise final, busca-se observar os Planos Dignidade, Colômbia e Puebla-Panamá não mais em suas esferas nacionais, como visto nos respectivos capítulos anteriores. Opta-se por uma análise conjunta da aplicação destas políticas, extrapolando as análises locais. Aponta-se para uma observação no contexto macro-regional. Priva-se por apontar algumas questões referentes à aplicação destas políticas e suas conseqüências para as relações interamericanas. Centra-se na idéia de um eixo de integração que abrange desde os EUA, México, passa pela América Central, com base no Panamá, percorre a América Andina a partir da Colômbia, chega ao centro-sul americano na Bolívia, formando um cinturão na região Amazônica.

Ascensão Unilateral

A Nova Ordem Mundial, em construção desde 1989, formaliza a consolidação de um novo momento e uma nova doutrina de segurança continental. A carência de um contraponto na disputa hegemônica criou um ‘vazio’ momentâneo de poder. ‘Vazio’ contornado, pouco a pouco, com o fortalecimento de uma Ordem Unilateral.

O fim da disputa, entre os modelos capitalista e socialista, impulsionou o sentimento de triunfo – de um sistema sobre o outro – que ocasionou a consolidação da idéia de política

vitoriosa e única. Ressurge e se fortalece o discurso da integração econômica, do livre mercado e/ou da globalização, a partir do desmantelamento da União Soviética.

Nesse sentido, como não lembrar do discurso do ‘Fim da História’ proferido por Francis Fukuyama? Uma clara demonstração desse discurso triunfal do sistema vigente sobre seu arqui-rival e a inevitabilidade de um mundo capitalista e unilateral. O ‘Fim da História’ buscava anunciar o fim das disputas hegemônicas e a concretização de um caminho único para o globo.

A partir desse discurso triunfal e unilateral, busca-se combinar estabilidade e integração econômica com segurança global. Forma-se o binômio: Segurança – Integração, onde se cria a necessidade de garantir segurança, em áreas geográficas consideradas de suma importância, para o bom funcionamento da economia mundial.

Um tema freqüente

A idéia de Segurança Continental esteve presente em todo o século XX, na América Latina. Perceptível em cada um dos distintos momentos e das diversas Ordens Mundiais. Seus objetivos se configuraram a partir de cada situação real. Perpassou todos os momentos de maior tensão, bem como também se mostrou presente nos momentos de normalidade entre as mudanças do cenário internacional. Raramente um pouco mais aberta, mas na maior parte do tempo, sob controle e observação constante da hegemonia norte-americana

Se durante os anos da Guerra Fria a idéia de segurança continental estava totalmente atrelada à idéia de ‘avanço comunista’, após o fim dessa ordem, o ‘vazio’ de um contraposto hegemônico causou ausência de um culpável, de um mal determinado e reconhecido, ao qual se deveria combater.

Com este ‘vazio’, os EUA estabelecem nos anos 80 duas importantes agendas. Uma nova agenda política de segurança, onde se apontam os novos problemas a serem confrontados - uma espécie de ‘novo mal’ a combater - e a necessidade de uma nova agenda econômica, capaz de dar respiro às críticas condições econômicas do restante do continente – esta, com importante papel psicológico, onde, mais uma vez, se tenta melhorar a imagem dos EUA frente ao continente.

A junção entre a nova agenda política dos anos 80 – combate ao narcotráfico, contenção das migrações latino-americanas e caribenhas para os EUA e a preservação do meio-ambiente – e a elaboração da cartilha do *Consenso de Washington* (1989) apontam o início da ação hegemônica unilateral. Pensava-se em alternativas econômicas capazes de levantar as economias em crise e combina-las com uma política de segurança que mantivesse o controle sob os territórios do centro-sul. Para isso, associam-se novamente as intenções de Washington com as elites locais, havidas por manterem seus privilégios.

O fracasso do *CW* já foi, anteriormente, tratado. Mesmo assim, a agenda de segurança dos anos 80 permaneceu ativa e fortaleceu as relações bilaterais dentro do continente, durante toda a década de 90.

Nem mesmo a ALCA, como ‘política alternativa’ ao *Consenso de Washington*, se é que se pode dizer isso, quebrou definitivamente estas relações políticas bilaterais. Com a ALCA não se propunha mais uma reação econômica descentralizada, mas sim a discussão conjunta para a criação de um mercado multilateral, entre todos os países do continente, com a exceção de Cuba. Dava-se a retomada do discurso interamericanista, a partir de uma alternativa conjunta de adaptação das economias do continente a um modelo único. Uma homogeneização das realidades locais e das economias como mecanismo facilitador da integração continental.

Observa-se que os dez pontos do *CW* e os nove pontos da ALCA em muito se assemelham. Praticamente se confundem, como se um estivesse mesclado ao outro. Apenas um ponto tem a mesma denominação, o relativo a direito de propriedade intelectual. Os

outros não possuem a mesma nomenclatura, mas fazem parte das mesmas mesas de negociação e discussão, como a reforma tributária e as soluções de controvérsias; ou a taxa de câmbio competitivo e a política de concorrência; ou focalização de gastos em educação, saúde e infra-estrutura com Serviços; ou fim das restrições ao capital externo e investimentos.

Suas denominações podem ser distintas no que se refere às políticas bilaterais e multilaterais, bem como políticas de ações descentralizadas e políticas de ações conjuntas. Por outro lado, suas idéias têm em comum aplicar a mesma orientação político-econômico-militar. A alma destas políticas se apóia nas plataformas econômicas do neoliberalismo e no enxugamento do Estado.

A ALCA demonstra a mudança de orientação das políticas dos EUA frente aos demais países do continente. Uma mudança não de conteúdo, mas sim uma mudança de estratégia para a consolidação dessa integração multilateral. Enquanto o *CW* apontava políticas de abertura econômica, dolarização das economias e enxugamento do Estado, a ALCA aponta uma saída semelhante, eliminando barreiras de comércio e dos investimentos na região.

Cria-se uma falsa dicotomia. Congelava-se momentaneamente o caminho descentralizado, das políticas bilaterais. Privilegiava-se a criação, compartilhada entre todos, de um mercado comum, acordado de forma multilateral, embora a partir de um modelo único, central. O que demonstra a inexistência de uma distinção profunda entre estas políticas.

Pode-se dizer que a idéia de criação de uma Área de Livre Comércio, através do diálogo democrático entre os distintos governos, formaliza um caminho consentido entre as partes, capaz de promover a construção de uma paz duradoura. Porém, as Cúpulas demonstraram que esta idéia, de diálogo democrático, foi desmascarada. A intenção real de Washington está em estabelecer seu modelo de integração, do Tratado de Livre Comércio. A unilateralidade desconsiderou as críticas e propostas paralelas dos demais países, nos devidos fóruns. O emperramento da ALCA foi inevitável.

Como a velocidade de integração de forma multilateral não acompanhou o tempo previsto, os EUA descongelam os velhos métodos de pressões e intimidações. Para isso, as relações bilaterais formalizaram um caminho paralelo para a integração, conforme o modelo do Norte. As pressões nas rondas de negociação da ALCA continuam a ocorrer, mas, paralelo ao emperramento da agenda da integração continental, se burla este emperramento através de pressões e financiamentos feitos de forma bilateral, entre os EUA e os governos da América Latina.

Ou seja, a integração econômica continental não é efetivada de forma coletiva, multilateral e conjunta, acordada entre as distintas partes. Percebe-se que se utiliza como mecanismo paralelo uma integração econômica multilateral forçada. Isso através de políticas implementadas em parcerias bilaterais e cooperações internacionais. Uma integração multilateral construída a partir da bilateralidade.

Integram-se os países de forma local, conforme suas realidades, implementando políticas econômicas somadas com políticas de segurança. Cada um dos países que a implementam, conformam uma integração com os EUA, e vice-versa. Por outro lado, as relações de integração entre os demais países, sem os EUA, acabam determinadas por essa relação multilateral, desde a bilateralidade, como ocorre no caso do Plano Puebla-Panamá.

Uma hegemonia se fortalece a partir do momento em que se aplica seu modelo em um vasto território. Seu controle econômico e a manutenção de sua segurança, nesse espaço, permitem o seu fortalecimento e a consolidação dessa hegemonia multilateral forçada desde a bilateralidade.

Desta forma, ascende, novamente, o papel importante da política bilateral de cooperação internacional, durante os anos 90. Se não é possível uma integração multilateral de forma direta, a partir das mesas de negociação, os EUA contornam a situação através do firmamento de planos bilaterais.

O Impacto dos Planos

Os Planos apresentam características específicas, firmadas de acordo com a realidade de cada país. Possuem diferenças concretas, mas semelhanças extremamente profundas. Embora se apresentem como voltadas para cada realidade em que são aplicadas, suas semelhanças, no campo macro-regional, também apontam mudanças no cenário interamericano.

Até agora estes planos foram analisados em separado, numa visão nacional, não sendo encontrado, até onde se verificou, nenhuma análise que de conta dos resultados destas políticas de forma conjunta, uma visão macro-regional e suas conseqüências para o continente.

Suas análises locais tem desprestigiado um entendimento das conseqüências destas políticas no cenário das relações internacionais interamericanas. A observação destas políticas de forma desassociada impossibilita uma maior clareza quanto a suas conseqüências no contexto latino-americano e caribenho do final do século XX, bem como para o estudo e a construção de uma História do Tempo Presente.

Cada uma das políticas bilaterais trouxe impacto em suas realidades locais. Impactos tanto no funcionamento de suas economias, como nos rumos políticos e como no que diz respeito à segurança interna. Por outro lado, suas conseqüências, também, têm acarretado em mudanças nas relações e na estabilidade dos distintos governos do continente.

Após uma análise detalhada de cada Plano, ficam claras as mudanças de ordem interna nestes países, conforme cada capítulo específico. Porém, a temática torna-se mais intrigante quando se extrapola o cunho nacional e se observa o impacto destas políticas na realidade macro-regional.

Quando observado os três planos em conjunto, percebe-se que a razão para o firmamento destas políticas possui características semelhantes. Os três planos surgem em meio a uma realidade de crise econômica concreta.

Tanto o Plano Dignidade, quanto o Plano Colômbia e o Plano Puebla-Panamá estão diretamente relacionados à crise econômica dos países firmantes. Os dois primeiros surgem como mecanismo de contenção da crise da década perdida, responsável pela fragilidade econômica, pela descrença no papel do Estado, pelo aumento do desemprego e conseqüentemente da violência.

O PPP, além da crise herdada dos anos 80, apresenta uma situação financeira mais grave, devido à incorporação do México ao TLC. Situação que agravou ainda mais essa realidade de crise econômica e social.

Os Planos apresentam-se como mecanismos de resolução dos históricos conflitos locais. Para isso, são enfáticos na necessidade de fortalecimento do Estado e de seus três poderes. O que, por outro lado, demonstra uma grave contradição entre a necessidade de fortalecimento do Estado e as políticas de ajuste econômico. Uma contradição com a política dos anos 1990. Se por um lado o neoliberalismo propunha o enxugamento do Estado, por outro, os Planos justificavam a necessidade de fortalecimento do mesmo.

A política de ajuste econômico se faz presente em cada um dos pilares, estratégias ou iniciativas dos Planos observados. Dificilmente as medidas apontadas efetivem um fortalecimento e recuperação do papel do Estado, uma vez que toda sua estrutura esta voltada para o enxugamento e o aumento da participação do capital privado, externo e transnacional.

Não por acaso, os investidores e os cooperadores internacionais são basicamente os mesmos nos três Planos. Visivelmente, os EUA ocupam o papel central nessas relações, atuando como principal cooperador, co-mentor e articulador. O capital da União Européia e de outros países também se evidencia, porém em menor escala.

Os Organismos Internacionais também são os mesmos, como o FMI, o BM, o BID, a ONU, a OEA, o PNUD, a UNCTAD, dentre outros. Organismos que, historicamente, desde os anos 1950, tem tido uma atuação constante no financiamento de políticas econômicas, sociais e até culturais que têm desencadeado as condições de crise em quase todo o continente. O capital central destes organismos está intimamente relacionado aos cofres norte-americanos. Capital esse oriundo da especulação financeira e das dívidas externas, contraídas pelos países.

O apoio internacional, de forma multilateral, é desprestigiado em benefício de acordos e relações políticas bilaterais. Tanto a Colômbia quanto à Bolívia optam por este mecanismo de relações, conforme visto em seus respectivos capítulos. Utiliza-se o argumento de eficácia e de autonomia para o combate e a busca de resolução de seus problemas. Embora se tenha visto que a participação dos EUA, em políticas para essas localidades, é mais antiga.

O caso do PPP é mais complexo pelo fato de que seu raio de implementação atinge um conjunto de países. Embora as relações entre cada um também estejam pautadas na bilateralidade entre EUA e México, bem como entre o México e cada um dos países da América Central.

Os Planos e a América do Sul

Observando-se especificamente o caso boliviano e colombiano, percebe-se uma distinção com o plano mesoamericano. Essa distinção diz respeito ao centro de suas ações. Enquanto no caso sul americano os planos centram-se no combate ao narcotráfico, o caso mesoamericano centra-se na preservação do meio ambiente. Ambos temas da agenda política de segurança formulada nos anos 80.

Com a fragilidade e descrença no papel do Estado nesses países, o narcotráfico age de forma contundente ocupando esse lugar. Enquanto o Estado não implementa uma política modernizadora, o narcotráfico segue ocupando esse vazio. O enxugamento do Estado enfraqueceu o raio de ação desses governos.

Esse enfraquecimento fica tão óbvio quando reparamos a estruturação da ação militarizada no combate ao narcotráfico. Questão, inclusive, que carrega uma discussão importante entre a idéia de militarização e de desmilitarização. Argumenta-se que a gravidade dos conflitos e a fragilidade dos Estados, nesses países, ocasionaram um processo de desmilitarização das Forças Armadas (F.A.). Retiram-se as F.A. de suas reais atribuições, como o controle e a defesa das fronteiras e a defesa da soberania nacional, para passarem a atuar em questões internas de responsabilidade do Estado e das forças policiais. Porém, se ocorre uma desmilitarização das funções das Forças Armadas, por outro lado, simultaneamente, se estabelece a militarização interna e o envolvimento dessas Forças no combate ao narcotráfico. O que demonstra uma estratégia de militarização do conflito social.

O Plano Puebla-Panamá diferencia-se num primeiro momento pelo fato de centrar sua ação no tema do meio ambiente. Mas, essa diferenciação não se efetiva quando observada sob a idéia de Segurança Continental. Questão que veremos a seguir.

Narcotráfico e Meio Ambiente

Após uma rápida observação sobre as semelhanças entre os Planos, retorna-se ao tema da Segurança Continental. Num primeiro momento, poder-se-ia afirmar haver uma diferença crucial no que diz respeito ao tema. Se observado em separado, esses Planos, pode-se concluir erroneamente existir uma distinção entre a idéia de estas políticas.

Para esclarecer esta questão, opta-se por um esquema particular de análise destas. Primeiramente, poder-se-ia crer que a Colômbia e a Bolívia possuem um marco diferencial do caso da Mesoamérica. Mas, quando se separam estas políticas em duas macro-regiões, percebe-se que a distinção entre narcotráfico e meio ambiente desaparece.

Claro que ambas são conceitualmente questões distintas. Mas, si se observa à existência de duas frentes de políticas macro-regionais – uma política macro-regional mesoamericana e outra política macro-regional sul americana – percebe-se que a distinção entre narcotráfico e meio ambiente se diluem na idéia de Segurança Continental.

Esta distinção, entre as duas políticas macro-regionais, torna-se perceptível a partir de 2001. Com o ataque ao *World Trade Center* (WTC), deu-se a re-escalada e retomada do tema do terrorismo. A agenda política de segurança (anos 80), incorporava o terrorismo como mal a ser combatido em todo o continente (a partir de 2001). Questão que afetou as relações entre os países do globo e, portanto, da América.

Para Nizar Messari¹, professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), existe um novo cenário de segurança internacional. Situação resultante do 11 de setembro de 2001, onde se dá o restabelecimento e a reavaliação do pensamento sob segurança no centro-sul do continente. Questão desencadeada pelas tramas locais com influência no cenário Internacional. Messari sustenta que: “(...) a postura dos EUA em lidar com o que eles chamam de ameaça do terrorismo define a política dos EUA não apenas para a Ásia e Oriente Médio, mas também na América Latina, tornando a segurança o principal ponto da agenda bi e multilateral nas Américas”. (Messari, in Gómez: 2004, 132)

O autor aponta três conseqüências, desencadeadas pelo ataque ao WTC. A redefinição do conceito de segurança; o terrorismo como novo principal inimigo dos EUA; e a re-elaboração da estratégia de defesa dos EUA. Questão compartilhada por Noam Chomsky,

¹ Ver, Nizar Messari, *Existe um novo cenário de segurança Internacional?* In José María Gómez, América Latina y el (Des) Orden Global Neoliberal. CLACSO Libros. Buenos Aires, 2004.

onde afirma que: “(...) en el código de Estados Unidos o en los manuales del ejército estadounidense: terror es el uso calculado de la violencia o de la amenaza de violencia para lograr objetivos políticos o religiosos a través de la intimidación, la coerción o la provocación del miedo”. (Chomsky, 2001: 83)

Para Ana Esther Ceceña², investigadora do Instituto de Investigaçã Econômica da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM):

“La mayoría de las interpretaciones y análisis sobre el giro adoptado por la política estadounidense y sobre sus repercusiones en el conjunto mundial ponen en el centro el debate sobre la hegemonía. En algunos casos se argumenta que las invasiones a Afganistán e Irak, así como el carácter belicista de la administración Bush, constituyen una acción desesperada de Estados Unidos ante la pérdida de su posición hegemónica. En otros casos, la invasión, la manera en que ésta se efectuó, y su visible articulación con movimientos de rediseño del control territorial en todo el planeta, son indicativas de la renovada concentración de poder alcanzada por Estados Unidos después de un período de ajuste en la que la caída del Muro de Berlín y la ampliación de la economía de mercado, tal como ocurrió, potenciaron su capacidad hegemónica.” (Ceceña: 2004, 38)

De uma forma ou de outra, as ações implementadas atendem aos interesses dos EUA, em garantir sua hegemonia e segurança em determinadas partes do globo. Centrada na perda de hegemonia ou na escalada unilateral, pode-se afirmar que as políticas bilaterais, tanto em sua idéia quanto em seus resultados, indicam a prevalência de um discurso único, imposto e hegemônico.

Pode-se afirmar que as invasões atendem a toda uma estratégia de início do processo hegemônico, com a elevação do conceito de guerra aos âmbitos político, econômico, cultural e militar. Assim como Ceceña, Heinz Dieterich³ aponta uma idéia semelhante. Para

² Ver, Ana Esther Ceceña, *Estrategias de construcción de una hegemonía sin límites*, in *Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI*. CLACSO Libros. Buenos Aires, 2004.

³ Ver Heinz Dieterich, *América Latina: Los cuatro intereses estratégicos del imperialismo y el papel de la FLACSO-Ecuador*. www.rebellion.org, 16-10-2004.

ambos, uma hegemonia centra-se na aplicação de quatro frentes de ação: política, econômica, psicológica e militar.

A ação política é a primeira a ser desencadeada, através de discussões e pressões para a aceitação e implementação de suas intenções. A segunda, diz respeito ao econômico, se centra na implementação de políticas econômicas, que formulam uma reestruturação do Estado e uma 'alternativa' à crise. Neste caso, adota-se um receituário econômico que promova o crescimento e a estabilidade econômica.

Com esta ação, em âmbito econômico, faz-se necessário abrir uma frente de caráter psicológico, a fim de conquistar '*mentes y corazones*'. Reduz-se a perda de influência e cria-se a possibilidade de recuperação da imagem da hegemonia.

Após estas três etapas, resta a fase militar, relegada como última. Aqui, cabe ressaltar que os três primeiros fazem parte de uma estratégia de inteligência, enquanto que a última faz parte de uma estratégia de cunho operacional, ambas interligadas.

Dentro dessa lógica, Ceceña aponta dois objetivos centrais nas ações da hegemonia norte-americana: "No es ninguna novedad que los objetivos primordiales del despliegue hegemónico en esta guerra económica, política, cultural y militar sean esencialmente de dos tipos: o bien se trata de recursos, riquezas y mercados, o bien de obstáculos, resistencia e insurgencias" (Ceceña, 2004: 44)

Se observado com atenção, nota-se que os dois interesses das ações de hegemonia, apresentados por Ceceña, estão latentes nas políticas bilaterais. Pode-se perceber, por trás dos objetivos parciais apresentados pelos Planos, a existência de uma política Continental voltada para a integração econômica e que oculta uma ação na área de Segurança.

Seus objetivos apontam a homogeneização das distintas realidades do continente. Combina-se uma política de resolução do conflito a partir de ações repressoras e coercitivas que atentam contra a existência física e cultural de grupos sociais.

Introduzem um modelo político-econômico calcado no enxugamento e reformulação do Estado, sob a escusa do seu fortalecimento. O enxugamento é substituído pela enxurrada de capitais privados e transnacionais. Promove-se a militarização dos conflitos internos e o enfraquecimento das soberanias, com apoio técnico-financeiro dos principais setores de inteligência e das Forças Armadas dos EUA. As ações são localizadas, em territórios específicos, contra grupos sociais específicos.

Todas estas questões extrapolam a mera observação dos combates ao antiterrorismo e ao antinarcotráfico. No que se refere a Mesoamérica, é mais fácil perceber que as ações são voltadas para áreas específicas do meio ambiente e que atingem populações camponesas e indígenas. No caso sul americano, essa diferença acaba quando se percebe que as ações estão localizadas em áreas ambientais importantes em recursos naturais, bem como atingem, também, populações camponesas e indígenas.

Na Colômbia, as ações estão, especificamente, localizadas no centro-sul. Concentra-se na região amazônica. No caso boliviano, está também centrada em áreas ricas em bens ambientais, próxima à Amazônia boliviana. Não diferente, na América Central também se nota a mesma questão. As áreas focadas pelas políticas do Plano Puebla-Panamá são de extrema riqueza ambiental. A idéia de segurança continental promove e possibilita, através dos acordos bilaterais, a ocupação de áreas específicas do meio ambiente, de interesse internacional, financiada pelo capital externo. Áreas de suma riqueza em reservas econômicas, naturais, minerais, culturais, biológicas e históricas.

A Internacionalização do Conflito

Poderia-se pensar num impacto continental a partir do próprio Plano Colômbia. A necessidade de ampliar as ações, com o denominado Plano Colômbia II, percebe-se a escalada para uma internacionalização do conflito. Ou seja, o crescente envolvimento da região, através de ações coletivas de alcance transnacional. O Plano Colômbia II têm

apontado o envolvimento não apenas desse país, mas a ampliação desta política de cunho nacional para o âmbito regional.

Nota-se que o Plano Colômbia II diferencia-se do Plano original no que se refere ao envolvimento de países vizinhos para a resolução dos históricos conflitos. A nova estratégia aponta o discurso das ações multilaterais, mas, todavia, forjada nos acordos bilaterais.

Prepara-se o caminho para a necessidade de intervenções nos conflitos da região. Como visto no quarto capítulo, Caycedo aponta quatro pontos para se referir ao Plano Colômbia II, mencionados pela Chancelaria e pelo Ministério de Defesa da Colômbia:

1. “Consolidación de una área de despliegue estratégico en la confluencia de Andes, Caribe y Amazonia, a partir del compromiso de otros gobiernos, si no en colectivo, sí uno por uno;
2. Conversión de Colombia y Ecuador en un espacio operacional militar desestabilizador para Venezuela y/o eventualmente para la Amazonia brasileña;
3. Armamentismo unilateral del ejercito y la policía colombianos frente a los países vecinos;
4. Intensificación de la política de fumigaciones, incluso en las fronteras, con dosis aún más concentradas y perjudiciales.”
(Caycedo, in Ceceña: 2004, 67 a 69)

A escalada armamentista no continente vem tomando proporções cada vez maiores. Nota-se que essa escalada não se refere, explicitamente, ao mero combate às redes do narcotráfico e do terrorismo internacional. Ocultam uma ação de impacto continental, centrada na consolidação do poder hegemônico, sob a vasta área do centro-sul americano.

Sobre essa idéia, Heinz Dieterich⁴ estende um pouco mais seu raio de análise. Observa que esta política de internacionalização do conflito não está apenas relacionada ao sul do continente, mas também abarca os interesses sob a região mesoamericana.

⁴ DIETERICH, Heinz. *La penetración militar monroeista de America Latina, los cuatro intereses estratégicos del imperialismo y el papel de la FLACSO-Ecuador*. México, 2004. (www.rebelión.org/heinz-dieterich).

Dieterich aponta a existência de quatro macro-interesses estratégicos de Washington na América Latina:

- “1- Militarizar a la Patria Grande y convertir a sus Fuerzas Armadas en ejércitos pretorianos del Pentágono;
- 2- Destruir su soberanía política mediante la Carta Democrática Interamericana (CDI) y la certificación democrática anual de sus gobiernos;
- 3- Apoderarse de la Amazonia mediante la actualización neocolonial de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) y el establecimiento de bases militares en ella, y;
- 4- Imponer el Área de Libre Comercio de las América (ALCA).” (Dieterich: 2004, 01)

Observe-se que o primeiro ponto refere-se à discussão da idéia de militarização e desmilitarização das Forças Armadas, já tratado aqui.

O segundo ponto refere-se à criação de um mecanismo controlador e averiguador dos governos e seus rumos democráticos. Esta questão esteve em pauta no último mês de maio, durante a reunião da OEA. Tal proposta sofreu rechaço veemente da delegação venezuelana. Seu chanceler advertiu ser uma política de ataque direto à soberania da Venezuela, dado o conflito entre Washington e Caracas. Não diferentemente, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim, criticou tal proposta, com a afirmação de que a democracia não se constrói de forma imposta. Esta questão foi amplamente divulgada na imprensa nacional e internacional. O quarto ponto também já foi tratado exaustivamente. Passa-se agora a tratar, especificamente, o terceiro ponto.

Cinturão Amazônico

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, criada em 1978, estava praticamente desativada. Volta a ser ativada em março de 2004, quando os países membros

– Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guiana e Suriname – designam, por unanimidade, Rosalia Arteaga, como primeira Secretária Geral dessa organização.

Para Dieterich, o apoio unânime, de todos os países, à candidatura de Arteaga, fica explícito no documento oficial do Ministério de Relações Exteriores do Equador. Afirma-se que essa negociação foi supervisionada: “(...) bajo la coordinación del Viceministro de Relaciones Exteriores Edwin Jonson, abogado y especialista en Relaciones Internacionales por la Universidad Johns Hopkins, de Washington D.C., y por la Academia de la Paz de Nueva York.” (Dieterich: 2004, 02)

Afirma-se que faz 25 anos que se vem trabalhando na intenção de estabelecer a harmonização de um *‘modelo único’* de desenvolvimento, que tome em conta as particularidades da extensa região amazônica. Para isso, Arteaga e a OTCA, trabalham na intenção de firmar, entre os países amazônicos, um *Plan Estratégico* (2004-2010).

Para Dieterich, Arteaga não dispõem de méritos suficientes para: “(...) encabezar una misión de importancia mundial, como es el uso racional de las riquezas naturales de la Amazonia, la defensa de sus pueblos y de su latinoamericanidad.” (Dieterich: 2004, 02)

O Plano Estratégico não passou por amplo debate no interior dos países amazônicos. Dieterich afirma ser:

“(...) convenientemente oscuro el elementos claves de la construcción del futuro de la Amazonia, por ejemplo, la protección y explotación de la biodiversidad, pero muy claro en su orientación comercial. El desafío esencial de la Amazonia consiste en ‘convertir esta enorme riqueza natural de la región en su principal fortaleza competitiva, con base a la aplicación de los avances científicos y tecnológicos disponibles, que permitan (...) un nuevo enfoque sobre la administración de los recursos naturales y del medio ambiente (que) pueda generar importantes beneficios económicos a partir del desarrollo de actividades innovadoras en otros sectores promisorios para la generación y retención de la renta.’” (Dieterich: 2004, 03)

O envolvimento do governo do Equador – com o ex-presidente Lúcio Gutierrez; bem como o do Peru – com Toledo; e toda a movimentação em torno da realidade amazônica, nos remete a uma comparação. A Internacionalização do conflito, o Plano Colômbia II, a Iniciativa Regional Andina e o Plano Estratégico da OTCA, assemelham-se no que diz respeito à preparação de um ‘Teatro de Operações’ nessa região. Estas somam políticas e ações voltadas para o aparelhamento e a proliferação de bases militares em todo o continente, com a ação de alcance internacional, embora seu controle esteja centrado no governo de Álvaro Uribe, a eliminação das resistências e insurgências nessa região com a chamada ‘Operação Patriota’ ou a ‘Operação Decapitação’, e a preparação para um esquema de exploração e comercialização dos recursos naturais. Os Planos apontam nesse sentido.

Os Vulneráveis

Poderia-se afirmar que as intenções da hegemonia se encontram, claramente, sustentados nas políticas bilaterais. Com isso, se implementa uma homogeneização das diversas sociedades, um projeto modernizador, que eleve as condições dos Estados, sem seu efetivo aparelhamento. Uma homogeneização sustentada no modelo único a ser implementado por todos os povos do continente, capaz de promover a integração econômica, política, cultural-psicológica e militar.

Se o centro das ações está diretamente relacionado ao combate ao narcotráfico, a proteção do meio ambiente e o combate ao terrorismo, percebe-se a configuração dessa política hegemônica. Essa combina, inicialmente, o extermínio de grupos insurgentes, rebeldes, subversivos ou terroristas. Sua completa efetivação tornaria os espaços, mesoamericano e sul-americano, passíveis para uma ação de exploração e comercialização dos recursos, riquezas e do fortalecimento do mercado.

A primeira vista pode parecer forçosa essa idéia. Para alguns pode parecer teoria da conspiração, mas os fatos e as políticas aqui analisadas apresentam um desenrolar claro neste sentido. Como se poderia explicar a concentração das ações na Bolívia, na Colômbia e na Mesoamérica, em áreas de maioria indígena e camponesa? No que diz respeito à Bolívia e a Colômbia, a relação com o território amazônico é mera coincidência? A acusação do envolvimento de indígenas, camponeses, sindicatos e organizações populares, com o narcotráfico, apontam o real interesse de eliminação desses setores para uma garantia de controle da segurança na região.

No caso mesoamericano, aparentemente, priva-se pela integração desses setores indígenas e camponeses. Porém, ao levar em consideração a realidade da região de Chiapas e a relação entre Exército Zapatista, governo do México e PPP, percebe-se que a idéia de incorporação é substituída, na prática, também, pela necessidade de eliminação. Tanto pelas novas investidas militares mexicanas contra os *caracoles* – forma de organização autônoma sob controle popular e do EZLN – como a construção exagerada de hidrelétricas na região, acabariam por expulsar as populações indígenas e camponesas, relegando-as às migrações. As ruínas e reservas arqueológicas, dos maias e outros povos, acabariam ocultadas. A pesquisa e o conhecimento global, sobre essas culturas, acabarão relegados ao esquecimento.

Não por acaso, a nova definição do conceito de segurança enquadrando inúmeras organizações políticas e populares, como as FARC-EP e o ELN, ambos da Colômbia, na categoria de terroristas e narcoguerrilhas, conforme a matéria da *Folha de São Paulo de 30/09/2001*. Porém esta classificação não é compartilhada por todos. Para Eric Hobsbawm:

“Dentre todos os movimentos guerrilheiros atuais, a guerrilha colombiana das FARC-EP, apresenta-se como uma exceção. Esta mantém desde seu início um caráter essencialmente camponês, já presente desde 1948, em sua origem nas guerrilhas liberais camponesas, iniciadas como forma de resistência à agressão militar na região de Marquetália, no Departamento de Tolima.” (Hobsbawm, 1995)

Ou também, Michael Löwy quando afirma que: “(...) em relação às lutas camponesas na América Latina, outras lutas – sobretudo com base no campo – exprimem, no curso dos anos 90, uma contestação radical da ordem social, seja, excepcionalmente, sob forma de guerrilha – como na Colômbia, onde as FARC-EP e o ELN ampliaram sua influência social -, seja o que é mais freqüente, sob a forma de movimentos sociais de um tipo novo” (Löwy, 1999: 63)

Mas não apenas as FARC e a ELN foram enquadradas nessa classificação. No caso boliviano ocorre o mesmo, acusam-se os setores populares, as agremiações, os sindicatos, os cocaleros e os indígenas, como integrantes da rede e do esquema pertencente aos narcovínculos.

Além das guerrilhas, os chamados movimentos sociais de um tipo novo vêm, também, sendo, pouco a pouco, enquadrados nessa idéia. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido, constantemente, acusado de vínculos com as FARC-EP e o crime organizado no Brasil, como com o Primeiro Comando da Capital (PCC), atuante no estado de São Paulo.

O fato de tais organizações estarem sendo classificadas como terroristas pode ser justificado pela ameaça que representam para a supremacia norte-americana, no cenário político internacional e conseqüentemente do continente. Segundo James Petras: “Washington vê a la guerrilha colombiana y a los movimientos populares como la mayor amenaza al império en América Latina”. (Petras, 2001: 66)

Dessa forma, Petras salienta a prática política unilateral do governo Norte-americano, que mantém a estratégia de coerção política, desestabilizando-se as realidades locais e os governos eleitos democraticamente.

Pode-se perceber, claramente, serem os indígenas e camponeses os setores vulneráveis destas ações. A falta de uma política modernizadora, capaz de integrar estes setores à sociedade, respeitando suas tradições e culturas, tem desembocado numa ausência histórica

de políticas de inclusão social, que acabam por determinar o fim do diálogo, o aumento da violência e o fortalecimento e a propagação da intolerância, formando um círculo vicioso que se radicaliza cada vez mais.

Dentro dessa lógica de radicalização, percebe-se que os setores rurais têm sido o principal foco de ação destas políticas. Não por acaso, pois conforme afirma Raymond Williams:

“Numa era de lutas de libertação nacional e social, as populações exploradas rurais e coloniais tornaram-se as principais fontes de revolta constante. Na famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, o ‘campo’ cercava as ‘cidades’. Assim os ‘idiotas rurais’ e os ‘bárbaros e semi-bárbaros’ vem sendo, há quarenta anos, a principal força revolucionária no mundo” (Williams: 1989, 406)

No tempo presente, está idéia se confirma nos três casos analisados. São os camponeses e indígenas da Bolívia, Colômbia e América Central, que vem compondo, não apenas a principal força de resistência às políticas bilaterais, mas o principal foco destas ações.

A Idéia de Internacionalização da Amazônia

Todo este ‘Teatro de Operações’ tem desencadeado, principalmente na atualidade, a idéia de uma suposta Internacionalização da Amazônia. Pode-se afirmar que esta idéia não é nova, questão tratada em outros momentos de nossa realidade. Tal idéia dividiu os analistas, estudiosos e interessados na temática ao longo do tempo.

Neste novo cenário, aumentam as especulações quanto ao futuro da região Amazônica. A ocupação passiva, descontrolada, já vem ocorrendo desde o século XIX, pelo menos, com a busca das drogas do sertão e as especiarias amazônicas. Basta chegar à beira do Rio Guamá, em Belém do Pará, no famoso mercado *Ver o Peso*, para rapidamente detectar-se que a primeira construção na beira desse rio é de origem inglesa feita com material que

deveria haver sido utilizado para a construção de estradas de ferro na região, o que não foi levado a cabo pelo tipo de território argiloso que impossibilitava tão intenção.

Para se ter uma idéia sobre isso, pode-se recorrer a um documento do próprio século XIX. Trata-se do mapa desenhado pelo capitão da Marinha dos Estados Unidos, Mathew Fawry, em abril de 1817. Para o jornalista Carlos Chagas: “Em abril de 1817, o capitão da Marinha dos Estados Unidos, Mathew Fawry, famoso por seus trabalhos em oceanografia, enviou à Secretaria de Estado um estranho mapa da América do Sul, redesenhada por ele. O mapa ia em adendo a um memorando secreto que ele havia encaminhado em 1816, sob o título ‘Desmobilization of the Colony of Brazil’.” (Chagas, in Aguiar: 2002, 97)

A idéia de internacionalização da Amazônia se demonstra presente ao longo dos últimos dois séculos. Suas distinções ao longo do tempo foram pautadas na idéia de segurança continental e mundial. Sofreram variações ao longo das mudanças da Ordem Mundial.

A partir dos anos 1980, essa temática ressurge nas discussões internacionais. Nos últimos trinta anos, foram feitas novas declarações, por importantes personalidades e organizações de destaque mundial. Todas relacionadas, de uma forma ou de outra, à região amazônica, como se pode observar o levantamento feito por Carlos Chagas:

‘Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas’ (Margareth Thatcher, Primeira-ministra da Inglaterra, Londres, 1983).

‘O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia’ (François Mitterrand, Presidente da França, Paris, 1989).

‘A destruição da Amazônia seria a destruição do Mundo’ (Declaração oficial do Parlamento Italiano, 1989).

‘Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós’ (Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, Washington, 1989).

‘Só a internacionalização pode salvar a Amazônia’ (grupo dos Cem, Cidade do México, 1989).

‘A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da Humanidade’ (Congresso de Ecologistas Alemães, Berlim, 1990).

‘A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados (Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador) é meramente circunstancial’ (Conselho Mundial de Igrejas, Genebra, 1992).

‘É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes para o desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico’ (Idem, 1994)’.

‘O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes’ (Mikhail Gorbachev, chefe de governo da União Soviética, Moscou, 1992).

‘As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região’ (John Major, Primeiro ministro da Inglaterra, Londres, 1992).

‘Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos’ (Henry Kissinger, Secretário de Estado americano, Washington, 1994).

‘A liderança dos Estados Unidos exige que apoiemos a diplomacia com a ameaça da força’ (Warren Christopher, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Washington, 1995).

‘Os países em desenvolvimento com imensas dívidas externas devem pagá-las em terras, em riquezas. Vendam suas florestas tropicais’ (George W. Bush, candidato à presidência dos EUA, em debate com Al Gore, Washington, 2000)’. ” (Aguiar: 2002, 97 e 98)

Para Chagas, estas declarações lançam uma dúvida: “São reminiscências do passado, coisas de antanho, essas investidas sobre a Amazônia? Tomara que fossem.” (Chagas, in Aguiar: 2002, 97)

Estas declarações, que atentam contra a região amazônica e as reservas naturais do continente, apontam não serem bem coisas de antanho as novas investidas sobre esse território. A idéia de integração econômica vem sendo implementada a partir das relações bilaterais. E as políticas resultantes dessas relações têm demonstrado, também, uma concentração de interesses em áreas de importância ambiental. Utilizam-se os acordos bilaterais para tal empreitada, que promovem uma internacionalização do conflito e a necessidade de internacionalizar-se o uso das reservas biológicas, naturais, culturais e históricas.

A Internacionalização do Continente

Se por um lado percebe-se a implementação da internacionalização do conflito, com a escusa de combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Por outro lado, percebe-se, também, de que a Amazônia não é a única área de interesse efetivo da hegemonia.

Conforme visto anteriormente, a construção de bases militares e a preocupação com determinadas áreas do continente ampliam o leque de internacionalizações de reservas ambientais.

Além da idéia de Internacionalização da Amazônia, pode-se constatar que o PPP aponta a necessidade de preservar as bacias hidrográficas da América Central. A 'Internacionalização das bacias' deixa de ser uma idéia para passar a ser uma política macro-regional mesoamericana. Conforme o Plano: "El enfoque de cuencas recoge la importancia de la gestión de cuencas **multinacionales**, no solo por los servicios ambientales de las mismas, si no por ser condición necesaria para la reducción de la vulnerabilidad". (Plan Puebla-Panamá: 2001, 10)

É interessante reparar, também, que a tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) apresenta-se como foco de preocupação para a hegemonia. Acusa-se a área de fazer parte

da rota do tráfico e do terrorismo internacional. A tríplice fronteira é vista por Washington como local de esconderijo e financiadores dessas redes.

Ou ainda, constata-se o que se poderia chamar de 'Internacionalização da Patagônia'. Questão relativa à intensificação da venda desenfreada de terras na Patagônia, sul da Argentina, por investidores internacionais como George Soros, na província de Rio Negro, e atores de Hollywood como Jane Fonda e Harison Ford, este, por exemplo, comprou parte da reserva de Bariloche, segundo se veicula na imprensa Argentina e internacional.

A centralidade em determinadas áreas, de importância ambiental, demonstra uma política de cerco às reservas naturais do continente e a preparação para sua exploração, produção e comercialização, conforme as políticas de ajuste econômico dos Planos.

Água – Tema de poder para o século XXI

Mas há uma outra questão, evidencia-se uma semelhança entre estas áreas e a necessidade de estabelecer o seu controle. Essas áreas, além de estarem relacionadas a importantes localidades detentoras de matérias-primas em abundância, deve-se destacar, em especial, serem, também, as importantes reservas de água potável para o planeta.

Assim, surgem na temática do meio ambiente as especulações quanto às idéias de Internacionalização da Amazônia, Internacionalização das *Cuencas* Mesoamericanas, Internacionalização da Patagônia Argentina e o conflito na tríplice fronteira. Todas relacionadas à preservação do meio-ambiente e a exploração e comercialização das reservas de água potável.

A preocupação mundial quanto à escassez ou crise energética já esta presente desde os anos 70. Nessas regiões é sabido estarem concentrados os principais mananciais de água potável do planeta. No caso da região Amazônica, o historiador Luiz Alberto Muniz

Bandeira afirma que: “(...) muitos oficiais (brasileiros) perceberam o Plano Colômbia como o cavalo de tróia dos EUA para dominar as nascentes do rio Amazonas”⁵.

No caso da tríplice fronteira, está relacionado com o aquífero guarani onde “su área total és de 1,2 millones de km² y tiene um volume de água de 30.000 billones de m³”⁶, divididos entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. É interessante destacar nesta questão que o governo brasileiro e, especificamente, o Itamaraty, em virtude do emperramento das discussões da ALCA, extinguiu a secretaria responsável pelas discussões da integração multilateral. Por outro lado, criou uma secretaria referente à tríplice fronteira para tratar, especificamente, sobre o aquífero guarani.

Esta mudança não é mera coincidência, uma vez que o governo do Paraguai vem pressionando os demais países dessa região para acordar um plano de exploração do aquífero. O governo paraguaio já manifestou seu desejo de privatizar a exploração desta. A empresa Coca-Cola é a mais cotada para a exploração do aquífero no Paraguai.

No caso da Patagônia, a água também se coloca como tema de poder. As geleiras da região patagônica são formadas pelas águas que descem da cordilheira dos Andes, sendo consideradas importantes mananciais de água potável.

A discussão sobre a escassez e mananciais de água potável no planeta vem crescendo nos últimos anos. O tema da água crescerá possivelmente tornando-se ferramenta de poder no continente e no mundo. Se a água torna-se tema de detenção de poder, então claramente se converte em tema de segurança e, conseqüentemente, tema de hegemonia.

Principalmente, com a temática da globalização que amplamente há se difundido, através do pensamento *pós-moderno*, como a política de desmantelamento das soberanias e a desagregação de identidades até então politicamente imaginadas⁷ e solidificadas. Como constatado pelo antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, sobre os: “(...) riscos que se corre no

⁵ ‘Exército simula guerra contra os EUA’. Jornal Correio Brasiliense, Brasília-DF. 10/10/2004, 16p.

⁶ ‘Mercosul: el agua, un recurso escaso’. Correo Oficial de la República Argentina. 18/09/2004.

⁷ Ver ANDERSON, Benedict. “Nação e Consciência Nacional”. Editora Ática, São Paulo, 1989.

rearranjo dos papéis culturais e políticos contemporâneos. O transnacionalismo coloca em perigo a lógica da eficácia de modos preexistentes de representar pertencimento sócio-cultural e político” (Ribeiro, in Martins: 2002, 29).

Não é difícil perceber a distinção entre a qualidade da água, nestas áreas do continente. Para o consumo humano, o aquífero guarani representa a possibilidade de exploração, produção e comercialização imediata, em curto prazo. Sua água é considerada de boa qualidade sem ter necessidade de tratamento para o consumo humano.

O caso das bacias amazônicas e das ‘*cuencas*’ Mesoamericanas é um pouco diferente. Suas águas necessitam de tratamento para uma boa qualidade e para o consumo humano, o que acarreta em mais tempo para sua exploração, produção e comercialização, ou seja, em médio prazo.

As geleiras patagônicas, nessa idéia, constituem as reservas de água potável em longo prazo. Para seu consumo seria necessário o descongelamento e a análise desta água para verificação de qualidade para o consumo humano. Uma questão importante se relaciona ao fato de que essas águas estão congeladas a milhares de anos, o que possivelmente acarreta numa pureza ímpar, sem haver estado em contato com os distintos reagentes e elementos suspensos no ar. Já se pode afirmar que as geleiras constituem uma importante reserva de água potável, bem como os custos de sua comercialização visivelmente seriam elevados.

A Complexidade do tema

A temática da água vem crescendo nos debates e fóruns internacionais. Mas esta temática não é a única. Além da exploração e comercialização da água, encontram-se outras temáticas que acabam por formar uma complexa rede de temas que apontam os distintos interesses em questão.

Temas como o desmatamento florestal, a defesa de fronteiras, as queimadas excessivas, o acesso ilegal à diversidade de recursos naturais e minerais, a preservação do conhecimento e das culturas tradicionais, a política de demarcação de terras indígenas, a política de demarcação de reservas florestais, a biopirataria, a propriedade intelectual, a política de patentes, a história destas populações e destas regiões, a exploração do subsolo, a participação de ONG's e das igrejas nestas áreas, dentre tantas outras, que compõem essa complexa rede de questões sobre estas áreas.

Alguns exemplos podem ser levantados, como: um grama de Clorofila equivaler, hoje, US\$ 10.000 no mercado internacional; a invasão de madeireiras transnacionais, desde o Peru, para a exploração em terras indígenas Ashaninkas, no Brasil; o roubo da fauna, como o caso da detenção temporária, já que não durou um par de horas pela ausência de uma legislação sobre a questão, de um pesquisador estrangeiro, no aeroporto internacional de Brasília, com uma carga estranha: 5.000 tipos de aranhas da região norte; o roubo da flora, como o caso da ayahuasca, famoso pelo chá do Santo Daime, patenteado pelos EUA e produzido no Havai; o roubo genético, como o caso dos índios Suruis, Ticunas e Yanomamis – estes, tiveram seu sangue patenteado, por empresas farmacêuticas, no intuito de decodificação do DNA e a descoberta dos fatores genéticos que determinam sua menor propensão a desenvolvimento de câncer de próstata e mama; dentre a diversificada gama de questões veiculadas, insistentemente, na imprensa brasileira e Internacional.

Estas questões ainda necessitam de um olhar específico, de uma análise detalhada. Questões que seguramente enriquecerão o debate sobre a realidade atual do continente e permitirá uma maior clareza do impacto das políticas bilaterais e dos reais interesses da hegemonia e de Washington. Faz-se evidente a necessidade de ampliação dos estudos e análises sobre o tema, com um envolvimento multidisciplinar que de conta da amplitude da temática

A constante instabilidade política na América do Sul, também, acarreta em novas modificações no cenário das relações internacionais. A velocidade das informações e as novas estratégias e políticas impossibilitam uma análise total desse tema, uma vez que

segue em construção na atualidade. Questão que demonstra a necessidade de uma atenção redobrada por parte de seus pesquisadores.

Questões novas surgem constantemente, ficando, aqui, carentes de observação. Como, por exemplo, o caso de Toledo no Peru; ou a deposição de Lúcio Gutierrez (Abril de 2005) e Carlos Mesa (junho de 2005), no Equador e na Bolívia, respectivamente; a situação de crise entre Washington e Caracas; a pressão de Ronald Rumsfeld⁸ em impulsionar um acordo bilateral com o Brasil, referente ao tema das fronteiras (especificamente com a Colômbia, Venezuela, Paraguai e Bolívia), das queimadas, da pirataria, do narcotráfico, dentre outras, todas no âmbito da Segurança; a declaração de Condolezza Rice⁹ da extinção do Plano Colômbia (maio de 2005), mas a manutenção de suas relações bilaterais e a manutenção do aparato bélico dos EUA, no país; o firmamento de um acordo bilateral entre Paraguai e EUA voltado ao combate ao narcotráfico (julho de 2005), que prevê a construção de uma base militar próxima à Usina Hidrelétrica de Itaipu; dentre inúmeras outras que vão se somando, dia a dia, a esta complexa rede temática.

Essa extensa gama de questões compõe a complexidade das políticas e ações sobre o continente. Assim, dever-se-ia observar estas questões sob a idéia de estudos de segurança, ao invés de estudos estratégicos. Conforme Messari, os estudos estratégicos apontam a centralidade das questões militares. Entendem apenas as ações militares como real ameaça, descartando as demais ações – política, econômica e cultural-psicológica.

Por outro lado, os estudos de segurança permitiriam uma análise, um olhar, distinto. Estes estudos de segurança permitem um olhar mais complexo sobre a temática da segurança e as áreas analisadas. Pulveriza-se em estudos referentes à segurança militar, segurança econômica, segurança ambiental, segurança social, e outras. A questão militar continua central, mas não é a única, uma vez que aqui se demonstra ser um engano pensar que os EUA se atentam apenas para esta.

⁸ Secretário do Departamento de Estado dos EUA, durante sua visita ao Brasil em Abril de 2005.

⁹ Secretária de Segurança Nacional dos EUA.

Distintos analistas e núcleos de estudos do Brasil têm observado a temática. Pode-se observar que muitos dos trabalhos que tratam da idéia de Internacionalização da Amazônia são produzidos a partir de estudos estratégicos, portanto, com ênfase nas questões militares.

Um exemplo dessa opção refere-se ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (UNICAMP) que, através de Geraldo Lesbat Cavagnari Filho¹⁰, fundador e coordenador deste núcleo, e professor convidado do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), continua a produzir *papers* e análises de cunho simplesmente militarista e apontar a ineficácia de uma provável ação militar dos EUA frente à Amazônia. Propaga a idéia de ‘mito’ quanto à sua internacionalização.

Todo esse complexo conjunto de questões está ainda carente de análises sobre um olhar macro-regional. As análises formuladas até agora pela História do Tempo Presente, pela Antropologia, pela Ciência Política e outras áreas do conhecimento, têm dado demonstrações através de diversos estudos que a temática que envolve os rumos e futuro da região amazônica, e das demais áreas em xeque, não possui tantos mitos como se pensa. Pode-se dizer que pensar esta temática como ‘mito’ é pensar de uma forma obscurantista e cega a realidade dessa importante área.

Existe uma complexa rede de questões que formam variadas pressões quanto à realidade e futuro da Amazônia e do continente. A discussão apenas da temática da água conforma mais um campo de debate nas mesas e rodadas das relações internacionais. Claro que o tema é de preocupação extrema, mas no jogo da política internacional, existem mais escusas por trás desse debate que a simples idéia de preservação do Meio Ambiente. E estas escusas modificam cotidianamente as relações interamericanas e o futuro do continente.

¹⁰ Ver, Geraldo Lesbat Cavagnari Filho. *Subsídios para Revisão da Política de Defesa Nacional* (2000). *Introdução à defesa da Amazônia* (2000). www.unicamp.br/nee.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o fim da Guerra Fria, a carência de um contraposto hegemônico levou aos EUA a iniciarem a consolidação de uma política unilateral. Durante os anos 90, se implanta uma nova doutrina de segurança tendo como eixos o combate ao narcotráfico, a preservação do meio ambiente, o combate ao terrorismo e a contenção migratória dos latino-americanos para os EUA. Estas novas políticas foram somadas a outras de perspectiva econômica integracionista. Retoma-se a idéia interamericana de integração multilateral.

Os impasses nas negociações multilaterais levaram aos EUA a retomarem o caminho paralelo da integração bilateral. Assim, surgem os Planos Dignidade, Colômbia e Puebla-Panamá como políticas de cooperação internacional, firmadas com os EUA.

Os Planos estabeleceram mudanças internas, adaptando suas realidades ao relacionamento de 'mercado livre' contidas na idéia do Tratado de Livre Comércio. Mas apresentam políticas que atendem aos eixos da nova doutrina de segurança. Desta forma, se estabelecem a abertura das economias e sua integração ao modelo unilateral, juntamente com uma escalada armamentista nestes países.

O acirramento dos conflitos, a 'vitimização' de grupos sociais específicos, como indígenas e camponeses, a concentração das ações militares em áreas de riqueza ambiental, como as bacias de água da Mesoamérica, da Amazônia e da tríplice fronteira, bem como a consolidação de bases militares e de um aparato bélico norte-americano, demonstram a manutenção do interesse hegemônico em estabelecer a integração unilateral, controlar as áreas e reservas de riquezas naturais e eliminar grupos sociais específicos.

Formaliza-se, no cenário macro-regional, um cerco as principais reservas do continente, e a consolidação de um cinturão político, econômico, psicológico-cultural e militar frente à região amazônica e as demais áreas de abundância em recursos naturais. O combate ao tráfico, ao terrorismo e a preservação do meio ambiente têm-se apresentado como motivos para tal empreitada hegemônica.

Estas políticas apontam a formação de um teatro de operações que visa não só a internacionalização do conflito, como também a internacionalização da Amazônia, a internacionalização das bacias Mesoamericanas e o controle sobre os recursos hídricos da tríplice fronteira.

Anexo

Referências sobre o tema da 'segurança' nos documentos finais das
Cúpulas Hemisféricas¹

TEXTO	Nº de REFERENCIAS	SENTIDO DAS REFERENCIAS
Cúpula de Miami		
Declaração final	1	<ul style="list-style-type: none"> Compromisso de fomentar a segurança.
Plano de Ação	3	<ul style="list-style-type: none"> Colaboração em programas de capacitação para forças de segurança; O narcotráfico põe em perigo a segurança; Ameaça do terrorismo para a segurança.
Cúpula de Santiago		
Declaração final	1	<ul style="list-style-type: none"> Continuar fomentando a segurança com medidas como as assinaladas em declarações anteriores.
Plano de Ação	13	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da segurança; Aporte sobre o "Fomento da Confiança e da Segurança entre os Estados"; (10 menções); Segurança nos sistemas de transporte; Segurança alimentar.
Cúpula de Quebec		
Declaração final	8	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a segurança; Necessidade de aumentar a segurança humana (2 menções); Compromisso de manter a segurança; Adoção de medidas de fomento a segurança; Capacidade militar que corresponda à legítimas necessidades de segurança; Compromisso de combater as ameaças à segurança; HIV/AIDS como uma ameaça à segurança.
Plano de Ação	24	<ul style="list-style-type: none"> Aparato sobre 'Segurança Hemisférica' (19 menções); Normas de segurança nos serviços de transporte, com aplicação de padrões internacionais; Segurança no embarque de materiais radioativos; Implementação da Declaração da Bahia sobre segurança química; Revisão das práticas de saúde e produções medicinais alternativas a luz da segurança pública; HIV/AIDS como uma ameaça à segurança.
Cúpula de Monterrey		
Declaração final	7	<ul style="list-style-type: none"> Surgimento de novas ameaças à segurança; HIV/AIDS como uma ameaça à segurança; Necessidade de que a agricultura contribua para a segurança alimentar Contribuição da justiça social e a redução da pobreza para a segurança; Aprofundamento da dimensão humana da segurança; Compromisso com a Declaração sobre Segurança nas Américas, que se baseia "no conceito multidimensional da segurança, assim como no princípio de que o fundamento e o propósito da segurança e a proteção dos seres humanos"; "O terrorismo assim com a proliferação de armas de destruição em massa, constituem graves ameaças à segurança internacional".

¹ ESTAY, Jaime R: *El ALCA después de Miami: La conquista continúa*. In: CECENÑA, Ana Esther (ORG): *Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI*. Colección Grupo de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires, Julho de 2004, página 85.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Os documentos básicos para a elaboração do trabalho se encontram disponíveis na internet:

- CONSENSO DE WASHINGTON.
(<http://www.fespinal.com/espinal/realitat/pap/pap46.htm>);
- PLAN COLÔMBIA – Presidencia de La República de Colombia, 1999.
(<http://usembassy.state.gov/colombia/wwwsplan.shtml>);
- PLAN PUEBLA PANAMÁ – Iniciativas mesoamericanas y proyectos. San Salvador, El Salvador, 2001.
(<http://www.iadb.org/ppp/document/listDocumentsGeneral.asp>);
- PLAN DIGNIDAD – Lucha Antidroga (1997-2001). Presidencia de La República de Bolivia, 1997.
(<http://sinaltid.rree.gov.bo/sinaltid/Dignidad.htm>);
- PLAN DIGNIDAD – Estrategia boliviana de lucha contra el narcotráfico (1998/2002). Presidencia de La República de Bolivia, 1998
(<http://sinaltid.rree.gov.bo/sinaltid/Dignidad.htm>);
- ALCA – I Cúpula das Américas, Miami, 1994.
(<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgreg/alca/index.htm>);

Bibliografia

Monografias, Dissertações e Teses:

CERRUTI, Ana; DOMENICHETTI, SOLEDAD; MARCHETTI, Pablo; AYALA, Mario H. *De la contrainsurgencia clásica a las guerras de baja intensidad: un balance de la intervención norteamericana en Centroamérica durante la década de 1980*. CD das 6 Jornadas nacionales y 3 Latinoamericanas: *Poder hacer outra sociedade*. Necochea, 10/2004. Grupo Hacer La História: www.hacerlahistoria.com.ar.

MOURA, Luís Cláudio; NOVION, M.L.Jacques I. de. “Ética e Resistência Popular Armada Frente à Intolerância da Violência Social: Uma análise do caso Colômbia em relação as FARC-EP”. Brasília – NEPEB/CEAM/UnB, 2002.

NOVION, M.L.Jacques I. de. “Imperialismo, Militarização e Intervenção na América Latina e Caribe”. ANAIS das VI Jornadas Nacionales y III Latino Americanas: Poder hacer otra sociedad. Necochea, Argentina, 2004.

RIVAS, Flavio. “*La violencia como problema de salud pública en Colombia: otro campo para la Bioética*”, IN: *Acta Bioética*, ano VI, nº 2, 2000. Apresentado no Curso Internacional de Bioética dentro do marco do VIII Congresso da Associação Latino-americana de Medicina Social – Instituto de Ciências Básicas e Pré-clínicas, Victoria de Girón, de 3 a 5 de julho de 2000.

TORRES DEL RIO, César Miguel. “Segurança Coletiva e Segurança Nacional: A Colômbia entre 1950 e 1982”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciência Humanas. Universidade de Brasília, dezembro de 1998.

Revistas:

CAROS AMIGOS - ESPECIAL. “O Novo Imperialismo”. Nº 17, junho de 2003, Brasil.

CAROS AMIGOS. Ano VIII, Nº 82, janeiro de 2004, Brasil.

COICA (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazonica). “Revista Nuestra Amazonia”. Nº 19, Edición Trimestral, 2002.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). “Plano Colômbia: Perspectivas do Parlamento Brasileiro”. Brasília, INESC, 2002.

UTOPIAS – Revista de debates políticos. “Plan Colombia”. Nº 186, VOL. IV. Madrid, Espanha, 2000.

Livros:

AGUIAR, Ronaldo Conde. “Adeus ao paraíso – A internacionalização da Amazônia”. Brasília. Paralelo 15, 2002.

- ALENCAR, Francisco (org.). “Direitos mais humanos”. 1ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- ANDERSON, Benedict. “Nação e Consciência Nacional”. Editora Ática, São Paulo, 1989.
- BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luís Bernardo. “América Latina: história, idéias e revolução”. 1ª ed., São Paulo, Xamã Editora, 1998.
- BOESNER, Demetrio. “*Relaciones Internacionales de América Latina: Breve historia*”. Editora Nueva Sociedad. Venezuela, quinta edição. 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo: Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1997.
- CARNOY, Martin. “Estado e Teoria Política”. 5ª ed., Campinas, Papirus Editora, 1999.
- CECEÑA, Ana Esther (org). “Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI”. Colección Grupos de Trabajo. CLACSO Libros. Buenos Aires, 2004.
- CHOMSKY, Noam. “Segredos, Mentiras e Democracia”. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.
- CHOMSKY, Noam. “11 de Setembro”. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil LTDA, 2002.
- DAGNINO, Evelina (org). “Anos 90, Política e Sociedade no Brasil”. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.
- DIETERICH, Heinz. “*La penetración militar monroeista de América Latina, Los cuatro Intereses estratégicos del imperialismo y el papel de la FLACSO-Ecuador*”. Instituto Municipal de Publicaciones Alcaldía de Caracas. República Bolivariana de Venezuela, 2004.
- FARC-EP, Comissão Internacional. “Esboço Histórico”. 1ª ed., Colômbia, 1998.
- FORRESTER, Viviane. “O horror econômico”. 4ª reimp., São Paulo, editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FRIDMAN, Luis Carlos (org). “Política e Cultura – Século XXI”. Rio de Janeiro, 2002.
- GÓMEZ, José Maria (org). “América Latina y el (Des)orden Global Neoliberal: Hegemonía, Contrahegemonía, perspectivas”. CLACSO Libros, Buenos Aires, 2004.
- HALL, Stuart. “A identidade cultural na pós-modernidade”. DP&A editora, Rio de Janeiro, 7ª edição, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. “Era dos Extremos: O breve século XX - 1914/1991”. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KIRSCHNER, Tereza Cristina e LACERDA, Sonia: Tradição intelectual e espaços historiográficos ou porque dar atenção aos textos clássicos, em *Textos de História*, Brasília, Vol 5, nº2, 1997.

KOSELLECK, Reinhart: Space of experience and horizon of expectations. Two historical categories, *in* *Futures Past. On the semantics of historical time*, MIT Press, Cambridge, 1985.

KOSELLECK, Reinhart: Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos, em *estudos Históricos*, Vol 5, nº 10, 1992.

KOSELLECK, Reinhart: Begriffsgeschichte and social history, *in* *Futures Past. On the semantics of historical time*.

LÖWY, Michael (org). “O Marxismo na AMÉRICA Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais”. 1ª ed., Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. “Relações Internacionais: Cultura e Poder”. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. “As relações perigosas: Brasil – Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)”. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2004.

NEGRÃO, João José. “Para conhecer o Neoliberalismo”. PUBLISHER BRASIL, 1998.

PETRAS, James; SAXE-FERNÁNDEZ, John; VELTMEYER, Henry; NÚÑEZ, Omar. “Globalización, Imperialismo y Clase Social”. Buenos Aires – Argentina, 2002.

PETRAS, James; DIETERICH, Heinz Stefan; CHOMSKY, Noam; MARCOS, Subcomandante Insurgente. “Afganistán”. Buenos Aires, Argentina. Editorial 21 s.r.l., 2001.

PINTO, Vitor Gomes. “Guerra nos Andes”. Brasília. Editora Plano, 2002.

PROCÓPIO, Argemiro. “O Brasil no Mundo das Drogas”. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

SEOANE, José (org). “Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina”. CLACSO, Buenos Aires, 2004.

SOUSA E SILVA, Jailson e URANI, André. “Crianças no Narcotráfico: Um Diagnóstico Rápido”. Oficina Internacional del Trabajo. Ministerio do Trabalho e Emprego. Organização Internacional do Trabalho. Brasília, 2002.

STAROBINSKY, Jean. A literatura, em Jacques Le Goff e Pierre Nora. História: novas abordagens, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

TEIXERA DA SILVA, Francisco Carlos (organizador). “O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX”. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2004.

VALDÉS, Eduardo Deves. “El Pensamiento Latinoamericano en el siglo XX”. Desde la CEPAL al Neoliberalismo (1950-1990). Tomo II. Editorial Biblos. Buenos Aires, Argentina, 2003.

VALDÉS, Eduardo Deves. “El Pensamiento Latinoamericano en el siglo XX: Entre La Modernidad y la Identidad. Las discusiones y las figuras del fin de siglo. Los años 90. Tomo III. Editorial Biblos. Buenos Aires, Argentina, 2004.

WILLIAMSON, John e KUCZINSKY, Pedro-Paulo. Depois de Consenso de Eashington. Editora Saraiva. São Paulo, 2003.

WILLIAMS, Raymond. “O Campo e a Cidade na História e na Literatura”. Editora Schwarcz Ltda, São Paulo, 1989.